



Revista de Estudos Regionais

nº 4



1º Semestre 2002

Região de Lisboa e Vale do Tejo

**A Região de Lisboa e Vale do Tejo em 2001 e Evolução Inter-Censitária:
Análise dos Resultados Provisórios dos Censos**

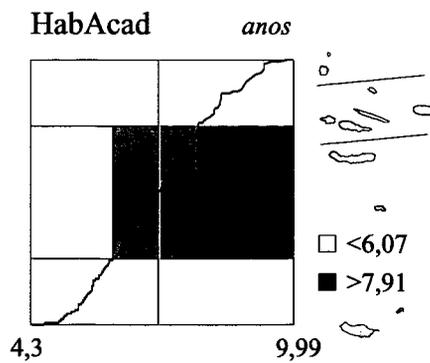
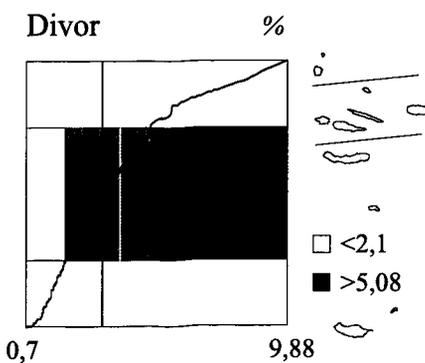
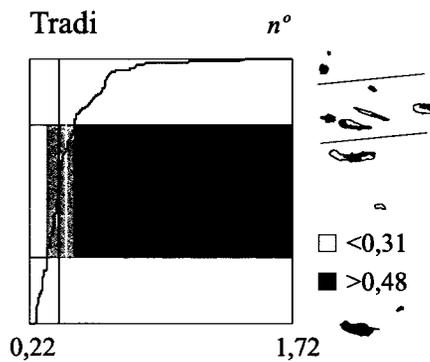
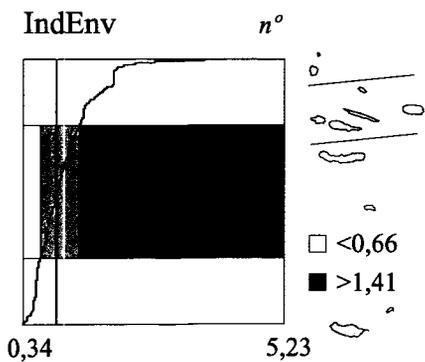
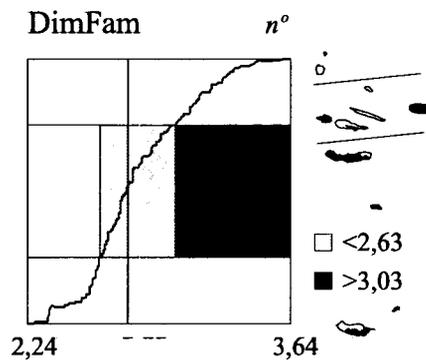
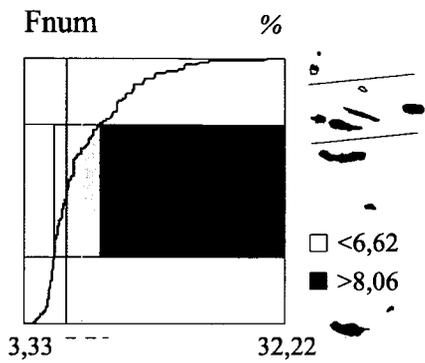
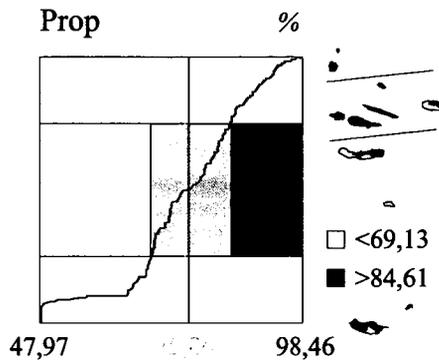
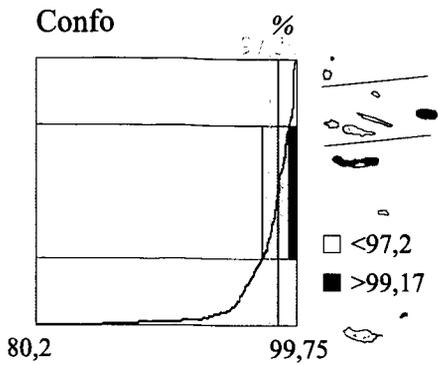
**Uma primeira análise multivariada dos Resultados Provisórios
dos Censos 2001**

**O Novo Paradigma das Relações Urbano-Rural:
O Urbano Agrícola e o Rural Não Agrícola**

Ano de edição 2002



ERRATA (página 57)





INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

Revista de Estudos Regionais

nº 4

1º Semestre 2002

Região de Lisboa e Vale do Tejo

**A Região de Lisboa e Vale do Tejo em 2001 e Evolução Inter-Censitária:
Análise dos Resultados Provisórios dos Censos**

**Uma primeira análise multivariada dos Resultados Provisórios
dos Censos 2001**

**O Novo Paradigma das Relações Urbano-Rural:
O Urbano Agrícola e o Rural Não Agrícola**

Ano de edição 2002



Catalogação recomendada

REVISTA DE ESTUDOS REGIONAIS. Lisboa, 2000-

Revista de estudos regionais / ed. Instituto Nacional de Estatística, Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo. -

2º sem. 2000- . - Lisboa : I.N.E.- D.R.L.V.T.,

2000- . - 30 cm

Semestral

ISSN 0874-8675

Director

Directora da Dir. Regional de Lisboa e Vale do Tejo
Maria Rosalina Nunes

Editor

Instituto Nacional de Estatística

Av. António José de Almeida, 2

1000-043 LISBOA

Telefone: 21 842 61 00

Fax: 21 842 63 65

Composto

INE - Serviço de Estudos
Serviço de Estudos

Capa

INE - Serviço de Estudos

Serviço de Estudos

Fotografia - Duarte Rodrigues

Impressão

INE - Secção de Artes Gráficas

Tiragem: 300 exemplares

Depósito legal nº. 149711/00

Preço: € 8 (IVA incluído)

O INE na Internet

<http://www.ine.pt>

Índice

■	Editorial	5
■	A Região de Lisboa e Vale do Tejo em 2001 e Evolução Intercensitária: Análise dos Resultados provisórios dos Censos	7
	_____ Serviço de Estudos Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo/INE	
■	Uma primeira análise multivariada dos resultados provisórios dos Censos 2001	33
	_____ José Fernando	
■	O novo paradigma das relações urbano-rural: o urbano agrícola e rural não agrícola	59
	_____ Francisco Vala José Monteiro	
■	Conceitos e Metodologias - Conceitos de emprego na contabilidade nacional	77

Os pontos de vista expressos pelos autores dos artigos aqui publicados
não reflectem necessariamente a posição oficial do INE.

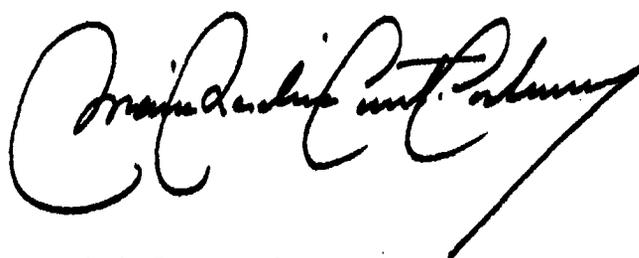
Editorial

A disponibilização, em tempo oportuno, dos resultados provisórios dos Censos 2001 coloca à disposição dos utilizadores um manancial de informação que possibilita a análise dos territórios sob diversas perspectivas.

Os dois primeiros estudos consistem em análises das realidades e dinâmicas ao nível da população e habitação. O primeiro procura apresentar as principais características do território da Região de Lisboa e Vale do Tejo e sua evolução na última década, surgindo como um aprofundamento da abordagem análoga efectuada com base nos dados preliminares dos Censos 2001, publicada no número anterior desta Revista de Estudos. A especificidade do segundo artigo reside no facto de recorrer a uma análise multivariada, procurando desta forma sintetizar as grandes conclusões que emergem da análise da informação censitária.

Uma das principais ideias sobre a evolução recente do território da Região de Lisboa e Vale do Tejo, também fundamentada na análise da informação censitária das últimas décadas, reside na alteração da dicotomia rural-urbano. Este é o tema do terceiro artigo, que aborda precisamente a questão da complexificação das relações rural-urbano.

Na rubrica Conceitos e Metodologias são apresentados os três conceitos de emprego da Contabilidade Nacional – volume, indivíduos e postos de trabalho – bem como as relações entre si.



Maria Rosalina Coutinho de Castro Nunes
*Directora Regional de Lisboa e Vale do Tejo
do Instituto Nacional de Estatística*

A Região de Lisboa e Vale do Tejo em 2001 e Evolução Intercensitária:

Análise dos Resultados Provisórios dos Censos

Resumo

No seguimento do artigo publicado no número anterior da Revista e aproveitando a disponibilização dos dados provisórios dos Censos 2001, este artigo pretende constituir uma análise da região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) e da sua evolução ao longo das duas últimas décadas, no que são os traços fundamentais da população e da habitação na região.

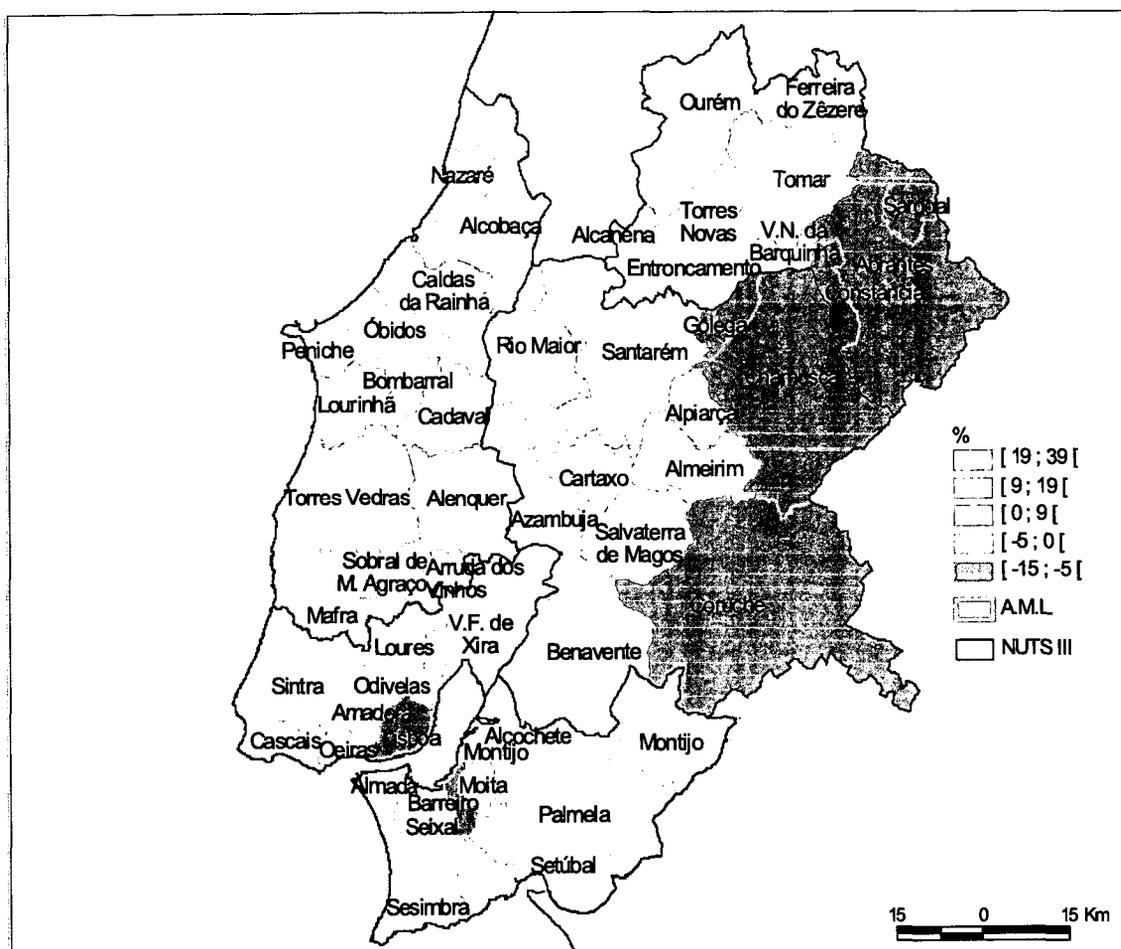
Os resultados provisórios dos Censos permitem-nos caracterizar a população em função da idade, do estado civil e do ensino e as famílias em termos da sua dimensão. Já na habitação são disponibilizadas uma série de variáveis que permitem a caracterização dos edifícios e alojamentos.

Serviço de Estudos
Direcção Regional de
Lisboa e Vale do Tejo/INE

1. A População e Família

A população residente da região de Lisboa e Vale do Tejo era, em 12 de Março de 2001, cerca de 3,5 milhões, tendo aumentado 4,8% na última década. O peso populacional da região no país tem-se mantido estável desde os anos 80, cifrando-se em um terço. A repartição da população residente por sexo apresenta-se equilibrada (52% de mulheres e 48% de homens) na região, assim como no país.¹

Figura 1 – Taxa de variação da população, por concelho, 1991-2001



Acentua-se o envelhecimento populacional . . .

Os resultados provisórios dos Censos permitem-nos analisar a população segundo quatro grupos etários. Assim, a região tinha 517 352 indivíduos no grupo dos zero aos 14 anos, 473 137 entre os 15 e os 24 anos, 1 909 635 dos 25 aos 64 anos e

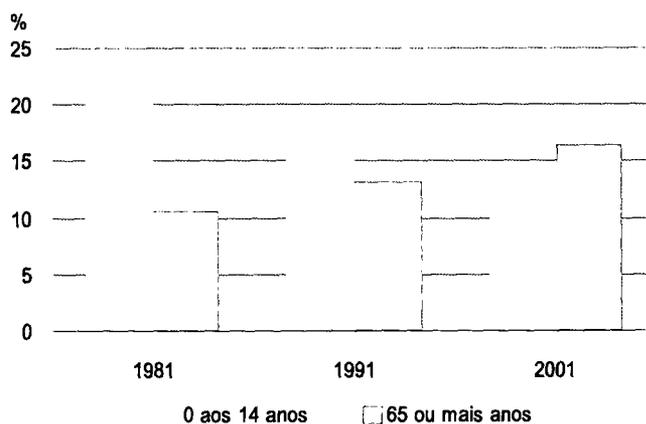
568 745 com 65 ou mais anos. Isto significa que mais de dois terços da população (68,7%) está em idade activa (15-64 anos), enquanto que a população idosa (65 ou mais anos) tem, pela primeira vez, um peso superior à população jovem (0-14 anos): 16,4% contra 14,9%.

A análise da evolução inter-censitária desta dis-

¹ Para uma análise mais aprofundada sobre a evolução da população ver Serviço de Estudos – DRLVT/INE (2001).

tribuição por grupo etários, indica-nos que o fenómeno do envelhecimento se acentuou na última década, face ao registado na década de 80: os idosos passaram de 10,6% em 1981, para 13,2% em 1991, atingindo os 16,4% em 2001; os jovens eram 23,3% em 1981, 18,1% em 1991 e 14,9% em 2001. Este fenómeno não é específico da RLVT, verificando-se igualmente no país.

Figura 2 - Evolução inter-censitária da proporção da população dos 0 aos 14 anos e 65 ou mais anos



A nível concelhio o menor peso de população jovem encontra-se nos concelhos de Lisboa, Coruche, Chamusca, Alpiarça e Abrantes, concelhos onde, simultaneamente, os idosos apresentam um peso muito elevado. Estes concelhos revelam assim uma situação de duplo envelhecimento: pela base e pelo topo da pirâmide etária.

Ferreira do Zêzere e Sardoal apresentam, de entre todos os concelhos da região, os pesos mais elevados de idosos (mais de 27% da população). O índice de envelhecimento², que traduz a relação entre os idosos e os jovens, indica a existência na RLVT de 109 idosos por cada 100 jovens, enquanto em 1991 o índice era 72 e em 1981 era 45.

É de notar que os concelhos que registavam um maior índice de envelhecimento em 2001 eram

essencialmente os mesmos de 1991, ou seja, o envelhecimento destes concelhos não é um fenómeno recente, embora se tenha agravado na última década.

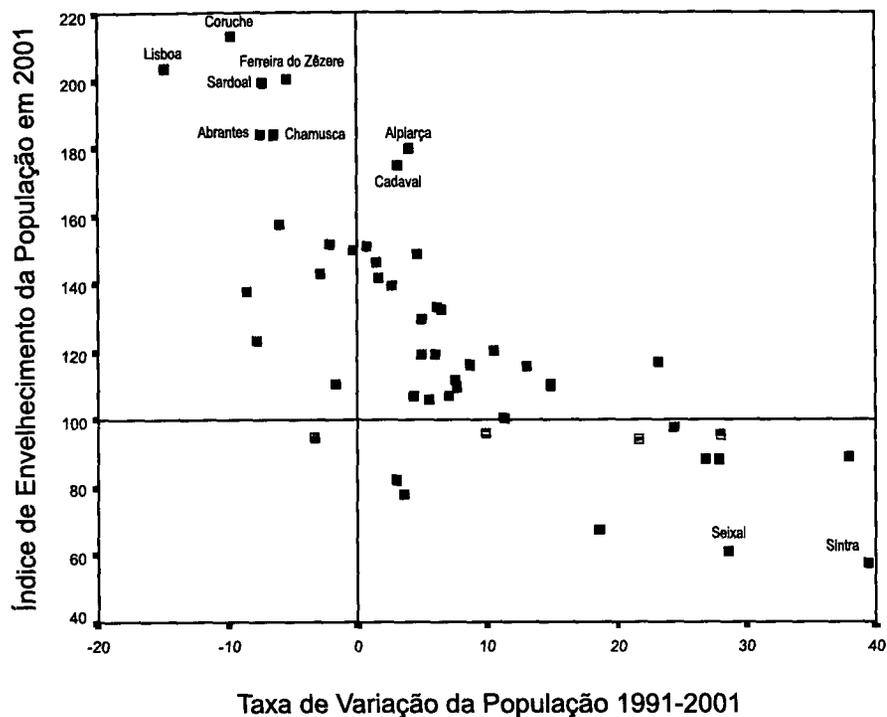
... sobretudo em concelhos em declínio populacional

Os concelhos com maiores índices de envelhecimento registaram, na sua maioria, perdas populacionais. Assim, o aumento do peso de idosos associado à diminuição da população total constitui forte indício de que destes concelhos está a emigrar população em idade activa e/ou população jovem.

Inversamente, os concelhos com menor índice de envelhecimento em 2001 (e em 1991) Sintra (57) e Seixal (60) registaram aumentos significativos de população: 40% e 28,5%, respectivamente.

² Relação existente entre o número de idosos e o de jovens, definido habitualmente como a relação entre a população com 65 ou mais anos e a população dos 0 aos 14 anos x 100.

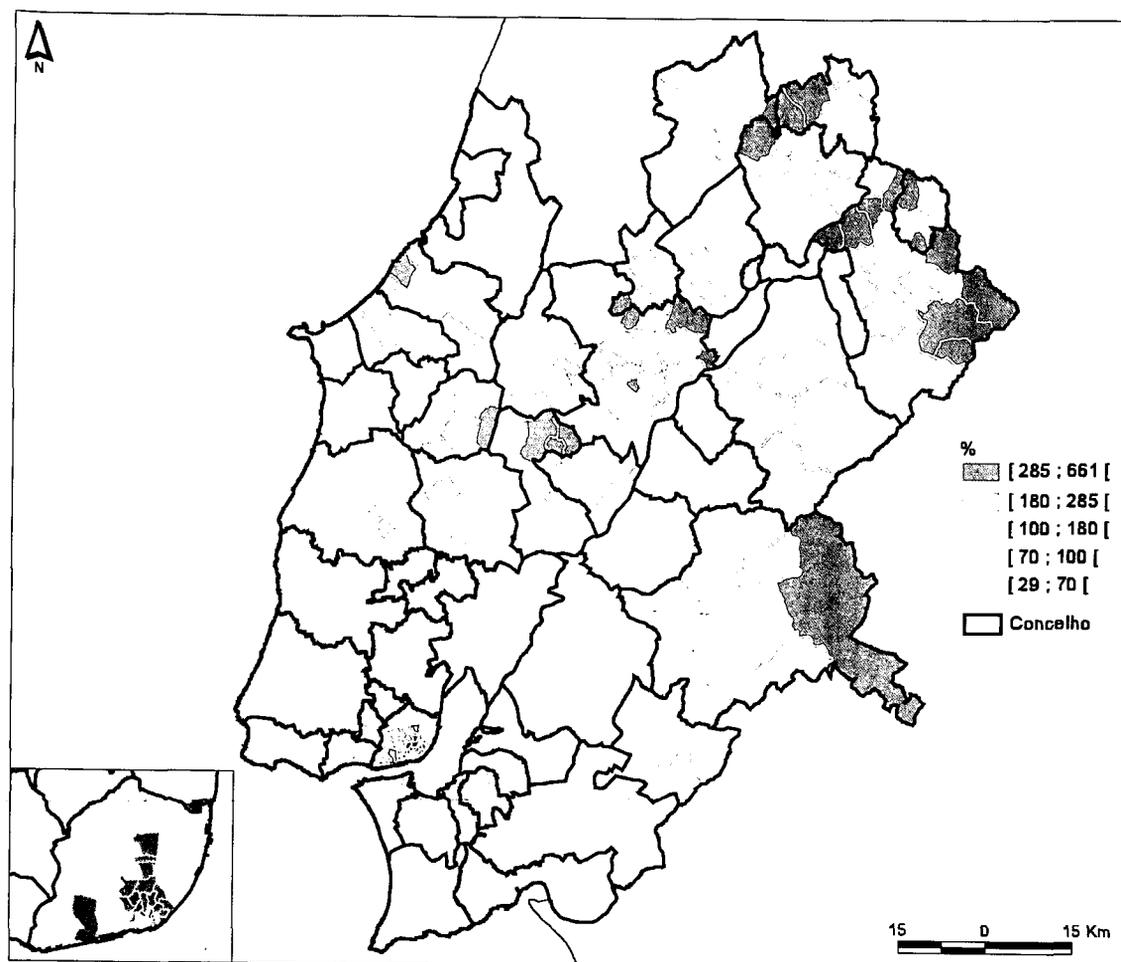
Figura 3 – Relação entre o índice de envelhecimento em 2001 e a variação populacional da última década, ao nível concelhio



Os maiores índices de envelhecimento, ao nível da freguesia, com a exceção das freguesias de Lisboa, estão associados ao fenómeno da perifericidade. Assim, numa análise de conjunto da região verifica-se que o envelhecimento populacional é característico das áreas mais afastadas da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e

sobretudo da zona mais interior da região. Numa análise mais pormenorizada dos diversos concelhos encontra-se novamente indícios da relação perifericidade/envelhecimento, sendo as freguesias exteriores aos centros urbanos as que apresentam maiores índices de envelhecimento (e.g. concelho de Abrantes).

Figura 4 – Índice de envelhecimento, por freguesia, 2001



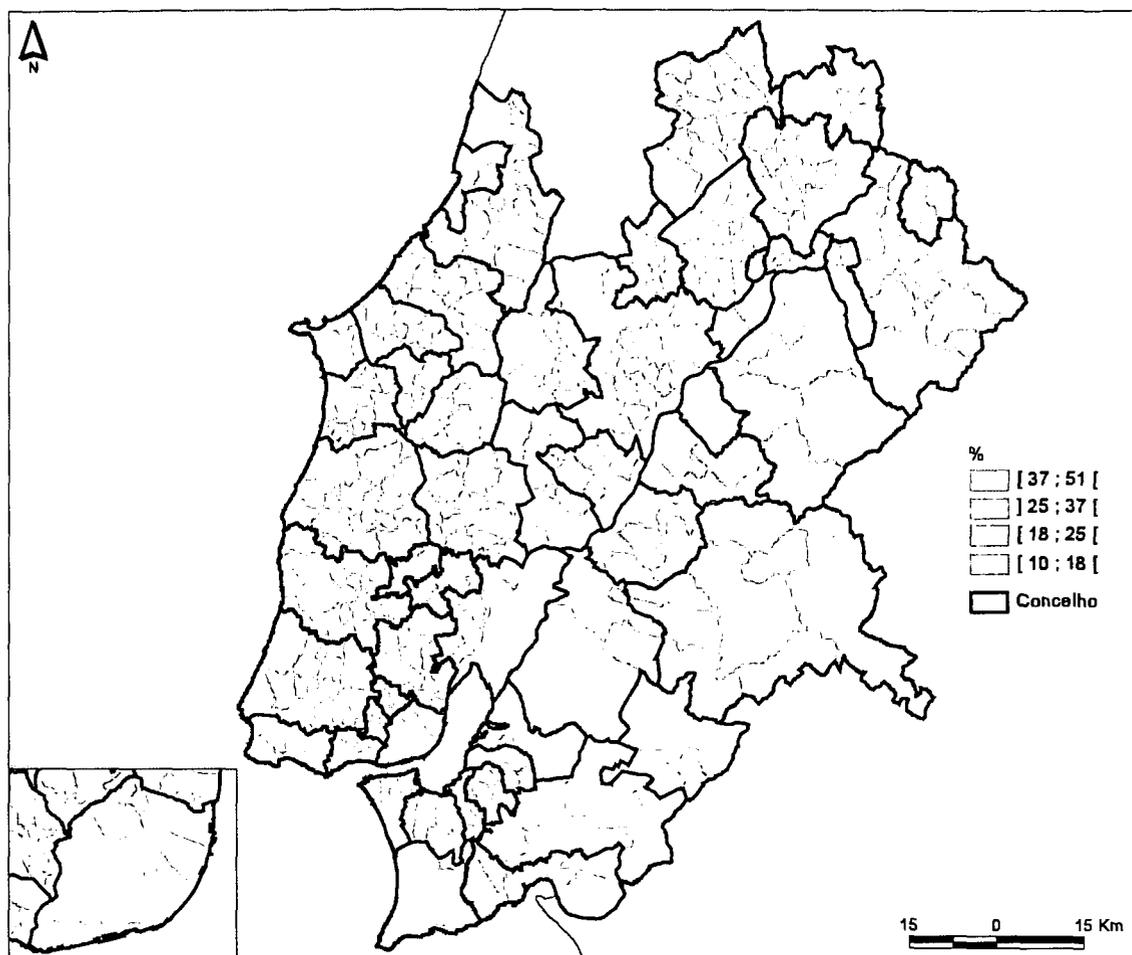
Importância crescente das famílias unipessoais . . .

Ao fenómeno do envelhecimento pode associar-se a crescente importância das famílias unipessoais, o que é visível, por exemplo, nos concelhos que apresentam simultaneamente um elevado índice de envelhecimento e elevadas proporções de famílias constituídas por uma só pessoa. Assim, no concelho de Lisboa este tipo de famílias representava 30% do total e em Ferreira do Zêzere e Sardoal 24%.

Por outro lado, existem concelhos onde este tipo de famílias apresentava um peso acentuado, como Oeiras e Amadora (22%), onde há um predomínio de população em idade activa. Isto significa que haverá vários factores que contribuem para a diminuição da dimensão da família, para além do envelhecimento populacional, nomeadamente o aumento dos jovens que vivem em famílias unipessoais e o crescimento do divórcio.

De notar, contudo, que as famílias com maior peso na Região ainda são constituídas por duas e por três pessoas.

Figura 5 – Proporção das famílias com uma pessoa, por freguesia, 2001



12

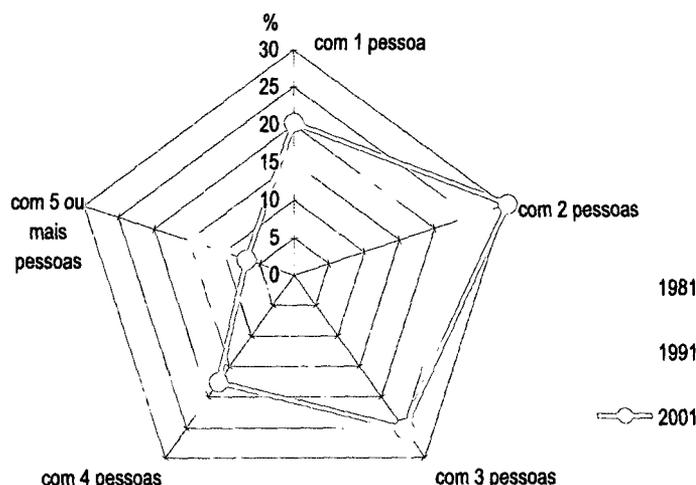
O que ressalta da análise da evolução da dimensão da família ao longo das últimas duas décadas é o crescimento significativo das famílias unipessoais e das famílias com duas pessoas

entre 1991 e 2001, a estabilização das famílias com 3 pessoas e o decréscimo significativo das famílias com 4 ou mais pessoas.

Quadro 1 - Evolução inter-censitária das famílias na RLVT, segundo a dimensão

	1981	%	1991	%	2001	%
Total de famílias	1 060 450		1 124 521		1 302 423	
Famílias com 1 pessoa	153 158	14,4	175 009	15,6	263 800	20,3
Famílias com 2 pessoas	260 025	24,5	302 262	26,9	395 761	30,4
Famílias com 3 pessoas	274 243	25,9	287 687	25,6	327 277	25,1
Famílias com 4 pessoas	227 023	21,4	241 734	21,5	227 354	17,5
Famílias com 5 ou mais pessoas	146 001	13,8	117 829	10,5	88 231	6,8

Figura 6 – Evolução intercensitária da proporção das famílias na RLVT, segundo a dimensão



Comparando com o país, na RLVT as famílias unipessoais têm um peso maior (20,3% vs. 17%) e as famílias de maior dimensão, com 5 ou mais pessoas, apresentam um peso menor (6,8% vs. 9,5%).

Analisando em conjunto a dimensão da família e o estado civil, encontra-se uma relação entre as famílias unipessoais e situações de viuvez e de divórcio ou separação. Os concelhos onde se regista o maior peso de viúvos e de divorciados (Lisboa, Ferreira do Zêzere, Sardoal, Golegã, Oeiras, Cascais e Amadora) apresentam igual-

mente um peso elevado das famílias de menor dimensão.

Maior instabilidade e informalidade nas relações conjugais . . .

Da análise da evolução do estado civil na região ressalta o elevado crescimento do número de casados sem registo, embora inferior ao do país, onde estes cresceram 91,2% na última década. No entanto, é de salientar que tendo sido recenseados 371 521 indivíduos casados sem registo em Portugal, a RLVT detém 51,2% desta população.

Quadro 2 - População segundo o estado civil na RLVT, 1981, 1991, 2001 e respectivas taxas de variação

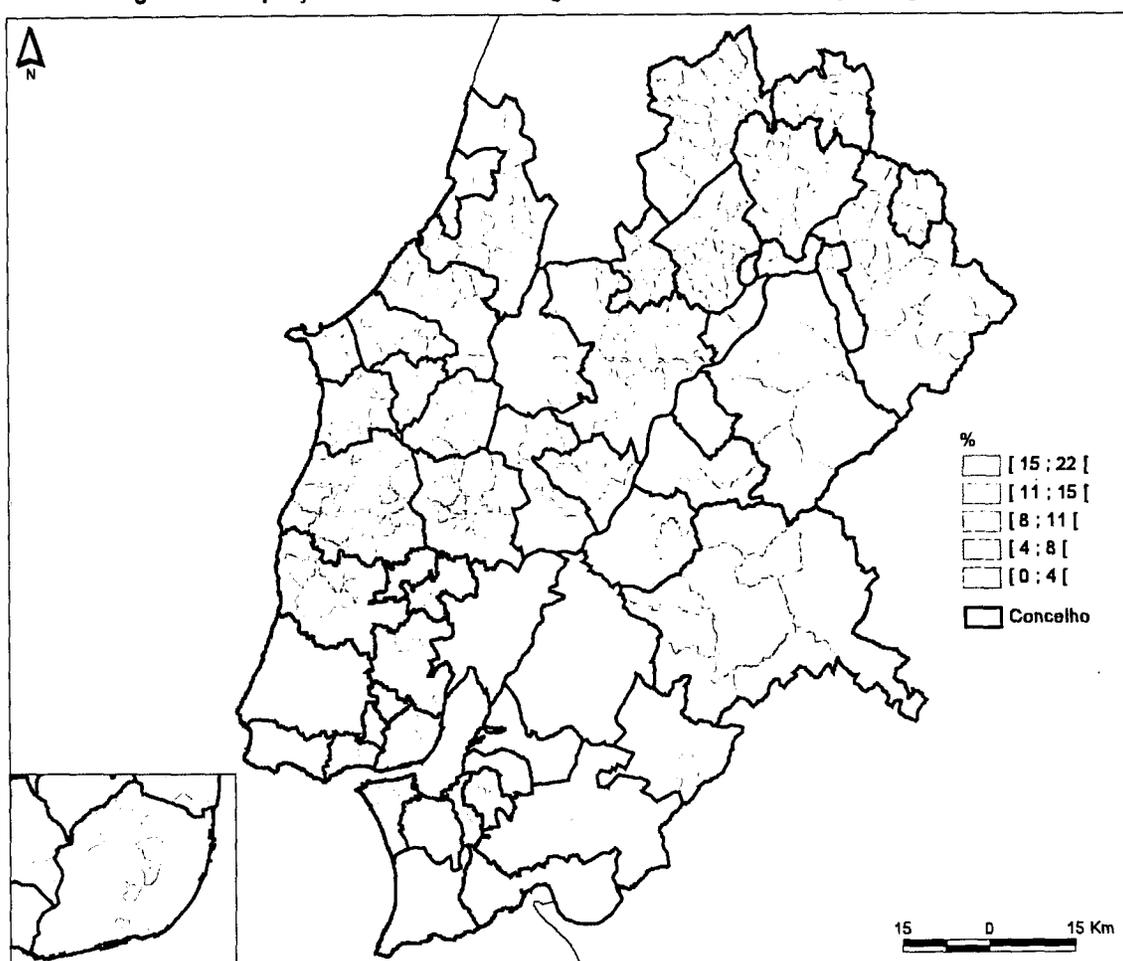
	1981	1991	2001	1981/1991	1991/2001
Solteiros	1 301 711	1 251 851	1 272 872	-3,8	1,7
Casados	1 723 007	1 623 203	1 651 672	-5,8	1,8
Casados sem registo	-	105 087	190 299	-	81,1
Viúvos	180 755	209 833	226 301	16,1	7,8
Separados	22 134	46 653	30 972	110,8	-33,6
Divorciados	27 121	54 168	96 753	99,7	78,6

O número de divorciados registou igualmente um crescimento muito significativo, mais acentuado contudo entre 1981 e 1991 do que na última década, na qual foi acompanhado por um decréscimo do número de separados³.

As variações tão acentuadas nestas variáveis são reveladoras da crescente informalidade e instabilidade nas relações conjugais.

A informalidade das relações conjugais, aqui avaliada pela proporção de casados sem registo no total de casados apresenta-se com maior relevância na AML, essencialmente nas freguesias suburbanas que formam uma coroa exterior ao concelho de Lisboa.

Figura 7 – Proporção dos casados sem registo no total dos casados, por freguesia, 2001



O número de viúvos tem também registado algum crescimento, o que está associado ao envelhecimento da população.

³ Este decréscimo do número de separados pode encontrar uma explicação na maior facilitação dos processos de divórcio (INE, 2002).

Apesar de solteiros e casados terem vindo a perder peso ao longo das últimas duas décadas, ainda se apresentam em 2001 como os estados civis mais representativos: 37% e 48%, respectivamente.

Analisando esta população por sexo, verifica-se uma distribuição muito desigual, sendo que dos 226 301 viúvos recenseados em 2001, 83,5% são do sexo feminino. Esta desigualdade é explicada essencialmente por dois factores: a maior longevidade feminina e a maior tendência dos homens para voltar a casar. É igualmente com base nesta tendência que se explica uma maior proporção de mulheres separadas e divorciadas (62% e 67%, respectivamente).

Aumento da escolarização da população . . .

Na RLVT em 12 de Março de 2001, 51,6% da população tinha atingido o ensino básico, 20,4% o ensino secundário e 14,2% o superior⁴. Estes valores são um pouco diferentes dos nacionais, respectivamente 58,4%, 16% e 10,6%.

A evolução desta variável revela, ao nível da região, um decréscimo significativo da população que apenas atinge o ensino básico, visível essencialmente na última década, por contrapartida de um aumento da população que atinge níveis mais elevados de ensino (secundário e superior). De destacar o acentuar do crescimento da população que atinge o ensino superior.

Quadro 3 - Nível de ensino atingido pela população na RLVT

	1981	%	1991	%	2001	%
População Residente	3 254 728		3 290 795		3 468 869	
Ensino Básico	2 127 825	65,4	2 111 970	64,2	1 790 008	51,6
Ensino Secundário	165 850	5,1	398 388	12,1	708 975	20,4
Ensino Superior	143 804	4,4	247 496	7,5	493 202	14,2

nota: a soma das parcelas não é 100%, porque não foram tidos em conta alguns níveis de menor expressão

A evolução da taxa de escolarização⁵, ao nível do concelho, é evidenciada no quadro seguinte, onde são apresentados os concelhos com uma taxa de escolarização acima da média da região (32%) em 2001. Nota-se um aumento muito acentuado nos concelhos da margem sul do Tejo, essencialmente entre 1991 e 2001, passando a maioria destes concelhos a deter valores acima da média da região apenas em 2001. Salienta-se ainda o concelho de Oeiras, que apresenta a taxa mais elevada nos três recenseamentos.

⁴ O nível de ensino atingido é o mais elevado que o indivíduo frequentou ou está a frequentar, tendo completado ou não.

⁵ Calculada através do rácio entre a população que atingiu pelo menos o ensino secundário e a população com mais de 15 anos.

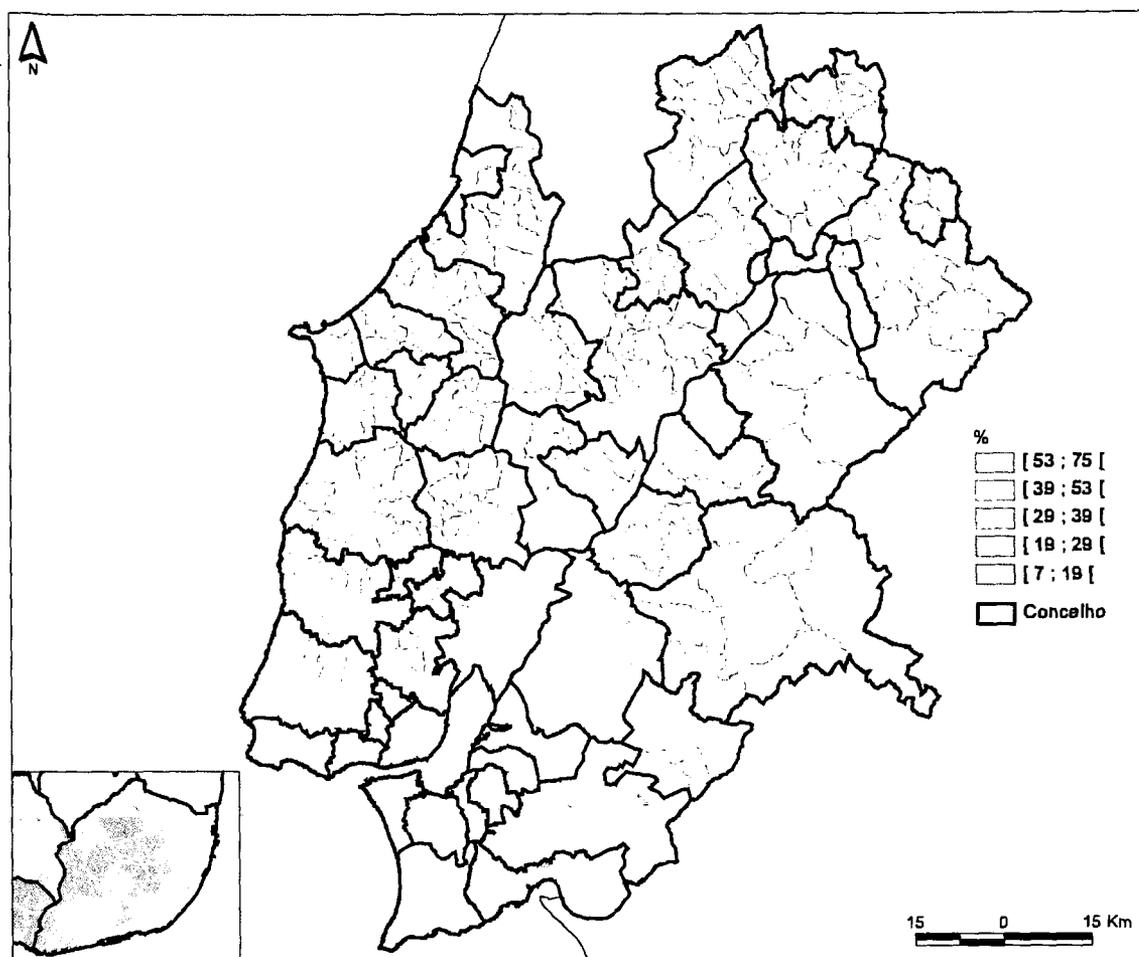
Quadro 4 – Concelhos com taxas de escolarização acima da média em 2001

Concelhos	2001	1991	1981
Oeiras	58,1	43,9	28,0
Cascais	53,3	37,7	23,4
Lisboa	50,4	35,1	22,9
Entroncamento	48,5	29,8	15,1
Sintra	47,9	28,8	15,0
Seixal	46,1	27,2	10,9
Almada	44,8	27,7	14,2
Amadora	43,4	29,2	14,4
Odivelas	42,4	26,3	13,1
Setúbal	42,2	23,8	11,7
Barreiro	42,0	25,3	11,0
Vila Franca de Xira	42,0	23,6	10,8
Loures	40,5	25,9	13,2
Moita	38,0	18,0	7,0
Sesimbra	37,0	<i>15,1</i>	<i>6,1</i>
Alcochete	35,8	<i>13,8</i>	<i>5,0</i>
Montijo	34,6	<i>17,1</i>	<i>7,0</i>
Palmela	34,3	<i>14,2</i>	<i>5,0</i>
Santarém	34,2	19,9	10,1
Cartaxo	33,4	<i>15,7</i>	<i>6,9</i>
Torres Novas	33,4	18,0	8,2
Caldas da Rainha	33,3	18,0	8,3
Tomar	32,5	18,2	8,6
RLVT	32,2	17,2	8,2

nota: os valores a itálico, nos anos de 1991 e 1981, indicam valores abaixo da média da região.

As taxas de escolarização mais elevadas são visíveis em toda a AML e freguesias urbanas.

Figura 8 – Taxa de escolarização, por freguesia, 2001



Quanto ao ensino superior, os concelhos da RLVT com mais população a atingir este nível de ensino são os da Grande Lisboa, nomeadamente Oeiras, Lisboa e Cascais (mais de 20%). É também nestes concelhos que a proporção de homens e mulheres que alcançaram este nível de ensino é mais aproximada: 49% para o sexo masculino e 51% para o feminino. O concelho do Sardoal também apresenta esta distribuição por sexo, contudo, apenas 5% da sua população residente atingiu o ensino superior.

Fora da AML quase todos os concelhos apresentam uma distribuição desta população por sexo mais desequilibrada: mais de 55% são mulheres, chegando a abranger uma proporção de 63% no concelho do Cadaval. Esta situação revela, por um lado, o prolongamento da escolaridade por parte das mulheres e, por outro, indicia que os homens entram comparativamente mais cedo na vida activa.

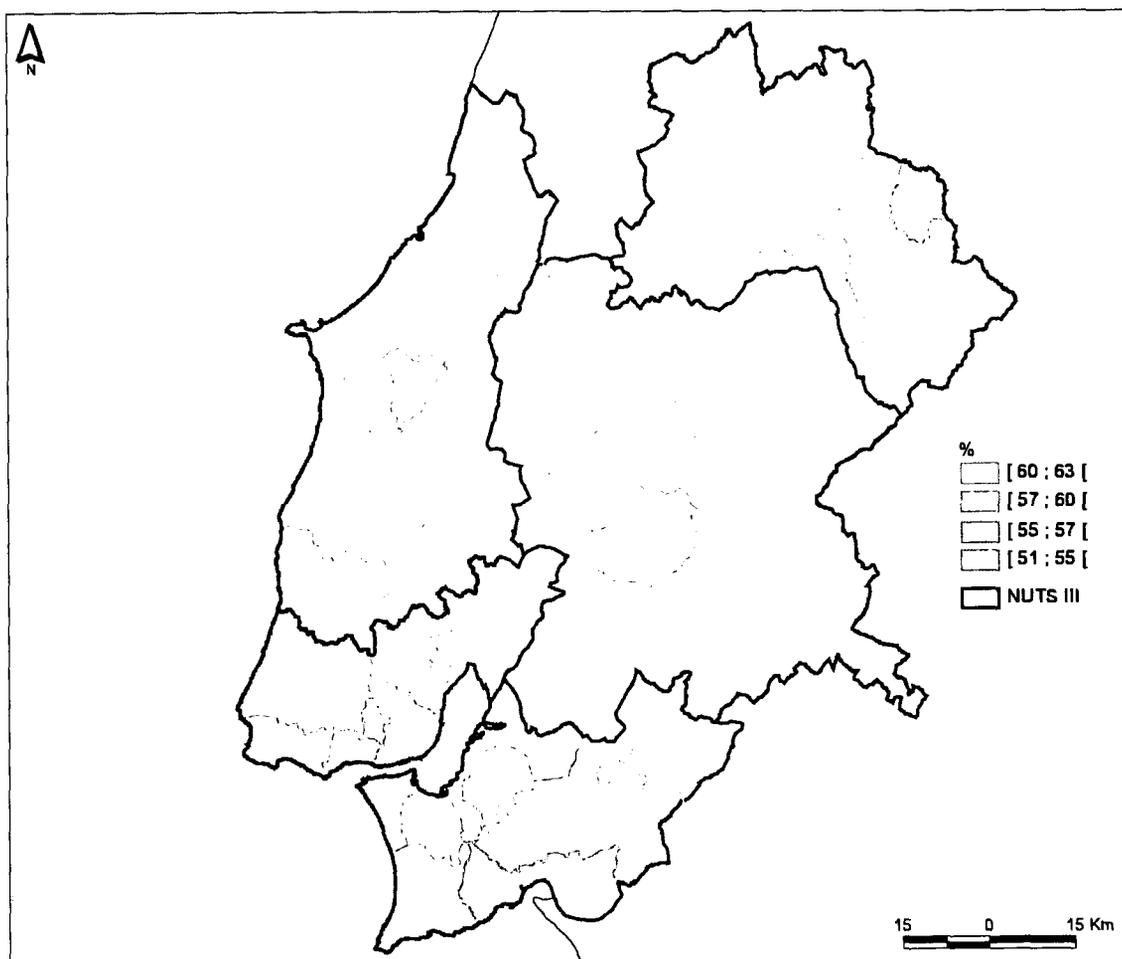
Feminização do ensino superior . . .

Assiste-se a um predomínio das mulheres no ensino superior num duplo sentido:

■ em 2001, pela primeira vez a maioria da população que tinha atingido o ensino superior é do sexo feminino (54%), sendo esta conclusão extensível a todos os concelhos da região;

■ a percentagem de mulheres que atinge o ensino superior tem vindo a aumentar a um ritmo superior à dos homens, atingindo em 2001 um valor de 14,8%, que é, também pela primeira vez, superior ao dos homens (13,6%).

Figura 9 - Peso das mulheres que atingiram o ensino superior no total de população que atingiu o ensino superior, por concelho, 2001



2. Habitação

Crescimento do parque habitacional em toda a região...

Em 12 de Março de 2001, existiam na região de Lisboa e Vale do Tejo 1 714 634 alojamentos e 716 234 edifícios, representando cerca de um terço dos alojamentos do país, mas pouco mais de um quinto dos edifícios, o que indicia uma maior volumetria dos edifícios da RLVT⁶. Entre 1991 e 2001, o parque habitacional da região registou um aumento de 19,5% nos alojamentos e 9% nos edifícios, valores ligeiramente inferiores aos de Portugal.

Um número de alojamentos que excede largamente o número de famílias a par de um *stock* habitacional elevado poderá explicar a desaceleração do crescimento da construção face aos valores de 1981-1991.

Quadro 5 – Taxa de crescimento dos alojamentos e dos edifícios

	1981-1991	1991-2001
Taxa de crescimento dos alojamentos (%)		
Lisboa e Vale do Tejo	21,3	19,5
Portugal	22,0	20,6
Taxa de crescimento dos edifícios (%)		
Lisboa e Vale do Tejo	13,7	9,0
Portugal	14,0	10,1

Na região o parque habitacional, quando analisado ao nível dos edifícios, apresenta dinâmicas distintas:

■ a expansão da construção de edifícios em freguesias que até à data estavam pouco ocupadas como Fernão Ferro (Seixal), Quinta do Conde (Sesimbra) e Nadadouro (Caldas da Rainha);

■ o crescimento elevado em freguesias cuja maior parte dos edifícios tem mais de dez anos como a Póvoa de Santo Adrião (Odivelas) ou a Falagueira (Amadora);

■ a revitalização do parque habitacional associado à recuperação de edifícios já existentes como a freguesia do Castelo (Lisboa);

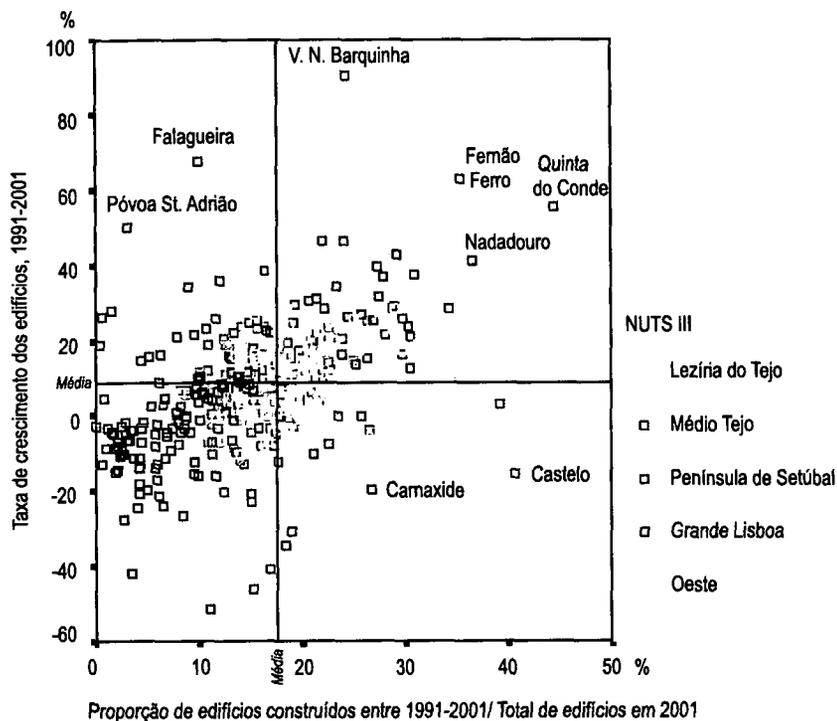
■ a existência de taxas de crescimento elevadas que não se materializam num aumento significativo do número de edifícios em freguesias cuja maioria dos edifícios não é contabilizada por não se destinar à habitação⁷, como é o caso da freguesia da Madalena (Lisboa), em que a taxa de crescimento de 81,7% corresponde apenas a um aumento de 156 edifícios entre 1991 e 2001.

Da análise da Figura 10 podem-se retirar alguns padrões regionais: as freguesias do Oeste apresentam um comportamento próximo da média da RLVT, a Península de Setúbal encontra-se dispersa pelos quatro quadrantes denunciando uma grande heterogeneidade, em contraste com as freguesias da Grande Lisboa cuja concentração no quadrante inferior esquerdo revela a existência de um parque habitacional envelhecido.

⁶ Para uma análise mais aprofundada desta informação ver Serviço de Estudos – DRLVT/INE (2001).

⁷ Construção independente, compreendendo um ou mais alojamentos, divisões ou outros espaços destinados à habitação de pessoas, coberta e incluída dentro de paredes externas ou paredes divisórias, que vão das fundações à cobertura, independentemente da sua afectação principal ser para fins residenciais, agrícolas, comerciais, industriais, culturais ou de prestação de serviços. Note-se que os edifícios sem nenhum alojamento destinado à habitação de pessoas não são contados para efeitos do recenseamento.

Figura 10 – Relação entre a taxa de crescimento dos edifícios, 1991-2001 e a proporção dos edifícios construídos entre 1991 e 2001 no total de edifícios em 2001, ao nível da freguesia

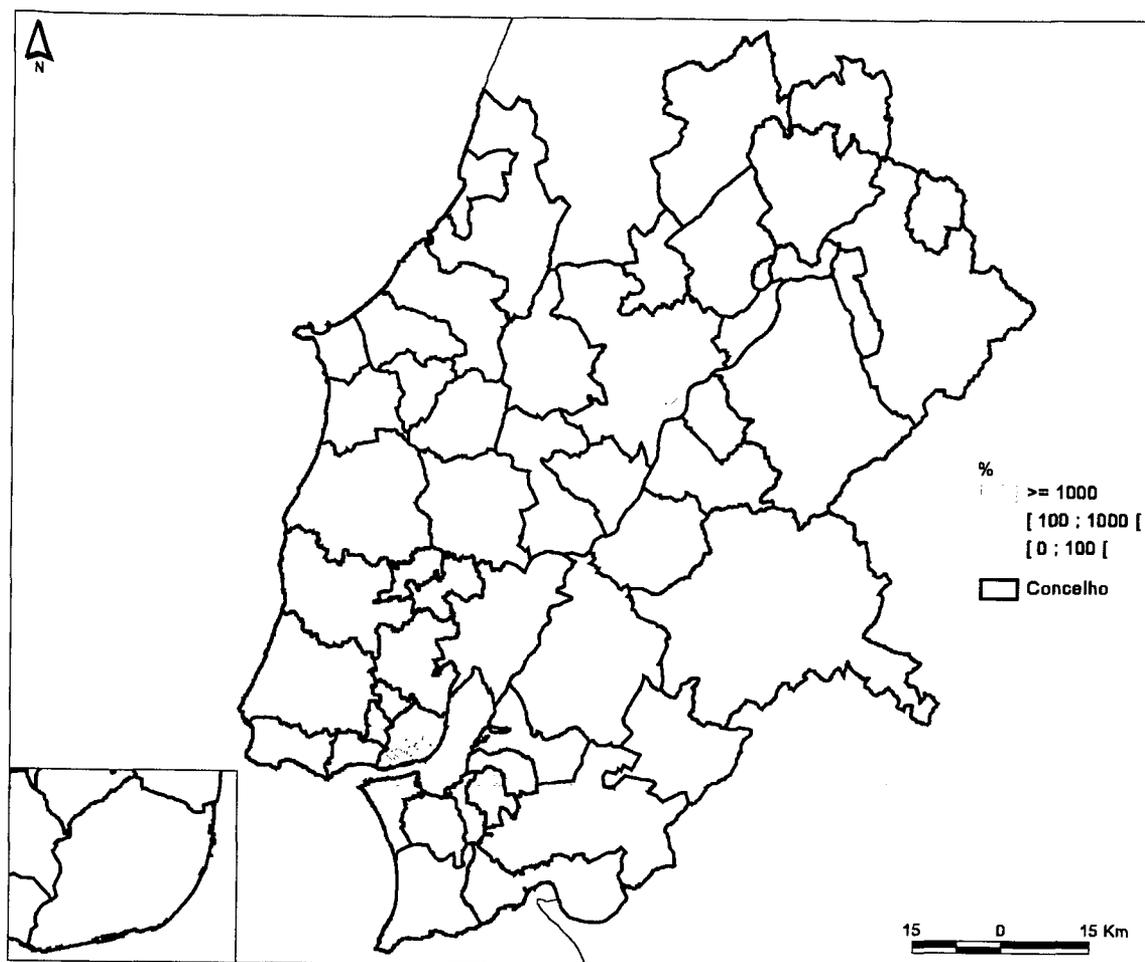


Quadro 6 - Freguesias com maiores crescimentos de alojamentos, 1991-2001

Freguesia	Absoluto		Freguesia	Relativo	
	Concelho	Nº		Concelho	%
Aqualva-Cacém	Sintra	13 772	V. N. Barquinha	V.N. Barquinha	122,7
Algueirão-Mem Martins	Sintra	12 337	Belas	Sintra	99,4
Rio de Mouro	Sintra	7 521	Frielas	Loures	93,6
Setúbal (S. Sebastião)	Setúbal	6 305	Quinta do Conde	Sesimbra	89,4
Corroios	Seixal	5 962	Madalena	Lisboa	81,7
S. Domingos de Rana	Cascais	5 799	Carnide	Lisboa	76,6
Belas	Sintra	4 761	Apelação	Loures	76,6

Os edifícios mais antigos situavam-se no concelho de Lisboa, nos centros urbanos de menor dimensão e no interior da região, estando a parte litoral e concelhos que circundam a capital associados a uma construção mais recente.

Figura 11 - Índice de envelhecimento dos edifícios, por freguesia, 2001



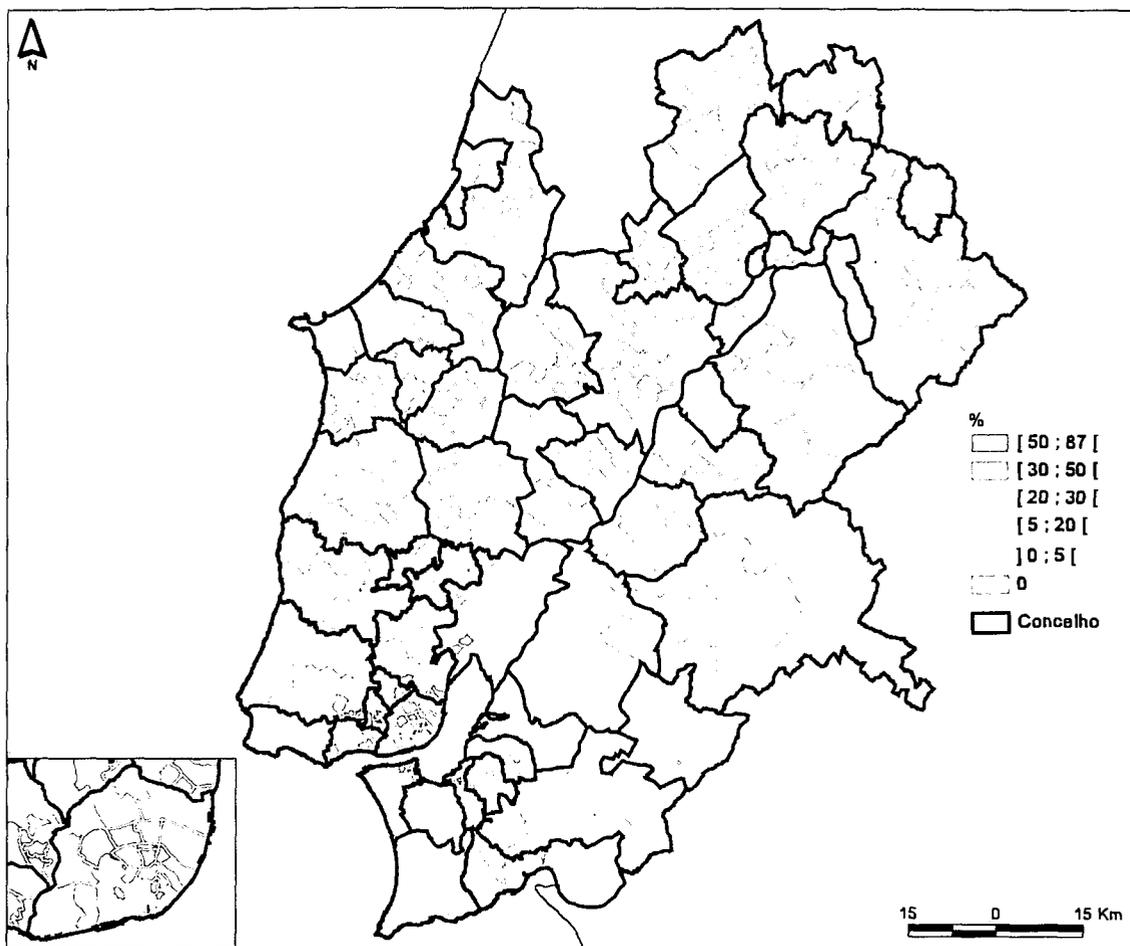
Construção em altura apesar de ainda predominarem edifícios com um alojamento ...

No momento censitário, a grande maioria dos edifícios da região tinha apenas um alojamento (78%), à semelhança do verificado a nível nacional (87%). Concelhos como Lisboa e a Amadora e algumas freguesias dos concelhos limítrofes destacavam-se por este tipo de edifícios representar menos de metade do total dos edifícios. Enquanto em Portugal o peso dos edifícios com um alojamento, avaliado pelo número dos alojamentos associados, ainda ultrapassava a metade dos alojamentos, na região não chegava a um terço.

Por outro lado, é na RLVT que se concentravam os edifícios com maior número de alojamentos - 9,5% do total de edifícios tinham mais de sete alojamentos contra 3,6% a nível nacional.

São sobretudo as freguesias da Grande Lisboa que têm maior construção em altura: um em cada cinco edifícios têm 13 ou mais alojamentos nas freguesias de Massamá e Monte Abraão (Sintra), Benfica, S. Domingos de Benfica, Lumiar e Marvila (Lisboa), Portela e St. António dos Cavaleiros (Loures), Reboleira e Alfovelos (Amadora), Pragal (Almada).

Figura 12 - Proporção de edifícios com sete ou mais alojamentos no total de edifícios, por freguesia, 2001



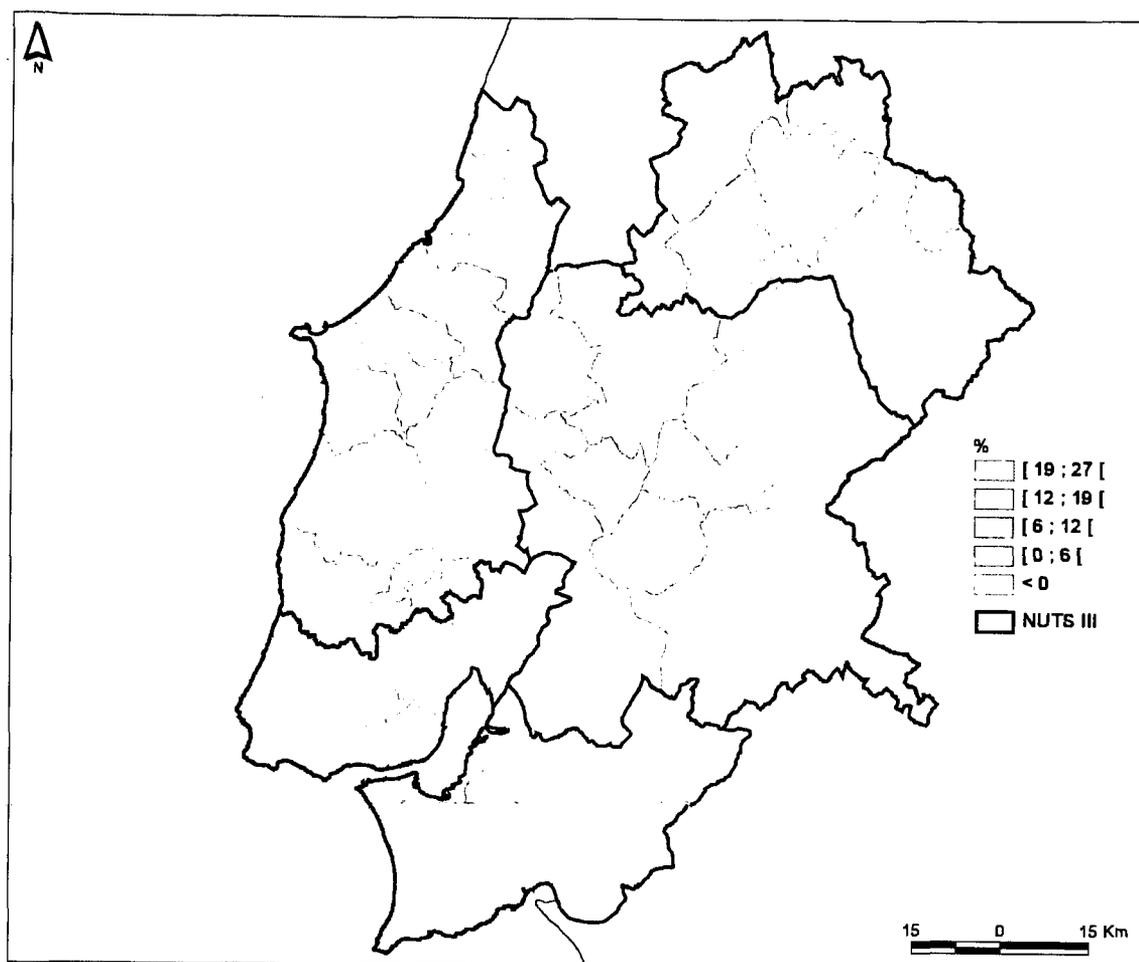
22

A evolução nos últimos vinte anos aponta para uma aceleração da construção de edifícios com mais de 7 alojamentos (7% em 1981, 8% em 1991 e 9,5% em 2001) a par de uma diminuição da construção de edifícios com um alojamento (80,1% em 1981, 79,1% em 1991 e 78% em 2001).

Os concelhos que registaram uma variação da dimensão média dos edifícios⁸ superior a 20% foram Sintra, Nazaré, Alcochete e Lisboa, refletindo a construção nesta década de edifícios com um número significativamente maior de alojamentos do que os já existentes em 1991.

⁸ Rácio entre alojamentos e edifícios.

Figura 13 - Evolução da dimensão média dos edifícios, por concelho, 1991-2001



Constata-se que nesta região convivem aglomerações habitacionais diversas:

■ a maioria do território da RLVT é ocupado por habitações unicelulares⁹;

■ assiste-se à consolidação de um espaço contínuo construído abrangendo a margem sul do Tejo e freguesias mais afastadas nos concelhos de Lisboa;

■ verifica-se o crescimento da construção

em altura em freguesias com uma ocupação ainda incipiente ou cuja localização está associada a um maior custo do terreno, como é o caso de algumas freguesias de Sintra e Lisboa.

Mais de 90% do total de edifícios era exclusivamente residencial enquanto os edifícios principalmente não residenciais apenas detinham alguma expressão em certas freguesias de Lisboa como Mártires, São Nicolau, Santa Justa, Madalena ou Sacramento cujo peso relativo se situava acima dos 20%.

⁹ Este termo abrange várias tipologias de construção (vivendas, vivendas geminadas, etc.).

Alojamentos sazonais no litoral e interior norte ...

Na região, o número de alojamentos por família tem aumentado nas duas últimas décadas (1,12 em 1981, 1,28 em 1991 e 1,32 em 2001) à semelhança do país, registando todavia valores inferiores aos de Portugal, resultado de um menor peso dos alojamentos vagos ou sazonais na região.

Em 12 de Março de 2001, dos alojamentos ocupados na região, 1 270 420 eram de residência habitual e 246 351 eram para uso sazonal ou secundário, enquanto que os alojamentos vagos foram contabilizados em 197 863. A maioria dos alojamentos são de residência habitual apesar de ter vindo a decrescer a sua importância relativa ao longo das duas últimas décadas (84,2% em 1981, 76,8% em 1991 e 74,1% em 2001).

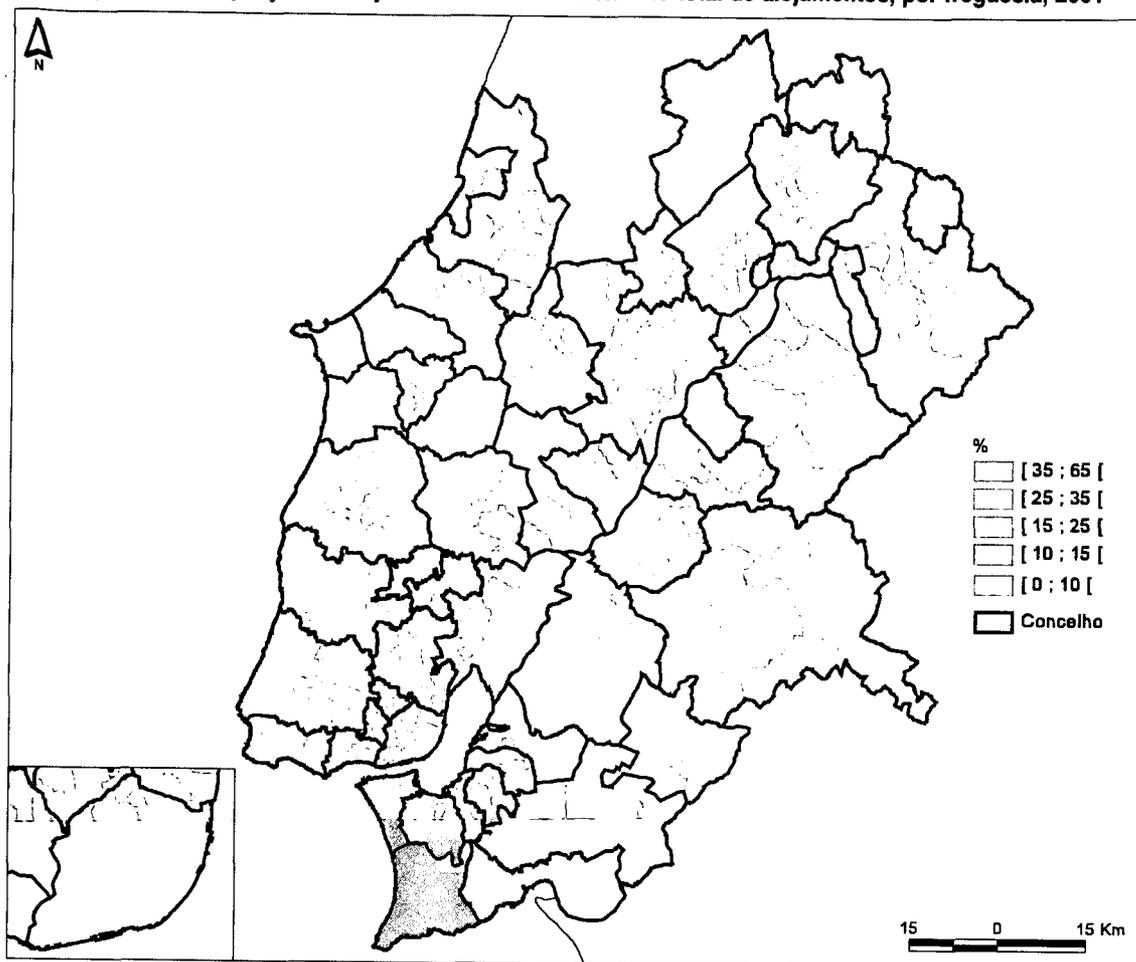
Na RLVT, o peso dos alojamentos de uso sazonal ou secundário em 2001 (14,4%) era inferior ao verificado em Portugal (18,4%) mas tem vindo a aumentar nas últimas décadas (11,3% em 1981, 13,4% em 1991, 14,4% em 2001).

Os alojamentos sazonais situavam-se em larga medida na faixa litoral da região e no interior Norte, existindo ainda algumas freguesias dispersas pela região em que um quarto dos alojamentos não se destinava à residência habitual. A crescente importância relativa dos alojamentos de uso sazonal no litoral da sub-região Oeste estará por certo relacionada com a procura das zonas costeiras enquanto espaços de residência secundária sobretudo pela sua vertente balnear. Por outro lado, o elevado peso dos alojamentos sazonais em algumas freguesias do interior, sobretudo as que se incluem nos concelhos Ourém, Ferreira do Zêzere, Sardoal, parece apontar para duas realidades:

■ a procura do meio rural como um espaço de habitação secundária ("casas de campo");

■ um contexto de abandono do edificado enquanto residência principal, mas manutenção enquanto residência sazonal, causado pela migração da população e concordante com a desertificação e envelhecimento populacional já referidos para estes concelhos.

Figura 14 – Proporção de alojamentos de uso sazonal no total de alojamentos, por freguesia, 2001



Refira-se igualmente que apesar de, em termos absolutos, o maior número de habitações sazonais se encontrar em concelhos como Cascais e Almada, para cujas praias se desloca uma grande parte da população que vive nos concelhos vizinhos, estes não representam, em termos relativos, um peso significativo (à excepção da freguesia da Costa da Caparica). Tem-se assistido desde há alguns anos à transformação do espaço construído nestes concelhos, destinando-se

a edificação nas últimas décadas a servir a população que procura uma habitação principal, invertendo o seu papel enquanto espaços de veraneio. Pelo contrário, as freguesias em que mais de metade dos alojamentos são sazonais localizam-se em concelhos distantes da área metropolitana, quer no litoral quer no interior, confirmando as duas tipologias apresentadas anteriormente.

Quadro 7 – Freguesias com mais alojamentos sazonais, 2001

Freguesia	Absoluto		Freguesia	Relativo	
	Concelho	Nº		Concelho	%
Costa da Caparica	Almada	8 356	S. Martinho do Porto	Alcobaça	65,2
Charneca da Caparica	Almada	6 638	Costa da Caparica	Almada	62,1
Cascais	Cascais	5 495	Serra	Tomar	58,4
Sesimbra (Castelo)	Sesimbra	4 573	Silveira	Torres Vedras	55,1
Estoril	Cascais	3 575	Ferrel	Peniche	53,6
Nazaré	Nazaré	3 452	Carvoeira	Mafra	53,6
Aguilva-Cacém	Sintra	3 331	Ericeira	Mafra	51,4

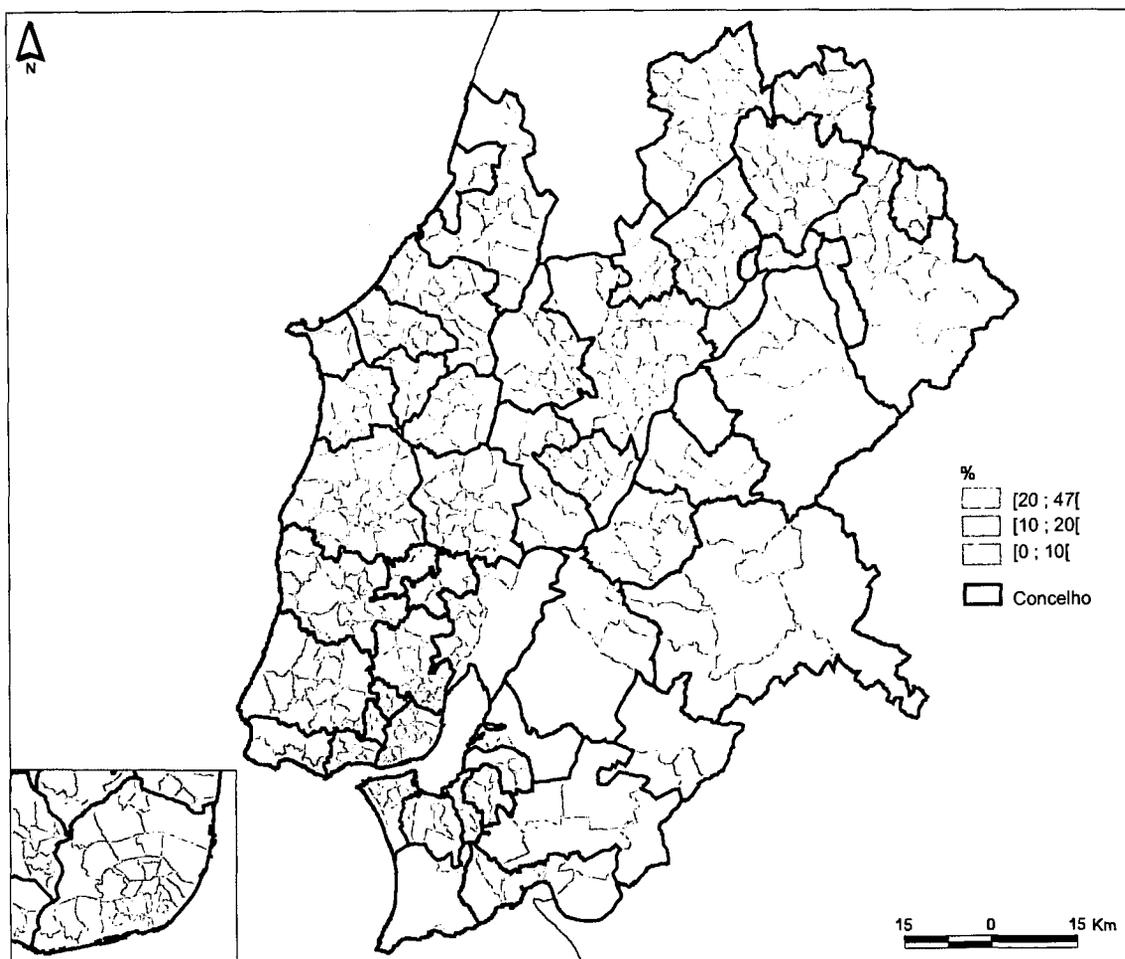
Um em cada dez alojamentos está vago...

Um em cada dez alojamentos existentes na RLVT foi considerado vago à data dos Censos 2001. A importância relativa dos alojamentos vagos na região tem vindo a aumentar (4,4% em 1981, 9,8% em 1991 e 11,5% em 2001) assumindo em 2001 um valor ligeiramente superior ao nacional (11%).

O maior número de alojamentos vagos localizava-se nas freguesias do concelho de Sintra que apresentavam simultaneamente uma taxa de crescimento da construção bastante elevada, estando a sua não ocupação associada a um fenómeno

de construção recente possivelmente porque à data da contagem dos Censos as casas tinham acabado de entrar no mercado. Nos restantes concelhos próximos de Lisboa, um valor significativo de alojamentos vagos indica igualmente uma grande bolsa imobiliária, traduzindo-se na existência de casas vazias para aluguer ou venda. A análise em termos relativos aponta para duas realidades distintas: por um lado, a existência de alojamentos situados em freguesias mais rurais que estão abandonados e por outro, alojamentos degradados situados no centro das cidades, da qual Lisboa é o exemplo maior.

Figura 15 - Proporção de alojamentos vagos no total de alojamentos por freguesia, 2001



Quadro 8 – Freguesias com mais alojamentos vagos, 2001

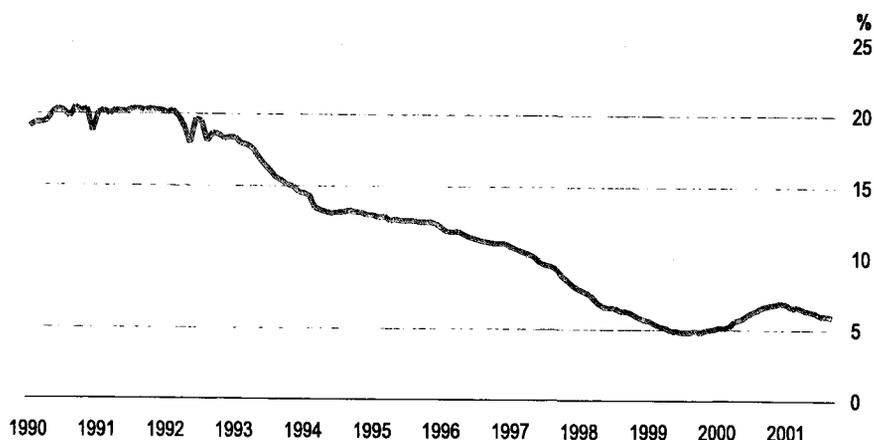
Absoluto			Relativo		
Freguesia	Concelho	Nº	Freguesia	Concelho	%
Algueirão-Mem Martins	Sintra	4 421	Madalena	Lisboa	46,7
Aguilva-Cacém	Sintra	4 200	São Nicolau	Lisboa	44,1
Setúbal (S. Sebastião)	Setúbal	3 354	Mártires	Lisboa	41,5
S. Domingos de Rana	Cascais	2 899	Socorro	Lisboa	40,4
Odivelas (Lumiar e Carnide)	Odivelas	2 407	Chouto	Chamusca	29,3
Montijo	Montijo	2 101	Raposa	Almeirim	28,8

Aumento do acesso à casa própria...

Na última década, o número de proprietários voltou a aumentar de forma significativa, atingindo, em 2001, cerca de 900 mil alojamentos. Se na década de 80 o início da descida das taxas de juro do crédito à habitação despoletou um aumento da compra de habitação própria, nos anos 90 esta situação fortaleceu-se consideravelmente, não só devido ao acentuar da tendência de descida das taxas de juro, como também devido à

maior facilidade de concessão de crédito às famílias. Desta forma, os resultados provisórios dos Censos 2001 indicam um aumento de 40% no número de proprietários na RLVT, revelando um crescimento superior ao verificado a nível nacional (36%). No entanto, o peso dos proprietários da região (71,5%) mantém-se inferior ao nacional (75,7%) devido à sua maior parcela de espaço urbano, normalmente associada a uma maior proporção de alojamentos arrendados.

27

Figura 16 - Evolução mensal das Taxas de Juro¹⁰

¹⁰ Operações a mais de 5 anos - Empréstimos - Particulares e emigrantes - Fonte: Banco de Portugal.

A diferença entre os concelhos da região nos diversos tipos de ocupação tem vindo a esbater-se, registando-se em 2001 uma grande uniformidade regional no peso relativo dos alojamentos ocupados pelo proprietário assim como pelos arrendados.

Os concelhos que registaram um maior crescimento da importância relativa dos alojamentos de residência habitual ocupados pelo proprietário no total de alojamentos entre 1991 e 2001 foram Lisboa, Sintra, Setúbal e Alcochete. Estes concelhos registaram simultaneamente uma diminuição significativa do número de alojamentos arrendados, o que revela que o crescimento dos proprietários não está apenas associado à compra de novas habitações mas também à transferência de alojamentos entre regimes de ocupação (de arrendamento para ocupação pelo proprietário). Enfatizando a conclusão anterior, refira-se que, na última década, apenas em sete concelhos da RLVT se verificou um acréscimo do número de alojamentos arrendados, enquanto em todos os concelhos sem excepção o número de alojamentos ocupados pelo proprietário aumentou.

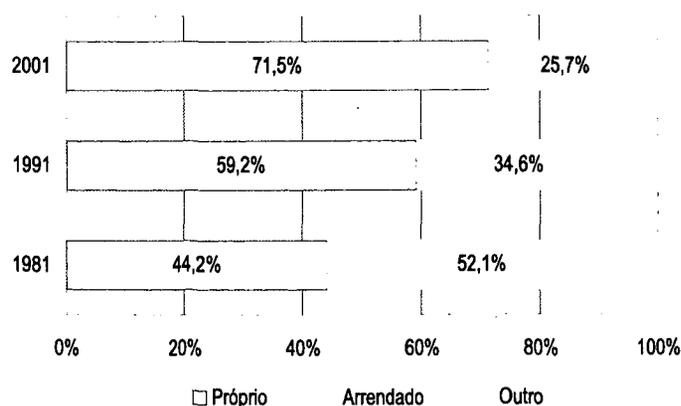
No entanto, em 2001, os concelhos com menos alojamentos de residência habitual ocupados pelos proprietários eram, por razões históricas, aqueles em que a edificação é mais densa e onde o peso dos arrendados é mais significativo [Lisboa (48%), Loures (65%), Almada (68%), Amadora e Odivelas (69%)].

Em Alcochete, como nas freguesias de Agualva-Cacém ou Algueirão-Mem Martins (Sintra) por exemplo, confirma-se uma relação positiva entre o aumento de proprietários e crescimento de alojamentos ali ocorrido, confirmando que um maior peso dos proprietários se deve sobretudo à aquisição de novos alojamentos.

...peso dos alojamentos arrendados a diminuir

Nos últimos vinte anos o peso dos alojamentos arrendados decresceu para metade, assumindo no entanto valores ainda assim superiores aos nacionais. De facto, enquanto em 1981 os alojamentos ocupados por arrendatários ultrapassavam a metade do total de alojamentos de residência habitual, em 1991 já só representavam um terço e em 2001, são apenas um quarto do total de alojamentos.

Figura 17 – Evolução dos alojamentos na RLVT segundo o peso relativo do regime de ocupação



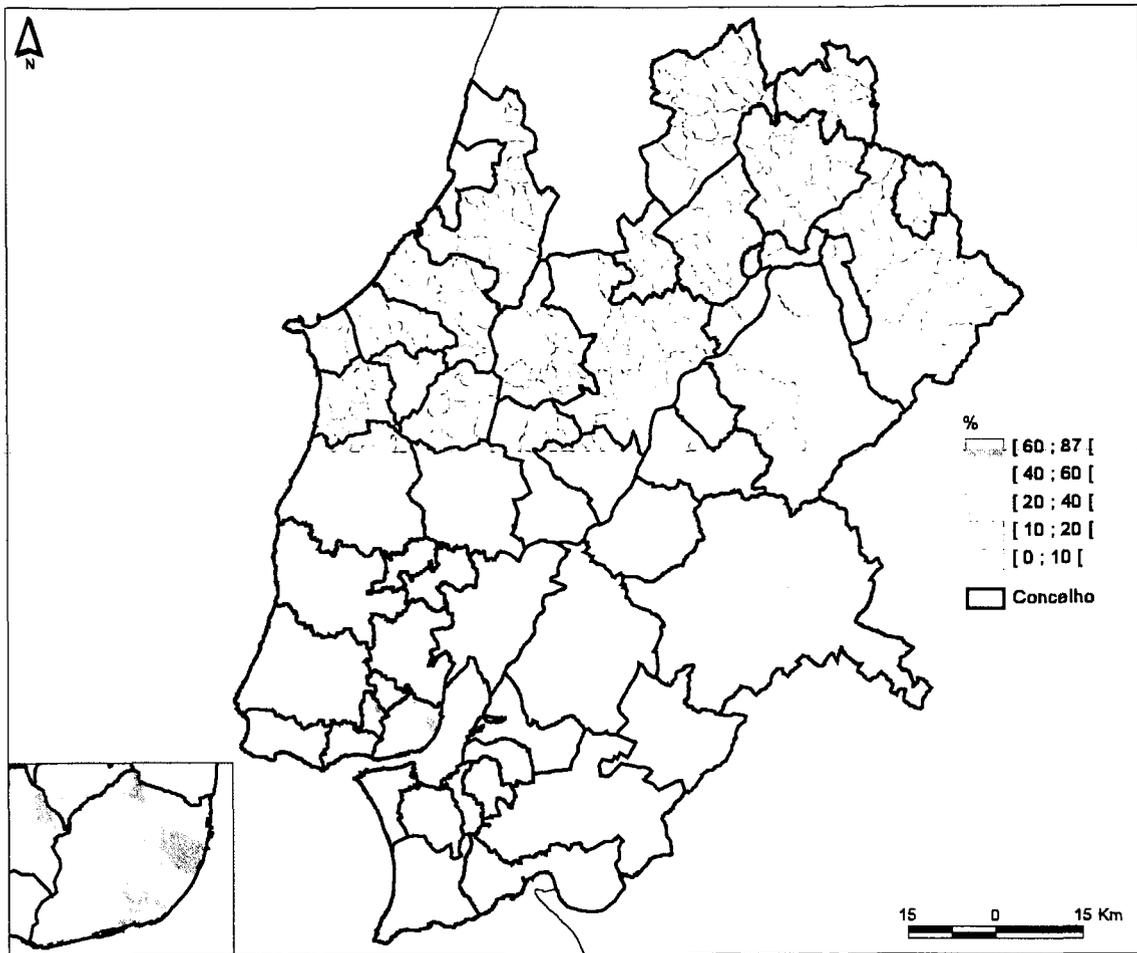
O peso elevado de alojamentos arrendados surge associado a sintomas distintos:

- freguesias urbanas que incluem os centros históricos;
- freguesias que apresentam simultanea-

mente um grande peso de alojamentos sazonais associado ao fenómeno da segunda habitação;

- concelhos que registaram uma menor dinâmica construtiva dado que, como vimos, o aumento relativo de proprietários está associado a um maior dinamismo de construção.

Figura 18 - Proporção de alojamentos arrendados no total de alojamentos clássicos de residência habitual, por freguesia, 2001



Cobertura total das infra-estruturas básicas...

Em Portugal, na década de oitenta praticamente se concluiu o processo de electrificação do país, atingindo-se na década de noventa uma cobertura próxima da totalidade dos alojamentos em ter-

mos de água e esgotos. Na RLVT, a cobertura das infra-estruturas básicas está mais avançada que no resto do país, na medida em que já em 1991 se tinha atingido uma cobertura quase total ao nível das condições de habitabilidade, tendo servido esta última década para colmatar algu-

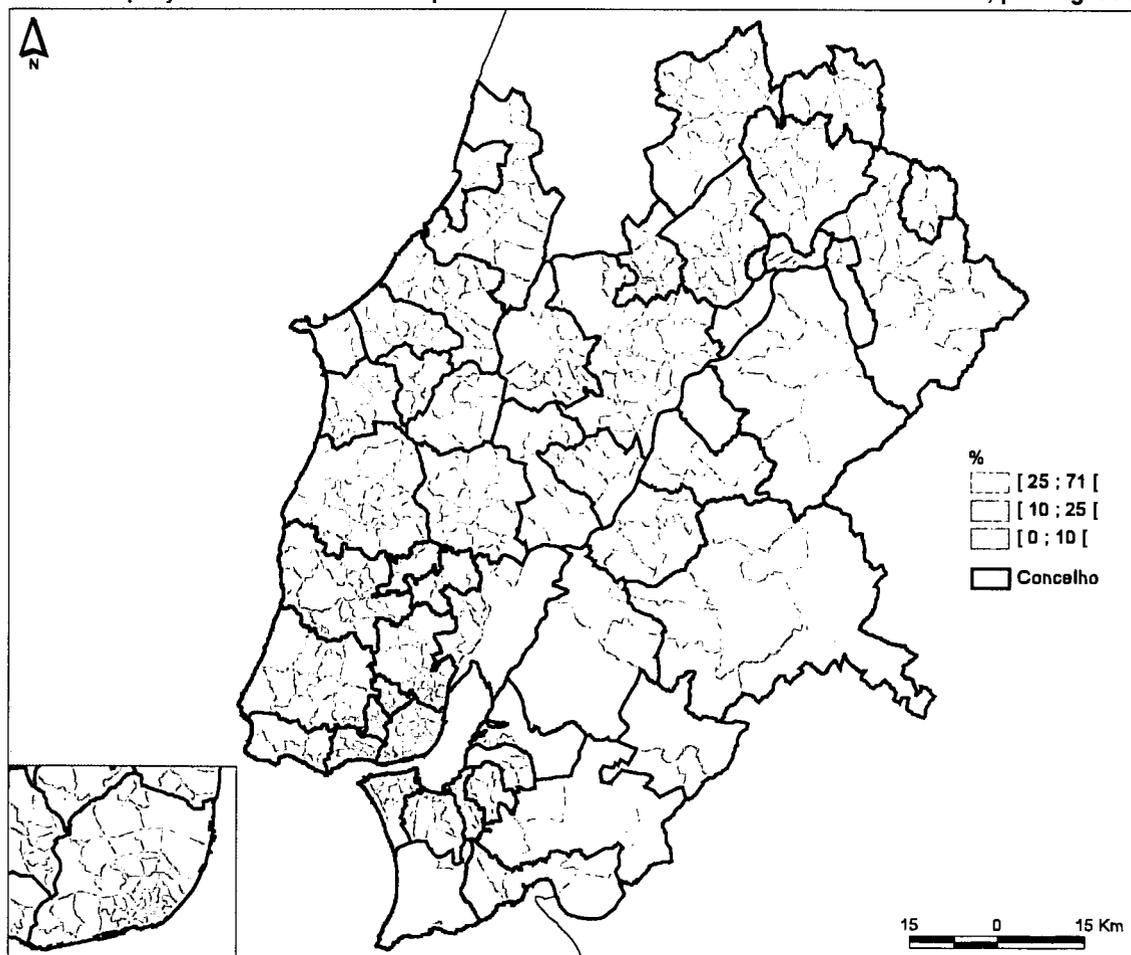
mas falhas de cobertura de electricidade, água e esgotos. Refira-se, no entanto, a existência de algumas freguesias que surgem desenquadradas deste panorama regional como é o caso de Formigais (Ourém) sem esgotos ou Aldeia do Mato (Abrantes) em que cerca de 20% dos alojamentos não têm água canalizada.

Pela primeira vez inquiriu-se a recolha de resíduos sólidos (vulgo lixo) permitindo constatar que existiam ainda algumas freguesias em que a percentagem de edifícios não servidos pela recolha de resíduos sólidos é significativa. Na região, apenas 6,3% dos edifícios não estavam servidos por esta recolha, valor inferior ao de Portugal (9,3%).

Quadro 9 – Evolução da taxa de cobertura dos alojamentos na RLVT

	1981	1991	2001
Com electricidade	95,0%	98,9%	99,8%
Com água	88,1%	94,9%	99,1%
Com esgotos	92,0%	97,4%	99,0%

Figura 19 – Proporção de edifícios servidos pela recolha de resíduos sólidos no total de edifícios, por freguesia, 2001



Refira-se, por fim, que as barracas¹¹ foram praticamente erradicadas a nível nacional resultado da sua diminuição nas áreas metropolitanas, ocorrida nos últimos anos. Nesta região e ao longo dos últimos vinte anos as barracas decaíram para menos de metade, representando, em 2001, 0,12% do total de alojamentos, o que equivale a 7658 alojamentos, das quais 78% se concentram na Grande Lisboa.

3. Considerações Finais

A região de Lisboa e Vale do Tejo tem registado um pequeno crescimento populacional, mantendo estável o seu peso no país desde os anos 80. No entanto a população tem sofrido profundas transformações, visíveis na análise da evolução de algumas variáveis.

Com uma população maioritariamente em idade activa, a região apresenta contudo um índice de envelhecimento cada vez mais acentuado, tendo registado a população idosa, pela primeira vez neste Recenseamento, um peso superior à população jovem.

Outra variável que espelha bem as transformações da região é a dimensão da família clássica. Apesar de predominarem as famílias com duas e com três pessoas, a redução do número de famílias com quatro ou mais pessoas tem sido muito acentuado ao longo das últimas duas décadas, em contraste com o forte crescimento das famílias com uma só pessoa.

A evolução do estado civil permite-nos evidenciar, por um lado, a estabilização do número de solteiros e de casados na última década (depois de um ligeiro decréscimo entre 1981 e 1991) e por outro lado a crescente instabilidade e informalidade nas relações conjugais, expressas no aumento significativo de divorciados e de casados sem registo.

Quanto à escolaridade, verificou-se um aumento do peso da população que atingiu os níveis de ensino secundário e superior, mas destaca-se, sobretudo, a diferença entre a proporção de homens e de mulheres que atingiram o ensino superior, verificando-se uma nítida feminização deste nível de ensino.

Dado o *stock* habitacional já existente e principalmente a relação entre o número de alojamentos e de famílias, o crescimento do parque habitacional na região foi bastante elevado, apesar de assumir valores inferiores aos da década passada. Mantém-se, entre 1991 e 2001, um ritmo mais acelerado na construção de alojamentos do que de edifícios, traduzindo-se naturalmente num aumento da dimensão média dos edifícios.

O peso, largamente maioritário, dos edifícios com apenas um alojamento tem vindo a diminuir, enquanto aqueles que detêm mais de sete alojamentos representavam já cerca de 10% e se localizavam sobretudo nas freguesias urbanas, com especial incidência nos concelhos da Área Metropolitana da Lisboa.

¹¹ Construção independente, feita geralmente com vários materiais velhos e usados e/ou materiais locais grosseiros, sem plano determinado e que esteja habitada no momento censitário.

O crescimento do parque habitacional pouco atingiu os alojamentos ocupados como residência habitual que têm vindo a perder peso resultado da expansão de outras formas de ocupação (alojamentos sazonais ou vagos). A distribuição espacial de um número crescente de alojamentos sazonais põe em evidência a presença de dois tipos de segunda habitação: a que se localiza junto ao litoral funcionando como “casa de praia” e a “casa de campo” situada no interior da região; a expansão dos alojamentos vagos contribui, nas freguesias urbanas, para a bolsa imobiliária e nas freguesias rurais é, em grande medida, o resultado do abandono populacional.

Em vinte anos, em parte devido à maior facilidade no acesso ao crédito, inverteu-se completamente a posição relativa dos proprietários e dos arrendados, ficando estes últimos com alguma expressão na AML e em freguesias com forte habitação sazonal.

Em 2001, existiam boas condições de habitabilidade na região: 99% dos alojamentos estavam servidos por água, electricidade e esgotos, enquanto a recolha de resíduos sólidos abrangia cerca de 94% dos edifícios.

Referências Bibliográficas

- SERVIÇO DE ESTUDOS - DRLVT/INE (2001), *A Região de Lisboa e Vale do Tejo em 2001: Análise dos Resultados Preliminares dos Censos*, Revista de Estudos Regionais nº3, INE/DRLVT.
- INE (2002), *Censos 2001: Resultados Provisórios*, INE.

Uma primeira análise multivariada dos resultados provisórios dos Censos 2001

Resumo

Com a divulgação dos resultados dos Censos, fica à disposição dos investigadores um vasto manancial de informação que permite caracterizar a população portuguesa e respectivo parque habitacional. Com base no inquérito ao qual todos respondemos a 12 de Março de 2001, será possível, para cada uma das variáveis inquiridas, ficar a conhecer o “retrato” do país nessa data.

Se é claro que os resultados definitivos permitirão aumentar a “definição” desse retrato, revelando todos os pormenores, os resultados provisórios permitem, desde já, uma primeira análise, em traços gerais, dessa “fotografia”; sobrepondo as imagens obtidas nos Censos anteriores, teremos um “filme”, passível de contribuir para a percepção das dinâmicas sociais e habitacionais subjacentes à situação actual.

A actualidade da informação disponibilizada reforça o interesse desta abordagem.

Através da síntese proporcionada pela construção de alguns indicadores e da sua projecção multivariada evidencia-se, nos dados dos três últimos Censos relativos às unidades territoriais consideradas (concelho e freguesia), uma estrutura relativamente estável, essencialmente dependente de um factor de urbanismo.

José Fernando
Direcção Regional de Lisboa
e Vale do Tejo / INE

1. Introdução

A interpretação da informação censitária poderá ser baseada no cálculo de medidas estatísticas (a média, por exemplo) que permitem sintetizar, para cada uma das variáveis, a informação relativa à unidade territorial em vista, seja o país, uma região em especial, ou, mais particularmente, um determinado concelho ou freguesia.

No entanto, analisando as variáveis *per si*, uma a uma, podem escapar certos aspectos relevantes inerentes à estrutura da informação, que teimam em esconder-se na massa de dados, resistindo inclusivamente a uma análise bivariada (estudo das variáveis duas a duas): uma relação aparente poderá ser influenciada por outros factores.

O objectivo deste estudo é precisamente o de tentar compreender, recorrendo à informação disponibilizada pelos resultados provisórios dos Censos, se existem factores estruturantes segundo os quais possamos distinguir claramente os vários municípios do país, discernindo as linhas de força mais relevantes das dinâmicas territoriais actuates na região de Lisboa e Vale do Tejo.

Recorrer-se-á, para isso, a uma análise em componentes principais (ACP), seguida de uma classificação. Essa análise foi dividida em duas partes: uma estrutural, com base nos dados mais

recentes; outra dinâmica, com base na evolução dos mesmos indicadores nas duas últimas décadas.

Começar-se-á por apresentar uma abordagem nacional ao nível concelhio, com o fim de testar o posicionamento regional face à estrutura do país; o mesmo método será depois aplicado à região, de forma a dar conta das suas especificidades, funcionando também como teste de manutenção da estrutura (dos resultados); dentro da mesma lógica, repetir-se-á o processo, descendo ao nível das freguesias da região.

Tendo-se optado pela repetição dos mesmos métodos a diferentes níveis de desagregação geográfica, assumiu-se tanto a inevitabilidade de uma certa redundância, como a eventualidade de ligeiras inconsistências, estas essencialmente ao nível das classificações propostas; admite-se que isso possa mesmo contribuir para o objectivo de consolidar o tal "retrato" da região. Assume-se igualmente a subjectividade das opções tomadas, frisando ser esta uma análise entre muitas possíveis, destinando-se apenas a suscitar algumas pistas de reflexão: deve tomar-se como um "aperitivo" relativamente às análises mais vastas e específicas, que só a divulgação dos resultados definitivos permitirão realizar.

Meta-informação

Começou-se por definir um conjunto de indicadores relativizados (de forma a garantir a comparabilidade inter-concelhia, através da eliminação do efeito dimensão), julgados representativos da informação disponível.

Atendeu-se igualmente a uma ideia de síntese, pelo que se adoptou o critério de uma ideia, uma variável. Admitiu-se uma excepção, de controlo: para além da *Dimensão Média da Família* (DimFam), utilizou-se para a "mesma ideia", o peso de *Famílias Numerosas* (Fnum).

Os elementos relevantes para a compreensão da metodologia empregue neste estudo irão acompanhando o texto.

Foi-se decidindo casuisticamente da adequação das representações gráficas. As várias análises (estrutural e dinâmica) aos vários níveis (Portugal ao nível concelhio, Região de Lisboa e Vale do Tejo ao nível concelhio e Região de Lisboa e Vale do Tejo ao nível de freguesia) nem sempre respeitam a mesma apresentação, seja por defeito, quando foram julgadas redundantes, seja por excesso, por se julgar relevante acrescentar alguma variante.

Nome Curto	Unidade	Tipo
Iedif – Idade dos Edifícios	Anos	Média
AporE – Alojamentos por Edifício	Nº	Média
Resid – Residencialidade	%	Indicador
Prec – Barracas	%	Peso
Sazon – Sazonais	%	Peso
Vagos – Vagos	%	Peso
Confo – Indicador de Conforto	%	Indicador
Propr – Proprietários	%	Peso
FNum – Famílias Numerosas (c/ 5 ou mais pessoas)	%	Peso
DimFam – Dimensão da Família	Nº	Média
IndEnv – Índice de Envelhecimento	Nº	Indicador
Tradi – «Tradição» Separados/Divorciados	Nº	Indicador
Divor – Divorciados/Casados	Nº	Indicador
HabAcad – Indicador de Escolarização	Anos	Média

NOTAS:

A matriz de dados comporta 14 variáveis:

- por 308 concelhos, na análise nacional;

- por 51 concelhos ou 521 freguesias, na análise regional.

Na análise dinâmica, os resultados dos Censos anteriores ajustaram-se aos limites geográficos dos novos concelhos.

Todas as variáveis são contínuas: a ideia da ACP é precisamente restituir uma ideia do *continuum* de dados nas relações de natureza quantitativa.

Para salvaguardar os diferentes pesos dos diversos concelhos, introduziu-se uma variável suplementar, para servir de ponderador na análise: a população residente. Caso contrário, um concelho pequeno teria o mesmo contributo que um concelho grande. É assim possível considerar o efeito dimensão.

As variáveis *Alojamento por Edifício* (AporE) e *Dimensão da Família* (DimFam) foram calculadas recorrendo aos escalões disponíveis e não aos totais, de forma a garantir total compatibilidade com as análises qualitativas que se realizaram em paralelo, corridas sobre dados discretos.

De forma a enquadrar a análise multivariada, apresentam-se em anexo, quer para o País, quer para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, as 14 variáveis consideradas, uma por uma, sob a forma de um gráfico e de um mapa.

Para último ponto médio de:

ledif - foi considerado um valor arbitrário, 121 anos para os edifícios construídos antes de 1919

AporE - 16 alojamentos

DimFam - 5,5 indivíduos (média global)

Fórmulas não explícitas:

Resid

100% x exclusivamente residenciais

75% x principalmente residenciais

25% x principalmente não residenciais

Confo

1/3 x % Alojamentos com Electricidade

1/3 x % Alojamentos com Água

1/3 x % Alojamentos com Esgotos

IndEnv

População com 65 e + anos / População com 14 e - anos

HabAcad

0 x Analfabetos

4 x 1º Ciclo / 4ª Classe

6 x 2º Ciclo / Preparatório

9 x 3º Ciclo / Unificado / Obrigatório

12 x 12º Ano

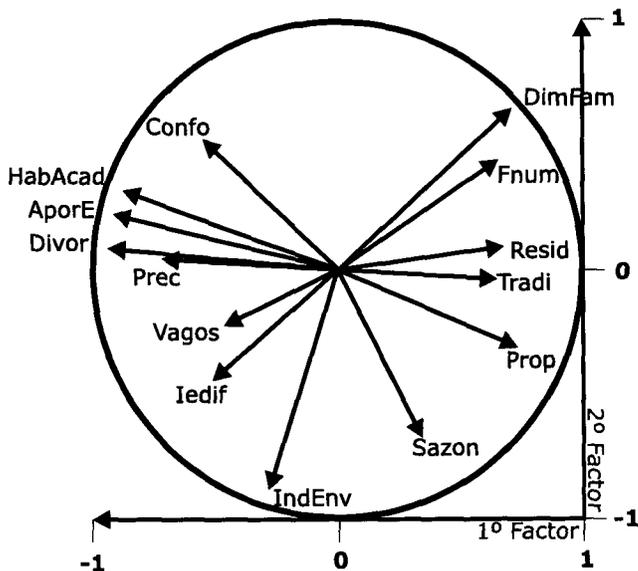
15 x Bacharelato

17 x Licenciatura

2. Análise Estrutural nacional por concelho

Análise em Componentes Principais

Círculo de correlação



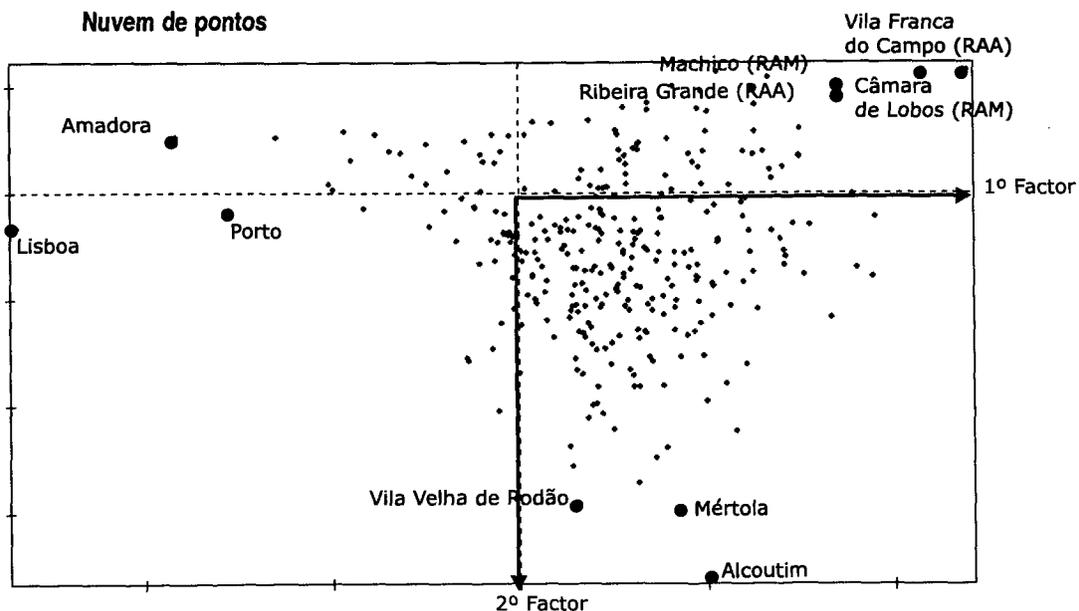
Extraíu-se um primeiro factor com um valor próprio de 6, o que equivale a 43,5% da variância original dos dados explicada. Cada variável original tinha um contributo de cerca de 7% para a variância total (100%/14 variáveis); o primeiro factor resume pois o equivalente a 6 variáveis originais, o que se traduz num resultado significativo.

Com base na análise do círculo de correlação, denominámos este factor de urbanismo. Distingue, para um lado, os concelhos mais urbanos (neste caso à esquerda, com valores negativos, mas a orientação do factor é arbitrária) e para o outro, os menos urbanos. Os mais urbanos são essencialmente caracterizados por edifícios maiores, maior peso do divórcio, mais habilitações académicas, tendo os menos urbanos regra geral maior dimensão da família, maior peso de proprietários, edifícios quase exclusivamente residenciais, optando as pessoas mais pela figura da separação que pela do divórcio. Em nossa opinião, o primeiro factor é relevante como instrumento de medida do fenómeno urbano. Veja-se, na nuvem de pontos, os extremos factoriais. Lisboa e Porto surgem aqui em claro destaque.

Um segundo factor, com 18,5%, é essencialmente marcado pelo envelhecimento em oposição a maiores dimensões da família.

O primeiro plano factorial representa portanto mais de 60% da variância total: com apenas duas novas variáveis, consegue explicar cerca de 2/3 da variância associada a 14 variáveis.

Nuvem de pontos

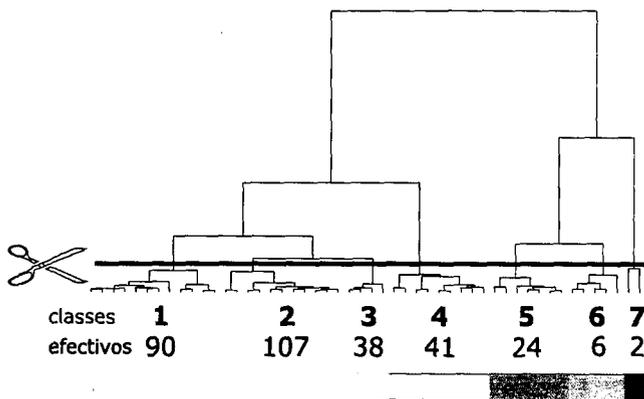


Classificação

Para além da árvore de classificação com a identificação das classes, representam-se ainda os intervalos interquartis de cada uma das classes obtidas. Na última classe, composta apenas por Lisboa e Porto, representam-se os dois valores. Tal permite obter uma ideia aproximada da distribuição de cada classe, servindo de base à sua caracterização.

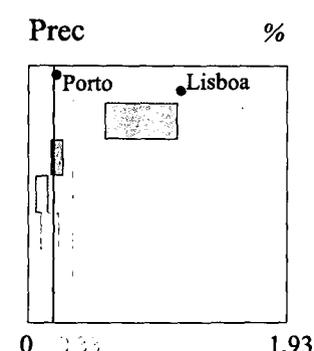
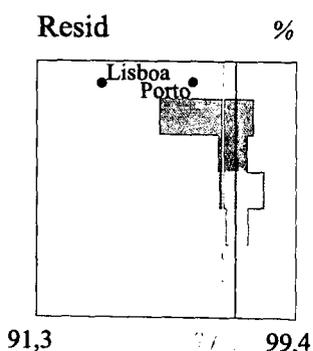
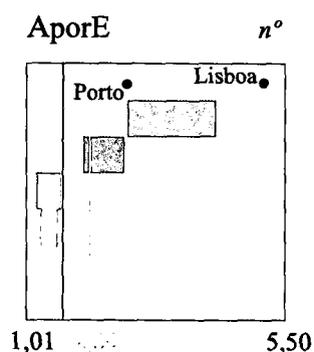
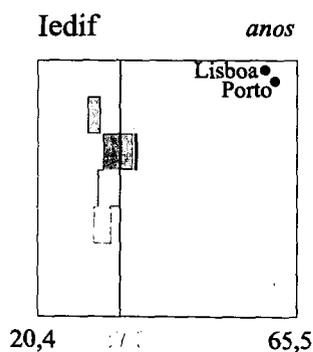
Uma primeira distinção ocorre entre as classes 1 a 4 e as classes 5 a 7 (mais rural; mais urbano); em seguida cinde-se, do segundo grupo, a classe 7 (Lisboa e Porto, com um padrão muito semelhante); depois isola-se a classe 4, do primeiro grupo, o que demonstra bem a forte "identidade" desta classe; posteriormente, o grupo da esquerda subdivide-se em classe 1 e classes 2, 3 (mais indistintas, próximo dos eixos); de seguida a classe 5 separa-se da 6; por fim, a classe 2 distingue-se da 3.

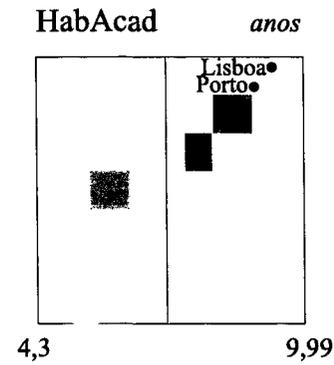
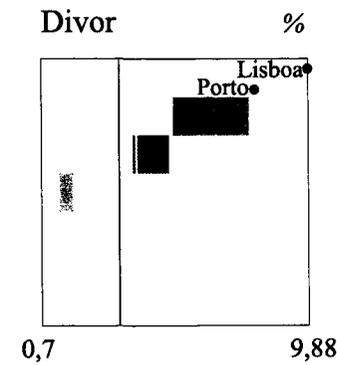
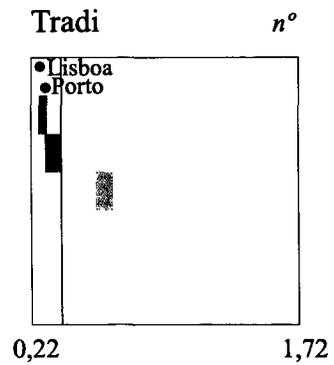
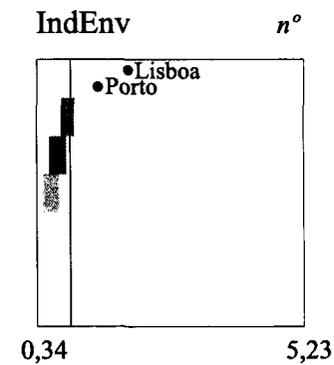
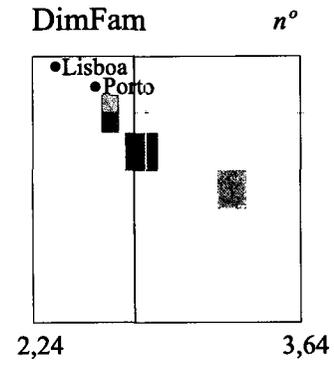
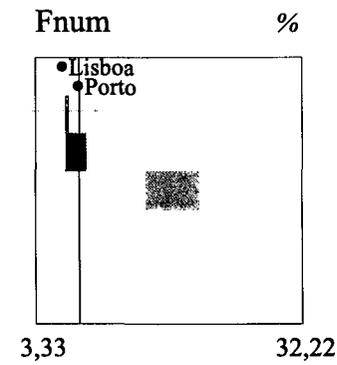
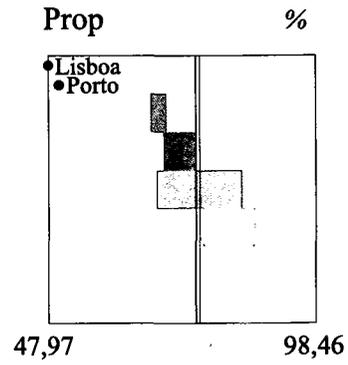
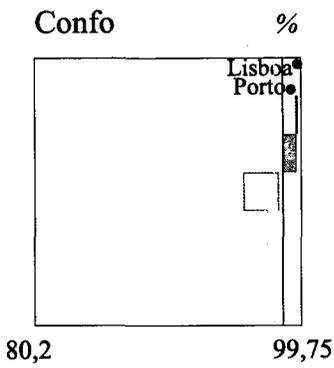
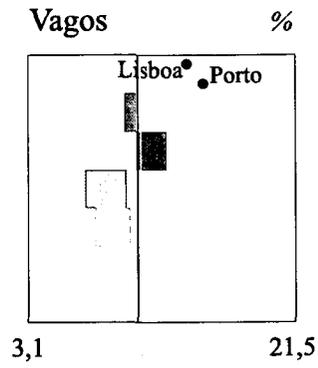
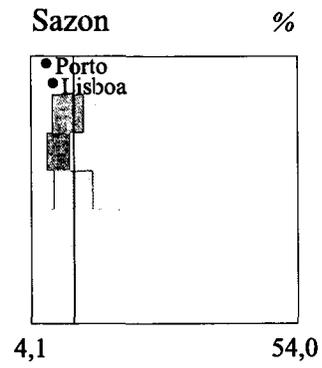
Árvore de classificação



38

Caracterização das classes





Concelhos com uma população bastante envelhecida, forte proporção de proprietários e presença substancial de alojamentos sazonais (estes com forte incremento nos últimos 10 anos). O conforto dos alojamentos também evoluiu positivamente, embora se mantenha bastante abaixo do país. Zonas rurais com "grande peso da tradição", poucos divórcios e baixas habilitações académicas (os pontos mais significativos são os que estão por baixo na nuvem de pontos da análise factorial).

Relativamente parecida com a classe anterior, mas menos característica, reconhece-se um padrão semelhante, mas mais esbatido (mais perto dos eixos na nuvem de pontos).

Relativamente similar à classe seguinte mas menos característica, reconhece-se um padrão semelhante mas mais esbatido, difere dessa essencialmente por apresentar um peso de proprietários superior à média (mais perto dos eixos na nuvem de pontos).

Concelhos com população jovem e forte presença de famílias numerosas. Continuam a ser concelhos bastante tradicionais, com poucos divorciados, e habilitações bastante inferiores às do país. Concelhos com poucos alojamentos vagos e edifícios quase totalmente unifamiliares, mais recentes que a média do país. Inexistente a sul, tal como a anterior classe, evidenciando diferenças substanciais entre os padrões de expansão metropolitana de Lisboa e do Porto.



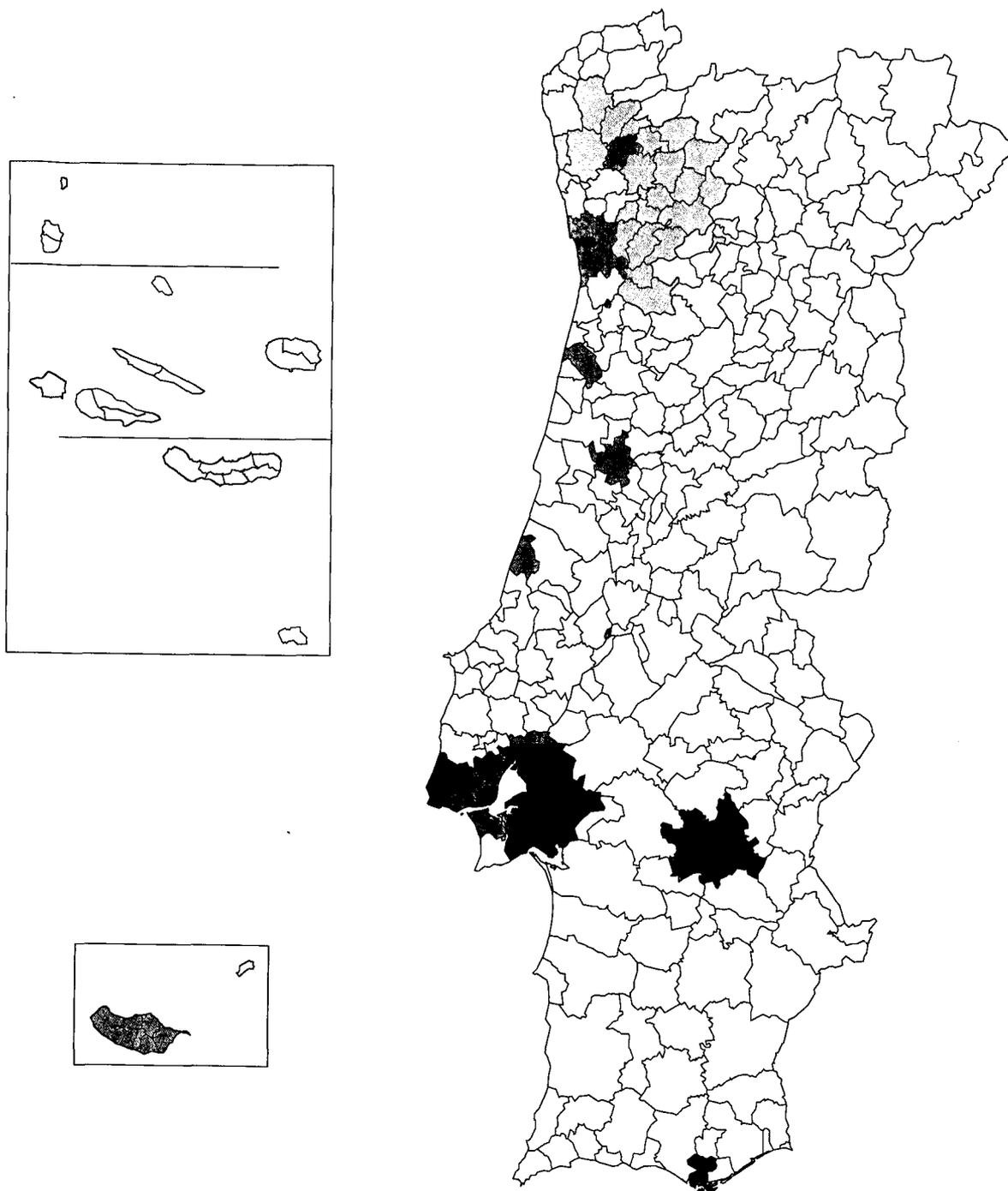
Concelhos urbanos (e sub-urbanos, nas Áreas Metropolitanas (AM)) com uma população bastante jovem e nível médio de habilitações, regista um peso insignificante de alojamentos sazonais e apresenta níveis de conforto bastante altos.



Concelhos de um processo de sub-urbanização (na Área Metropolitana de Lisboa - AML) mais antigo que os da classe anterior, de construção em altura, com presença significativa de zonas degradadas. Cultura marcadamente urbana, com habilitações académicas bastante superiores à média, tal como a taxa de divorcialidade. Associa-se também a uma tendência de envelhecimento da população, se bem que o índice de envelhecimento se revele ainda inferior à média.



Edifícios marcadamente mais altos e envelhecidos que a média do país. Uma divorcialidade mais do dobro da do país, e o maior indicador de escolarização. Baixa dimensão da família, com tendência para diminuir ainda mais. Embora tenha uma estrutura de propriedade muito mais virada para o arrendamento que o resto do país, nos últimos 10 anos evidenciou-se uma forte tendência de deslocamento para o acesso à habitação própria (+40%) em Lisboa e no Porto, concelhos que constituem esta última classe.



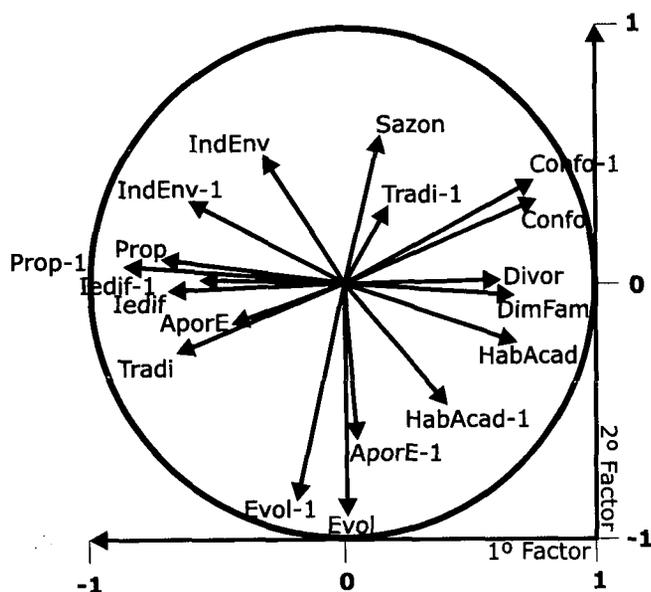
É possível constatar como as principais cidades médias (Braga, Aveiro, Coimbra, Évora e Faro) emergem claramente nesta classificação. Por aqui se vê também o carácter pouco “natural” da

inclusão dos concelhos de Mafra e Azambuja na Área Metropolitana de Lisboa. O contrário se passa com o concelho de Benavente. As AM surgem quase perfeitamente delineadas.

3. Análise Dinâmica nacional por concelho

Análise em Componentes Principais

Círculo de correlação

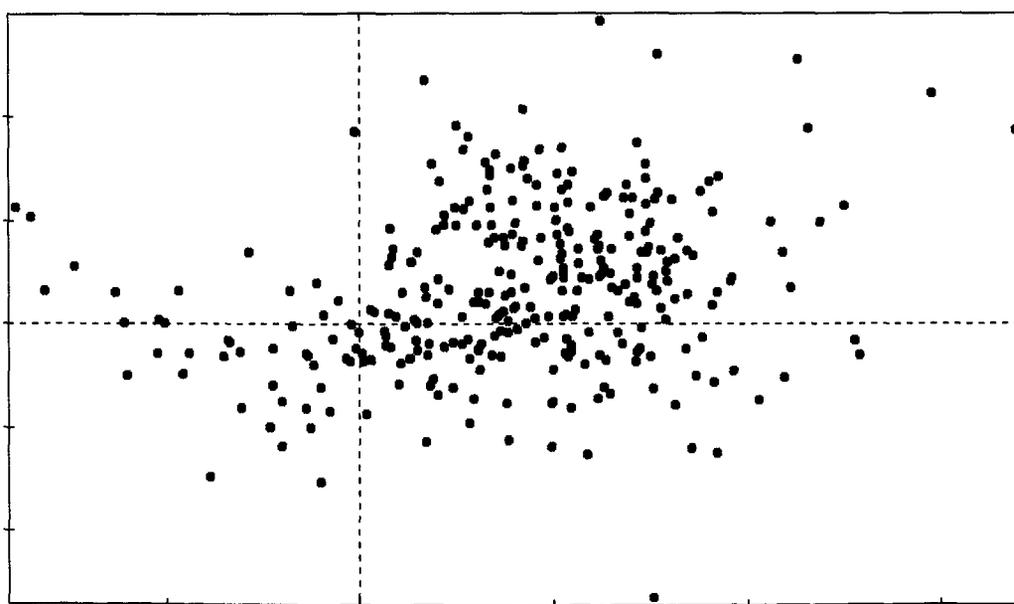


nomes curtos (ex. DimFam); relativamente à década anterior, acrescentou-se "-1" (ex. DimFam-1). No curso da análise, excluíram-se as variáveis *Resid* e *Prec*, pelo seu fraco desempenho no modelo. Por outro lado, tratando-se de uma análise dinâmica, acrescentou-se uma outra variável: a evolução da população residente (*Evol*). A matriz de dados comporta assim 26 variáveis. A análise efectuada foi ponderada pela população residente em 2001, tal como a análise estrutural.

Cada variável original tem em média um contributo de cerca de 4% para a variância total (100%/26 variáveis). Extraíu-se um primeiro factor com um valor próprio de 6, correspondente a 24% de explicação da variância original; o segundo factor representa 12,5%; possuindo o plano formado pelos dois um total de 36,5% de variância explicada. No círculo de correlação, apenas se mostram as variáveis relevantes para a definição dos eixos, pois caso contrário o plano tornar-se-ia ilegível; as restantes são omissas e mais próximas dos eixos, ou seja, menos discriminantes segundo estes dois primeiros factores.

Para esta análise foram consideradas as mesmas variáveis que para a análise estrutural, mas num outro formato: os dados dos três Censos considerados (1981; 1991; 2001) foram reduzidos a duas evoluções (1981-1991 e 1991-2001). As variáveis do último período são os seus

Nuvem de pontos



Uma primeira e óbvia constatação, é a consistência das evoluções de algumas variáveis nas duas décadas consideradas, começando pela própria evolução da população residente: de 1991 para 2001, em termos globais, a população cresceu mais nos concelhos onde também tinha crescido de 1981 para 1991; a tendência de aumento ou de diminuição da população apresenta-se aqui como estrutural. Existem no entanto algumas ressalvas relevantes a essa consistência¹, por ordem de importância:

■ A pressão para a construção em altura (aproximada pela variável *AporE*): se entre 1981 e 1991 incidia essencialmente nos concelhos que mais estavam a crescer; entre 1991 e 2001 parece ter-se deslocado mais para os concelhos de urbanização mais antiga e consolidada, o que se consubstancia no exemplo dos concelhos de Lisboa e do Porto, com uma recuperação de dinamismo, depois de terem estado estagnados entre 1981 e 1991.

■ Se entre 1981 e 1991, ainda não era clara a evolução das mentalidades no interior, entre 1991 e 2001 há uma clara “urbanização” das mentalidades do país, com as evoluções antagónicas dos indicadores *Tradi* (este, inclusive, passa para o quadrante oposto no plano factorial)

e *Divor*. Se bem que continue a haver mais divorciados nas grandes cidades, o fenómeno aumentou mais no resto do país, “substituindo” a figura de separado.

■ Também a consolidação da democratização do ensino é bem patente no deslocamento de *HabAcad* para uma mais clara oposição ao factor urbano: se bem que continue a haver mais habilitações nas grandes cidades, a evolução foi muito maior nos concelhos onde eram, precisamente, mais baixas.

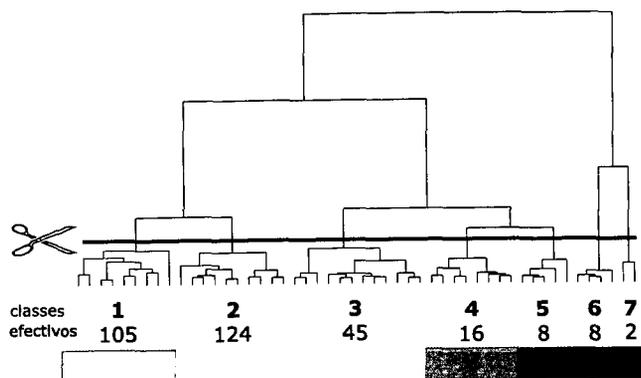
■ Se entre 1981 e 1991 o envelhecimento se fazia sentir sobretudo nas cidades velhas (com especial destaque para Lisboa e Porto) com a desertificação do centro, este indicador parece estar a mover-se para os concelhos em fase de desertificação... Para onde parecem também deslocar-se os alojamentos sazonais, partindo de um posicionamento incaracterístico entre 1981 e 1991.

Destaque-se, na nuvem de pontos do primeiro plano factorial, a proximidade, num extremo factorial, entre Lisboa e Porto, evidenciando um padrão evolutivo muito semelhante, o que se virá a repercutir, uma vez mais, na classificação.

¹ As variáveis “peso” são sensíveis a efeitos espúrios - se parte de muito baixo, sobe muito, se já era alto, sobe pouco - inerentes à análise de taxas de variação.

Classificação

Árvore de classificação



Uma primeira distinção é efectuada entre as classes de 1 a 5 e as classes 6 e 7. No último grupo, a classe 6 relativamente homogénea, com 8 elementos, só volta a cindir-se depois da classe 7, que tem apenas dois elementos. O primeiro grupo subdivide-se nas classes 1 a 2 e 3 a 5. As classes 1 a 3 comportam diferenças internas significativas, enquanto as classes 4 e 5 estão mais ou menos bem definidas.

Caracterização das classes

Classe de concelhos do interior em risco de desertificação (concelhos que mais população perderam), numa fase de envelhecimento acelerado. Foi no entanto nestes concelhos que o conforto dos alojamentos mais cresceu (em especial na década de 80); também os alojamentos sazonais cresceram regra geral a um ritmo bastante superior ao da média. O peso de proprietários, embora na maior parte dos casos tenha subido, foi a um ritmo bastante inferior ao da média do país. Efeito de encurtamento das distâncias entre o mundo rural e o mundo urbano: divórcios e habilitações crescem bem acima da média do país.

Concelhos com um padrão ainda marcado pela interioridade, relativamente parecidos com os da classe anterior, com a grande diferença de uma maior vitalidade demográfica, com um envelhecimento regra geral inferior à média.

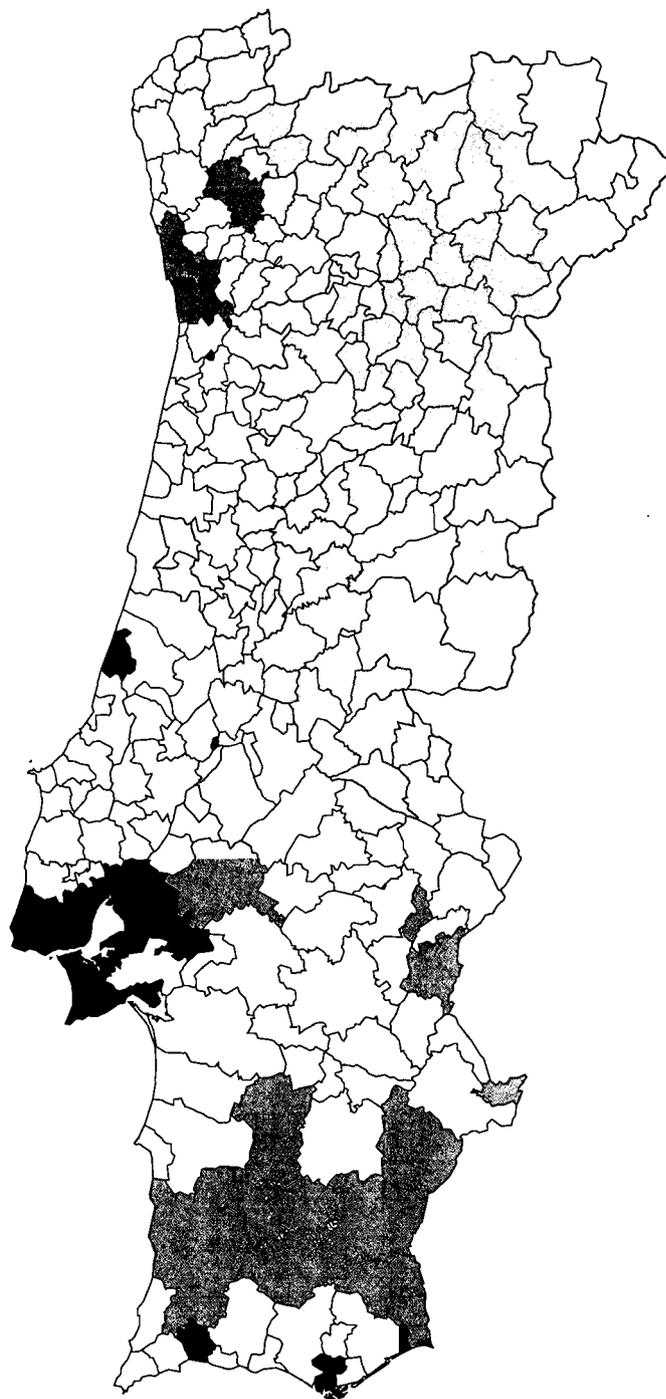
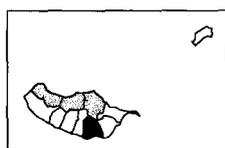
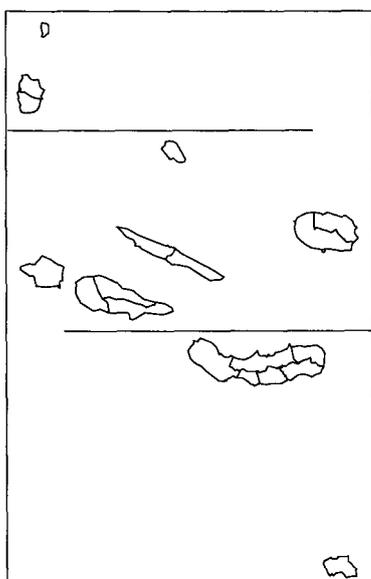
Concelhos em transição para um padrão urbano, cujo choque de "urbanidade" ocorreu (ou se consolidou) essencialmente há uma década atrás.

Concelhos urbanos, em crescimento populacional, com forte pressão construtiva, associada a uma forte evolução positiva do peso de proprietários, com a dimensão da família a baixar mais que a média do país.

Concelhos urbanos (pertencentes à AML, à excepção do Entroncamento) muito dinâmicos, com forte pressão para a construção em altura, padrões de urbanidade recentemente consolidados.

Concelhos urbanos consolidados (pertencentes à AML, à excepção da Marinha Grande), nos quais é notório o envelhecimento, tanto da população como do parque habitacional.

Uma vez mais, o método de classificação isola Lisboa e Porto numa classe. É marcante a fortíssima evolução do peso de proprietários ao longo das duas décadas; por outro lado, a pressão construtiva, que parecia ter estagnado, recuperou entre 1991 e 2001.



Se existem fortes semelhanças entre as duas capitais das Áreas Metropolitanas, o mesmo não se pode afirmar para a totalidade das AM, que apresentam padrões de evolução urbana bastante diferenciados. Note-se que as classes 5 e 6 se encontram quase exclusivamente na AML, distinguindo essencialmente concelhos cujo carácter marcadamente urbano se encontrava já consolidado em décadas anteriores - localizados

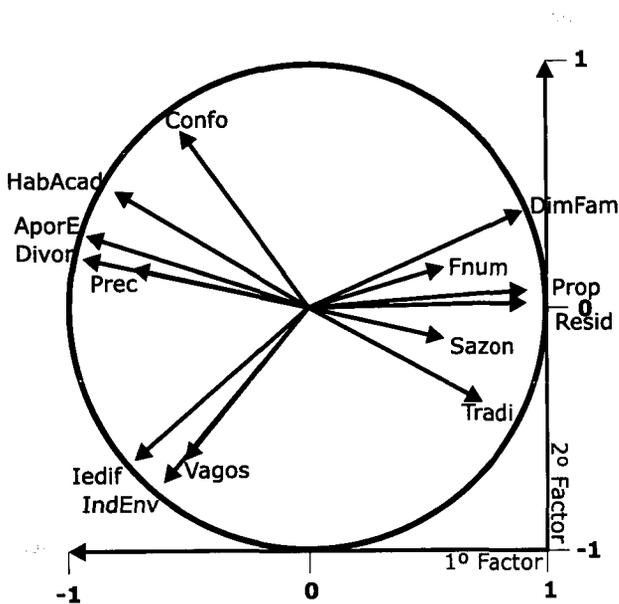
numa primeira coroa circundante a Lisboa - de outros entretanto absorvidos pelo processo de sub-urbanização e peri-urbanização - mais afastados de Lisboa.

Uma vez mais, um padrão evolutivo bem característico, parece classificar os concelhos mais afetados pela interioridade, sobretudo nas regiões de Trás-os-Montes, Beiras e Baixo Alentejo.

4. Análise Estrutural regional por concelho

Análise em Componentes Principais

Círculo de correlação

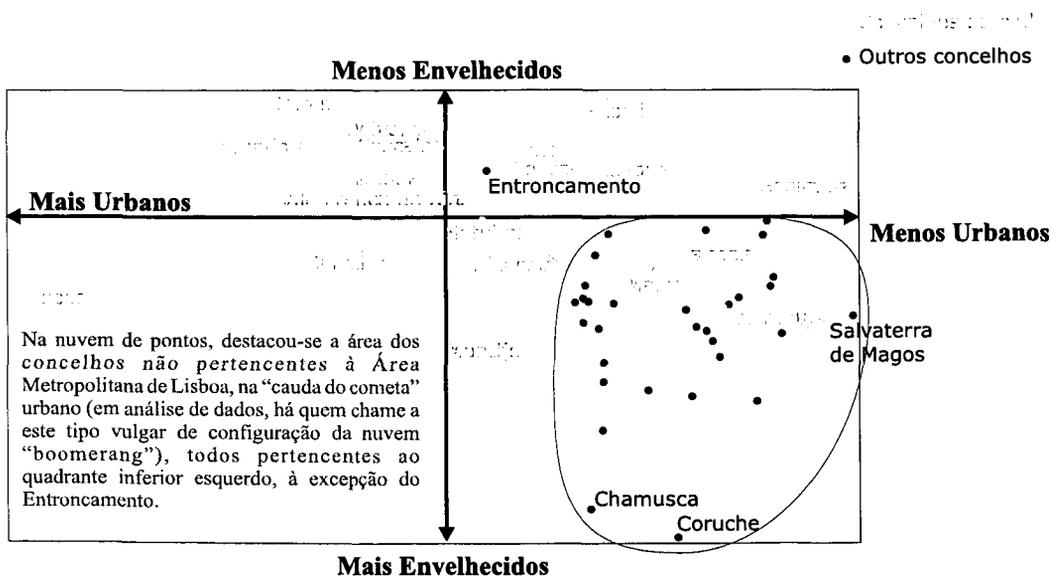


manutenção da estrutura nacional, comparando com o mesmo tipo de análise a esse nível. As disparidades na região são portanto semelhantes às do país: os concelhos distinguem-se essencialmente ao longo do eixo a que já chamámos, na análise nacional, de urbanismo, sendo este factor mais relevante a nível regional que a nível nacional, enquanto o segundo factor é da mesma ordem de grandeza. Relativamente ao país, o gráfico evidencia uma maior correlação entre idade dos edifícios e envelhecimento dos indivíduos (0,88), claramente correlacionados também com um maior peso de alojamentos vagos; de resto, exceptuando uma insignificante troca de posições entre o peso de proprietários e o indicador “tradição”, a estrutura regional é muito semelhante à nacional, o que confere continuidade à leitura das análises efectuadas.

Extraíu-se um primeiro factor com um valor próprio de quase 8, com 55,5% da variância original dos dados explicada; o segundo factor tem 18%. O primeiro plano factorial sintetiza portanto cerca de 3/4 da variância total dos dados. Atente-se na

Não se considera pertinente a apresentação da classificação estrutural regional, pela redundância que esta representaria, tal como, aliás, seria de esperar, dada a manutenção da estrutura.

Nuvem de pontos

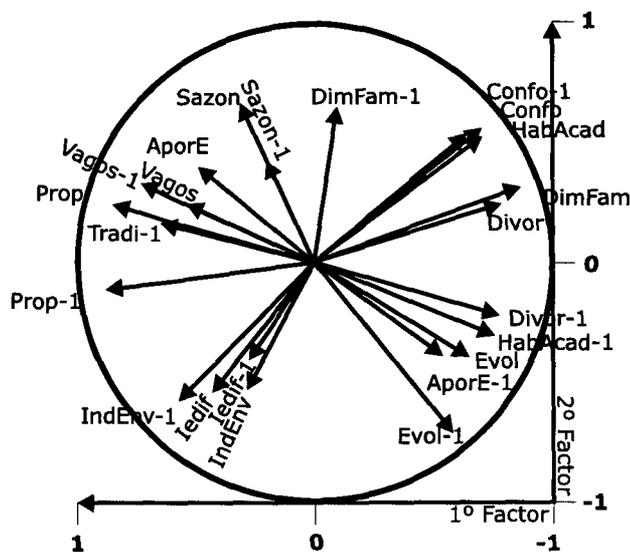


Na nuvem de pontos, destacou-se a área dos concelhos não pertencentes à Área Metropolitana de Lisboa, na “cauda do cometa” urbano (em análise de dados, há quem chame a este tipo vulgar de configuração da nuvem “boomerang”), todos pertencentes ao quadrante inferior esquerdo, à excepção do Entroncamento.

5. Análise Dinâmica regional por concelho

Análise em Componentes Principais

Círculo de correlação



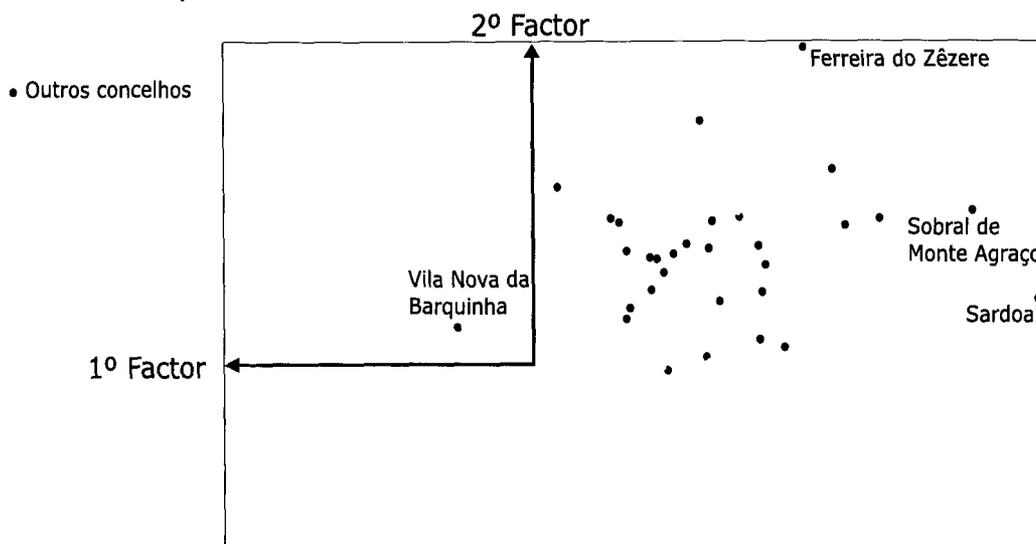
o nível nacional. É bastante mais difícil neste caso falar de manutenção de estrutura, até pelo formato pouco adequado dos dados; no entanto, existem alguns pontos em comum, relativamente ao país.

O primeiro plano factorial representa metade da variância total dos dados, pelo que permite apreender os traços gerais da evolução nas duas décadas.

À semelhança do país, podem reconhecer-se as evoluções estruturais do crescimento da população dos concelhos, da idade dos edifícios, do peso de proprietários e do indicador de conforto dos alojamentos. Em oposição à análise ao nível do país, a evolução das habilitações na década de 90 completou a sua "rotação" em direcção ao vector de democratização: se na década de 80 crescia mais nos concelhos com mais habilitações; já o crescimento na década de 90 resulta do efeito de democratização acelerada do ensino (em especial o superior), a sentir-se, de forma geométrica, nos concelhos menos urbanos, onde as habilitações eram bastante baixas; também a banalização do divórcio se sente mais neste tipo de concelhos, devido a um efeito semelhante.

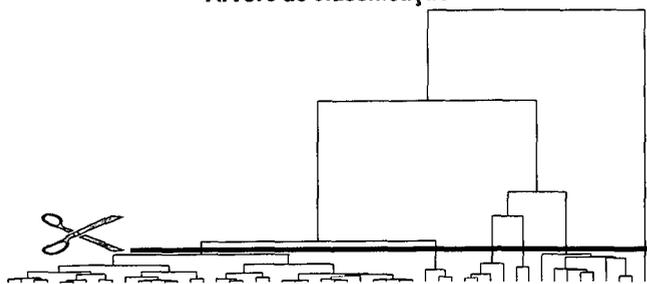
Para esta análise foram consideradas as mesmas variáveis que para o mesmo tipo de análise a nível nacional, num total de 26, sendo apenas representadas no círculo de correlação as mais relevantes, de forma a não prejudicar a leitura. Efectuou-se uma simetria horizontal no primeiro factor (que não afecta em nada o significado da representação) para facilitar a comparação com

Nuvem de pontos



Classificação

Árvore de classificação



classes	1	2	3	4	5	6
efectivos	30	3	5	3	9	1

A primeira distinção efectuada é entre Lisboa e o resto da região; por sua vez, os outros concelhos dividem-se em dois grandes grupos, incluindo o primeiro as classes 1 e 2, e o segundo as classes 3 a 5. A classe 1 e 5 são bastante heterogéneas, pois um corte mais abaixo do efectuado provoca a sua cisão mais que uma vez, antes de voltar a afectar as classes 2 a 4, classes todavia com um reduzido número de efectivos.

Caracterização das classes

Classe de concelhos na qual se fez sentir o efeito de aproximação a um padrão urbano (à direita na nuvem de pontos do primeiro plano factorial). São típicos os crescimentos muito superiores à média no conforto dos alojamentos, para os dois períodos considerados. No entanto, mesmo tendo encurtado as distâncias, continuavam a ser, em 2001, os concelhos com valores mais baixos nesse indicador. Igualmente significativa, é o facto de entre 1991 e 2001, nível de habilitações e divórcio apresentarem um crescimento regular superior à média.

Parecida com a anterior, mas mais perto da origem no primeiro plano factorial, apresenta algumas particularidades, uma das quais é a diminuição bastante mais lenta que a média, ao longo das duas décadas, na dimensão da família e no peso das famílias numerosas.

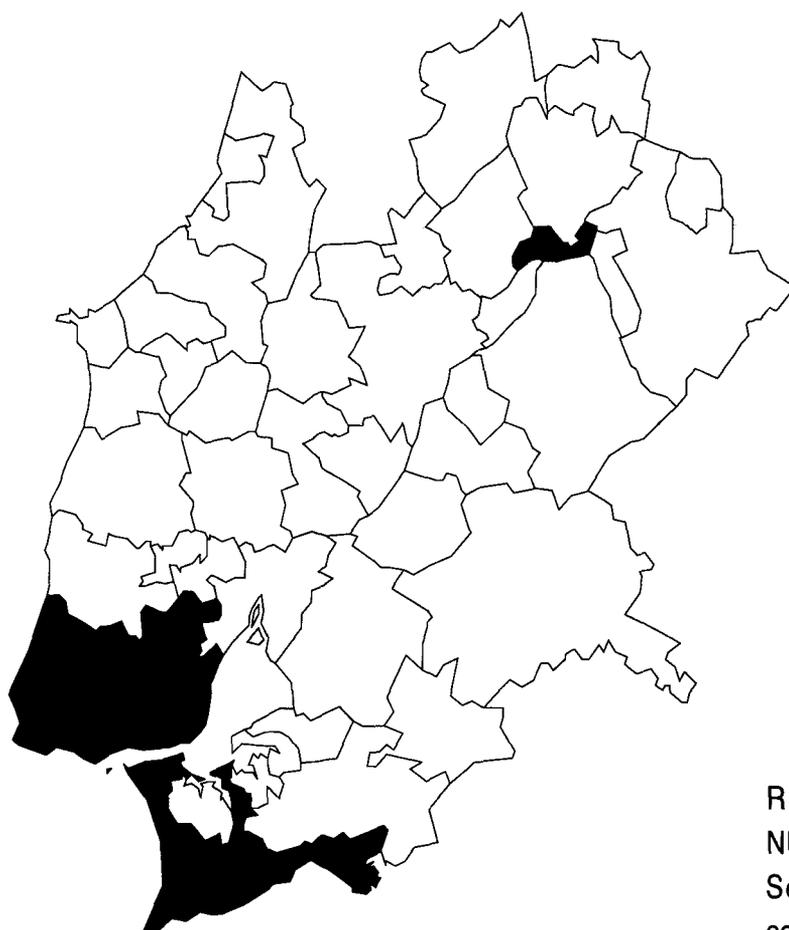
Concelhos bastante dinâmicos, com a população a aumentar muito acima da média da região, consolidadamente ao longo das duas décadas, traduzindo-se por um índice de envelhecimento bastante inferior à média.

Mais ainda que os da classe anterior, concelhos muito dinâmicos e atractivos, e, à diferença dessa classe, o crescimento da população incidu sobretudo sobre a última década, associado a um crescimento da pressão construtiva igualmente acima da média, entre 1991 e 2001, o que se traduz por um marcado rejuvenescimento do parque habitacional; também o envelhecimento dos indivíduos é bastante inferior à média, apresentando uma tendência muito menos acelerada que a generalidade dos outros concelhos.

Embora pertencente ao mesmo ramo da árvore que as duas classes anteriores (mais parecidas entre si), ao contrário desses concelhos, os desta classe distinguem-se por uma tendência de envelhecimento populacional nitidamente acima da média, ao longo das duas décadas consideradas, em paralelo com uma tendência de envelhecimento do parque habitacional também claramente acima da média. São sobretudo concelhos de uma primeira co-rola de expansão da Área Metropolitana de Lisboa, apresentando perfis de urbanidade claramente consolidados em décadas anteriores; justifica-se assim a transferência da

dinâmica urbana para concelhos mais periféricos de uma segunda coroa (classes 3 e 4). O impacto real da Ponte Vasco da Gama só poderá ser avaliado nos próximos Censos; o pólo urbano secundário de Setúbal também pertence a esta classe, bem como o, um pouco desenquadrado, perfil evolutivo do concelho de Vila Nova da Barquinha, tal como já era perceptível na nuvem de pontos.

Lisboa, com um perfil cujas particularidades mais flagrantes são, historicamente, uma elevada idade de edifícios e indivíduos, associados a uma dimensão da família igualmente muito inferior à média. Em termos evolutivos, o crescimento do peso de proprietários é muito superior à média no último período inter-censitário, tal como o do peso de alojamentos vagos; registe-se ainda uma forte perda de população, em ligeira desaceleração.

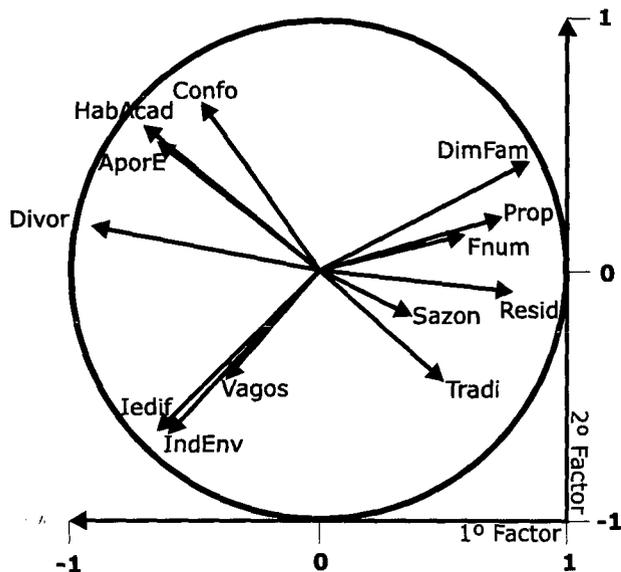


Repare-se como os concelhos das NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal se diferenciam claramente dos concelhos das restantes NUTS III, quase todos, aliás, pertencentes à mesma classe.

6. Análise Estrutural regional por freguesia

Análise em Componentes Principais

Círculo de correlação

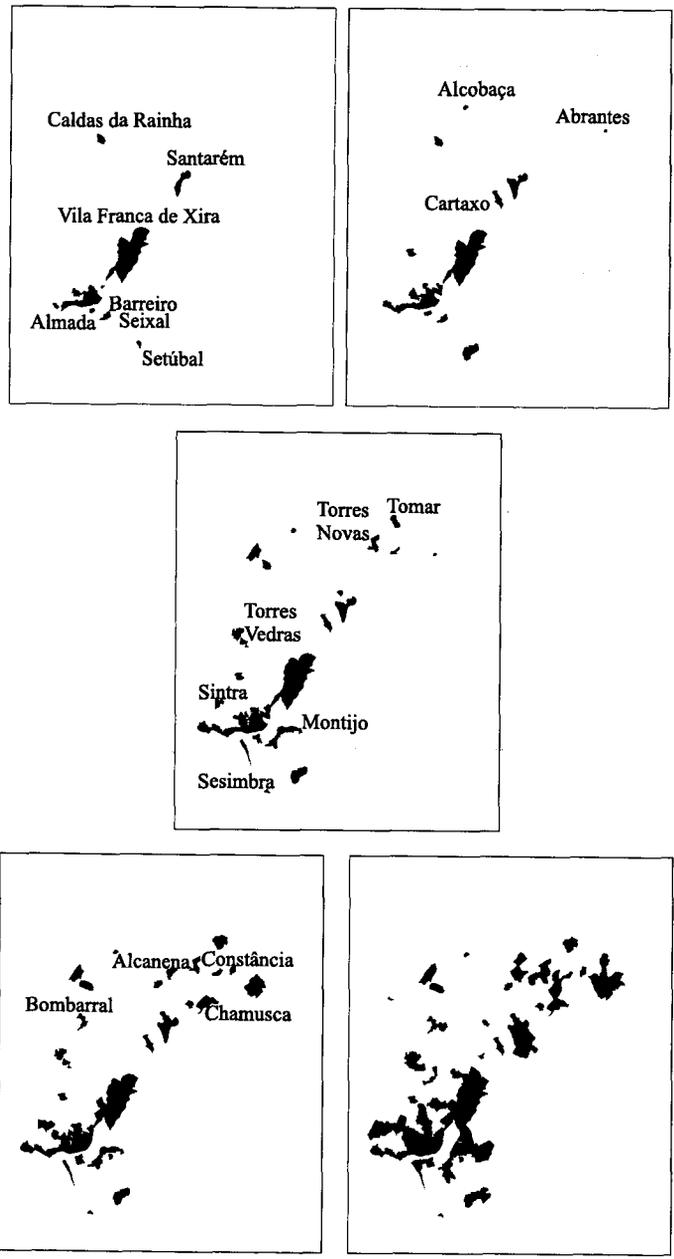


O primeiro plano factorial representa mais de metade da variância total dos dados (53,3%). As freguesias distinguem-se essencialmente ao longo do eixo de urbanidade já apontado; atente-se na manutenção da estrutura, relativamente à mesma análise regional, mas por concelho, essencialmente com a diferença de relevância no primeiro factor, neste caso de menor qualidade, considerando no entanto cerca de dez vezes mais indivíduos (521 freguesias em vez dos 51 concelhos). A variável *Prec* (peso das barracas) não surge no círculo de correlação deste plano pois encontra-se na origem; essa variável surge apenas num terceiro

factor, não representado, com 11,2% de variância explicada, que correlaciona positivamente esta variável com a presença de famílias numerosas, opondo as duas à variável *Propr* (% de proprietários). A nuvem de pontos das freguesias apresenta regra geral a mesma configuração que a dos concelhos, razão pela qual se optou pela sua não representação.

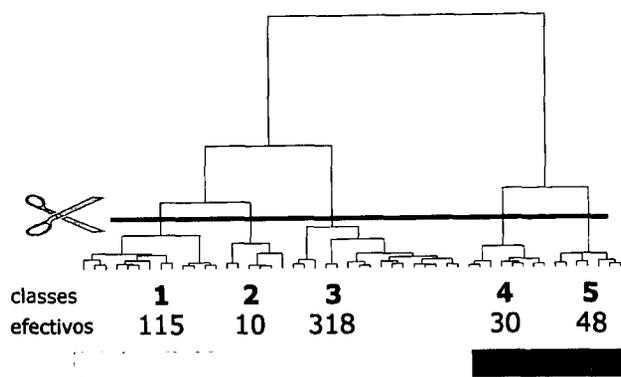
Faz-se uma apresentação sequencial do primeiro factor, de forma a acompanhar o "alastramento" da mancha urbana, consoante o carácter respectivamente mais ou menos restritivo do "conceito" de urbano gerado através da aplicação deste método factorial. A legenda aplica-se às coordenadas factoriais, que podem ser medidas em desvios-padrão: no gráfico <0 , estão representadas as freguesias abaixo da média do factor (mais urbanas), no gráfico <-1 as freguesias com menos de um desvio-padrão no mesmo sentido. Com menos de -5 neste factor, surgem exclusivamente freguesias de Lisboa, ao todo 30 de um total de 53; sendo 40 com um valor inferior a -3,5 e apenas uma não pertence ao concelho de Lisboa (freguesia de Santa Maria da Graça, concelho de Setúbal). Nos mapas foi-se etiquetando o surgimento das áreas urbanas, excluindo Lisboa, com o seu alastramento tentacular: é possível visualizar a emergência dos eixos históricos de expansão metropolitana, segundo as linhas ferroviárias, rodoviárias e fluviais.

Representação cartográfica do 1º factor, ao nível da freguesia



Classificação

Árvore de classificação



Classe de freguesias urbanas, sem um padrão bem definido, apresenta uma dimensão da família superior à média, o que a distingue das outras classes urbanas (4 e 5). Apresenta também um envelhecimento regra geral inferior à média, tanto da população, como do parque habitacional. Abrange perfis de freguesias diferenciados, desde uma segunda coroa de expansão metropolitana, às cidades que foram polarizando o êxodo rural das suas zonas envolventes: se no primeiro caso o perfil demográfico é imputável à pressão metropolitana; já no segundo caso se deve a uma migração à escala local; em ambos os casos tratando-se sobretudo de famílias recém-constituídas.

Classe bastante específica e de poucos efectivos, caracteriza freguesias com um padrão problemático, identificável pela presença significativa de alojamentos precários e de famílias numerosas, sendo o peso de proprietários inferior à média.

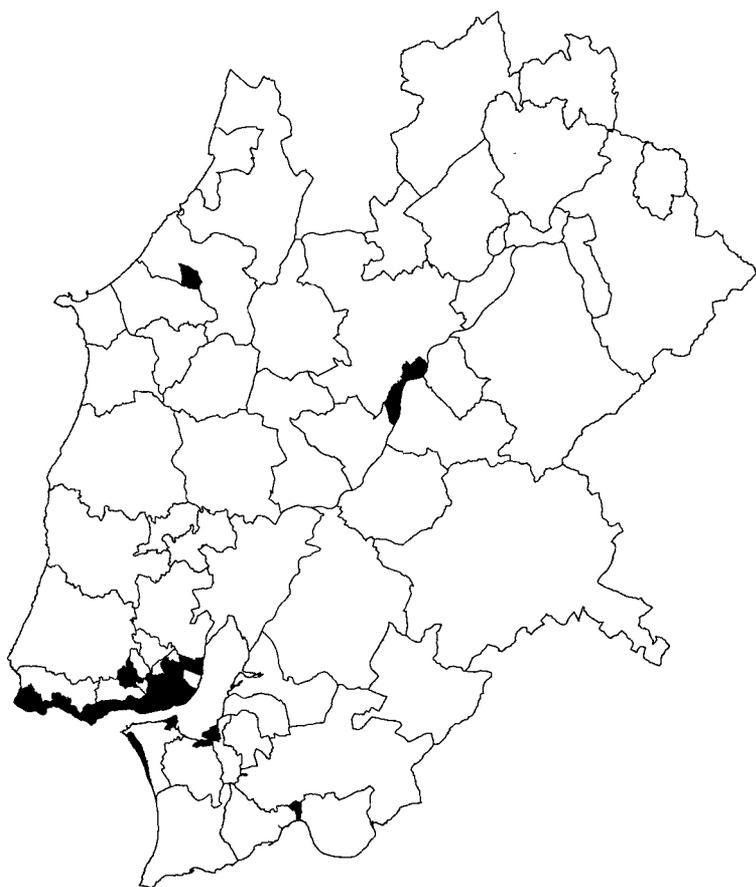
Escolheu-se a partição em 5 classes, por ser a melhor relativamente às alternativas entre 4 e 10. A maior parte das freguesias pertencem à classe 3 e podem ser claramente classificadas como não urbanas. As duas últimas classes apresentam uma certa homogeneidade, com destaque para a classe 5, e poderão ser classificadas como de urbano consolidado. As primeiras classes representam um urbano menos característico.

Classe de freguesias não urbanas, onde a presença de alojamentos sazonais é bastante superior à média geral (lembre-se que o aumento deste tipo de alojamento a nível nacional, entre 1991 e 2001, se situa bastante acima do nível de crescimento dos alojamentos): tanto pode incidir nas zonas de veraneio tradicional como em zonas rurais mais interiores, correspondendo a residências secundárias de campo, adquiridas expressamente para o efeito ou por via de recuperação de património familiar. O peso de proprietários é também superior à média, sendo a quase totalidade dos edifícios unicelulares. Conforto, habilitações e divórcio, são inferiores à média (se bem que seja este tipo de perfil, como já constatámos na análise dinâmica, que regista maiores aumentos nestas variáveis).

Precisamente ao contrário do efeito de aproximação ao urbano que se apontava como típico da classe anterior, esta classe, de urbano consolidado, apresenta um perfil inverso: conforto dos alojamentos, habilitações e divórcio acima da média, pertencendo predominantemente os aloja-

mentos a edifícios de construção vertical. O indicador *Tradi* (separados/divorciados) apresenta-se abaixo da média da região, tal como, regra geral, a dimensão média da família. Note-se que, à excepção das três cidades identificadas (Santarém, Caldas da Rainha e Setúbal) e da Costa da Caparica (freguesia muito específica por apresentar um peso de alojamentos sazonais superior a 60%), são freguesias de primeira coroa metropolitana, destacando-se a continuidade da faixa costeira acompanhando a "linha" (de Cascais).

Caracteriza-se por um elevado envelhecimento, tanto populacional como do parque habitacional, podendo este último ser associado a uma estrutura de propriedade maioritariamente virada para o arrendamento. Se o crescimento urbano das décadas de 50 e 60 foi efectuado sobretudo graças ao arrendamento, o congelamento das rendas ocorrido em meados de 70 estrangulou esse mercado, sendo o crescimento urbano posterior obtido graças ao acesso à propriedade; uma das consequências desta evolução foi a degradação do parque, e uma perda de funcionalidade destas zonas.



Constata-se como, para além dos vectores de expansão metropolitana já apontados, Caldas da Rainha, Santarém e Setúbal, cidades também bem posicionadas na escala do primeiro factor (<1) surgem como pólos urbanos consolidados.

7. Considerações Finais

Este estudo apresenta uma limitação importante, inerente ao tipo administrativo das unidades utilizadas (concelho e freguesia), muitas vezes bastante desequilibradas: por exemplo, o Entroncamento é um concelho-freguesia; enquanto das 28 freguesias do concelho de Santarém, só 3 correspondem à designação de lugar-cidade; se na estrutura de concelhos o Entroncamento sobressai especialmente, já na de freguesias se revelou muito mais discreto. Mesmo as freguesias podem abranger realidades muito diversas.

A forma ideal de estudar as realidades e as dinâmicas territoriais consiste sem dúvida em utilizar unidades geográficas o mais homogêneas possíveis, nomeadamente a subsecção estatística que, quer pela sua pequena dimensão (um quarteirão em áreas urbanas), quer pela forma como é delimitada (os limites coincidem com acidentes de terreno), corresponde a este requisito.

Para ter uma ideia da variância interna que pode existir ao nível da freguesia, consultem-se os mapas da Tipologia Sócio-Económica das Subsecções Estatísticas da Área Metropolitana de Lisboa, publicação editada por esta Direcção Regional, efectuada recorrendo aos resultados dos Censos de 1991.

Apesar das limitações apontadas, consideram-se os resultados obtidos satisfatórios, pois a estrutura revela-se resistente tanto ao nível concelhio, na passagem do país para a região; como, regionalmente, na desagregação até ao nível da freguesia. A metodologia apresentada para a análise

estrutural de 2001, ao nível do concelho (1º factor com 43,5% a nível nacional e 55,5% a nível regional), quando aplicada aos dados de 1991 (40,7% e 53,8%) e 1981 (42,8% e 52,8%) evidencia a estrutura e qualidade do primeiro factor (mas também do segundo, logo do primeiro plano factorial). Face à manutenção de estrutura sob variações temporais e territoriais, a consistência dos resultados obtidos na análise estrutural leva-nos a concluir pela pertinência e interesse deste tipo de abordagem, pois permite delinear claramente uma estruturação continuada do território segundo padrões de "urbanidade".

A análise dinâmica, forçosamente sintética na forma de apresentação (e com um formato de dados pouco adequado), permitiu no entanto realçar pelo menos uma conclusão importante, a aceleração, ao longo da última década, da tendência das zonas menos urbanas para se aproximarem de um padrão urbano, especialmente nas variáveis que social e tradicionalmente melhor o caracterizam, nível de ensino, divórcio e conforto dos alojamentos. Esta corresponde a algumas ideias-chave que marcarão estes Censos 2001: democratização do ensino; banalização do divórcio; e quase total cobertura em termos de conforto dos alojamentos. Acrescente-se que a tendência apontada é mais marcada na região que no país. Parece-nos legítimo associar esta dinâmica ao conceito, muito em voga, de rurbanização (urbanização do padrão rural).

Os resultados definitivos permitirão enriquecer análises deste tipo, graças ao manancial suplementar de informação que disponibilizarão. Fará então sentido explorar mais aprofundadamente as

pistas que este estudo pretendeu lançar, desenvolvendo uma tipologia generalista de áreas territoriais com base em dados censitários, permitindo, por exemplo, distinguir entre padrões urbanos e não urbanos sem recurso a definições administrativas. Tipologias deste tipo, para além do interesse em termos de conhecimento do território, poderão substituir com sucesso a difusão dos dados dos Censos a pequenas escalas, relativamente aos quais a preservação do segredo estatístico é de regra para o INE.

A utilização de Tipologias sócio-económicas específicas na extrapolação de outra informação estatística (representativa apenas para unidades territoriais de grande dimensão como, por exemplo, as NUTS II) para pequenas áreas como as freguesias apresenta-se como um campo ainda por explorar, inclusivamente do ponto de vista teórico.

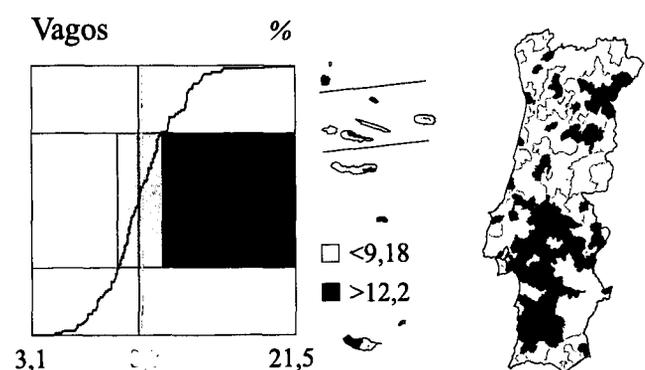
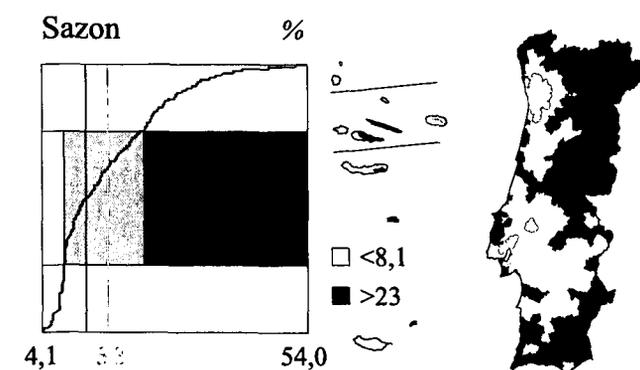
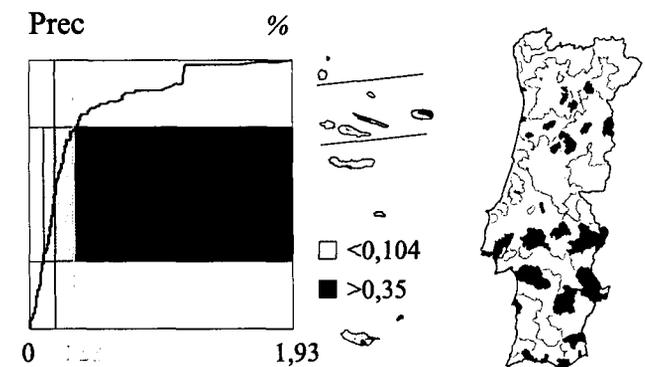
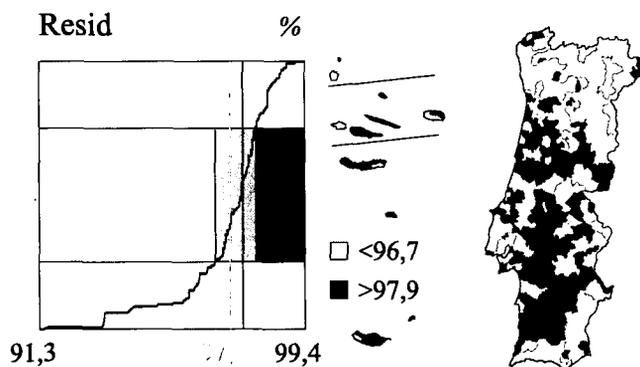
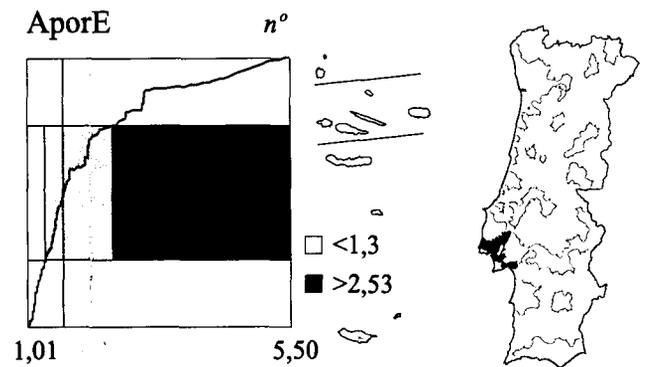
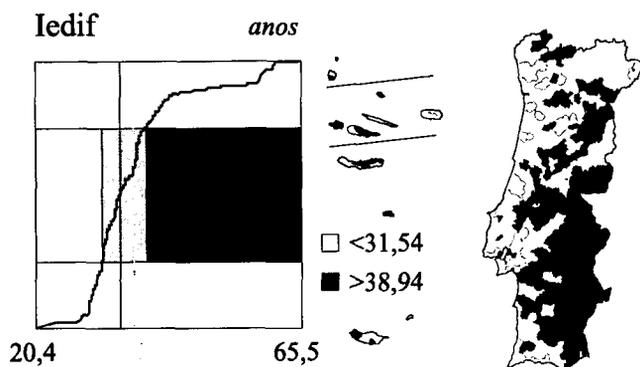
Para terminar, sugerem-se algumas pistas para a aplicação deste tipo de análises: os Anuários Regionais editados pelo INE dispõem de um vasto leque de informação ao nível concelhio, permitindo caracterizar os municípios em múltiplas vertentes; seria interessante relacionar estes dados, temática ou genericamente, com os dados definitivos dos Censos 2001, cuja disponibilização se prevê para breve. Ao nível da freguesia poderia ser igualmente interessante, para o aprofundamento da discriminação urbano/rural, um estudo cruzando os dados do último Recenseamento à População e Habitação com os do Recenseamento Geral da Agricultura, realizado ano e meio antes.

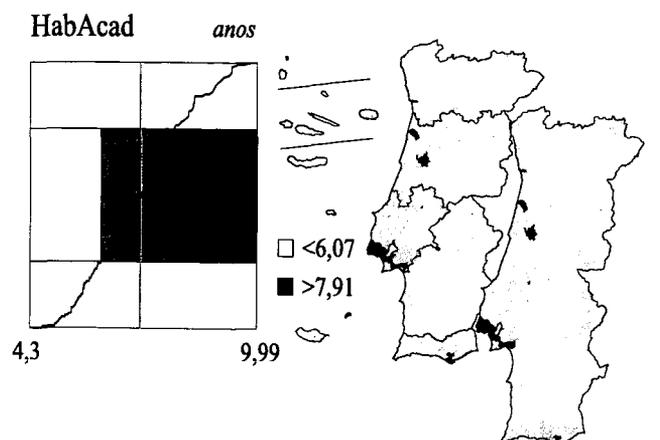
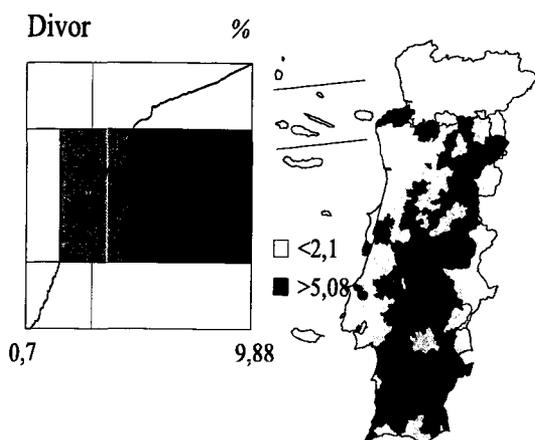
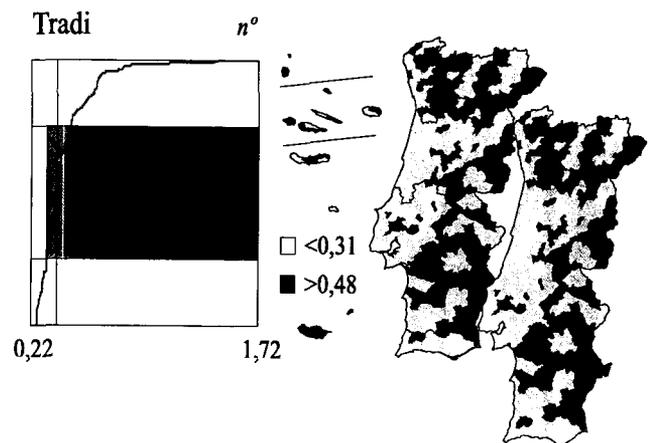
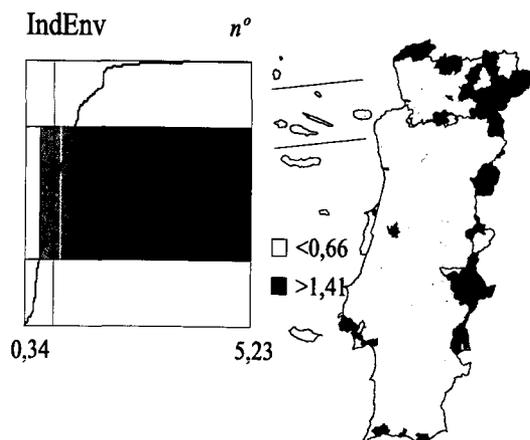
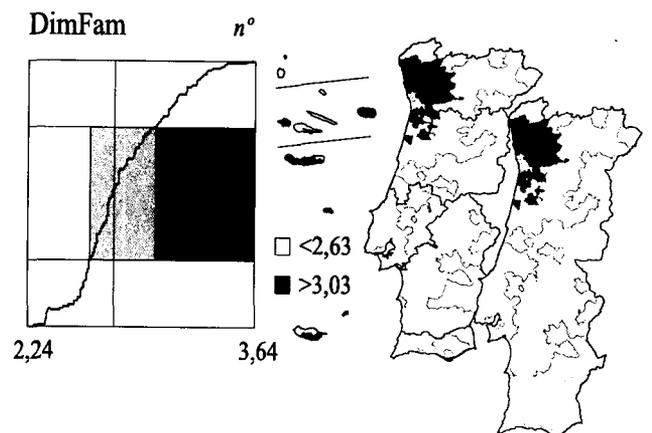
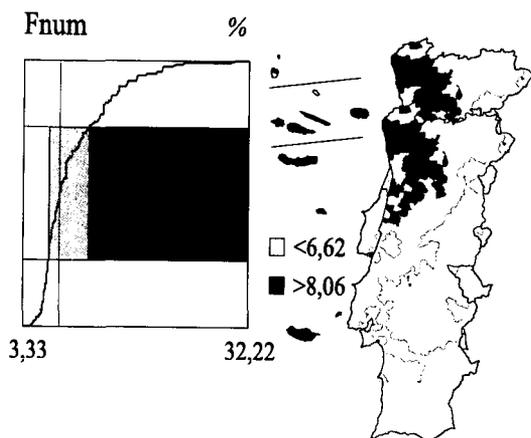
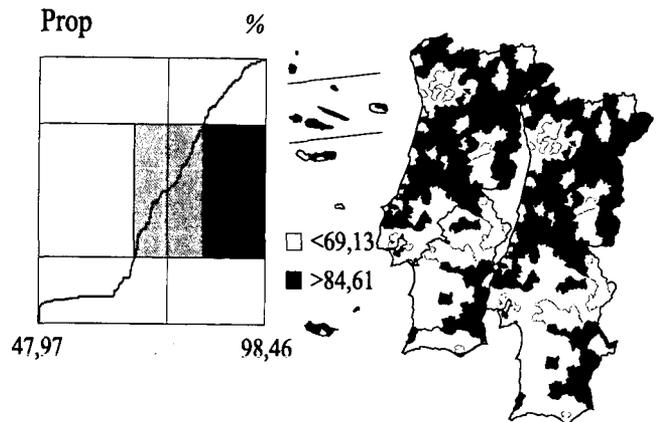
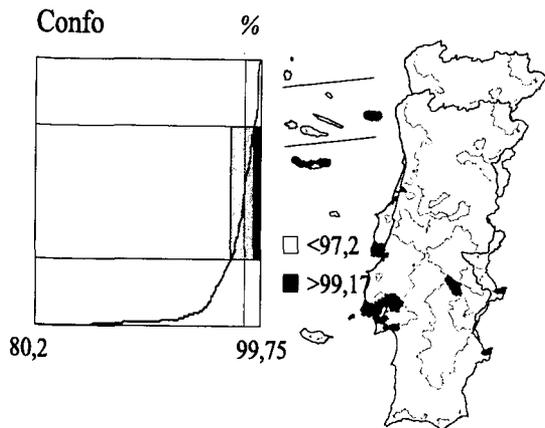
Anexo A - Análise univariada nacional por concelho

O eixo vertical do gráfico representa a população residente acumulada, depois de ordenada a população pela variável em causa; o eixo horizontal representa a amplitude de variação dos dados, entre o mínimo e o máximo concelhos. Representa-se a média a vermelho, e a mediana a azul (esta sem valor). A caixa cinzenta é o equivalente a uma caixa de bigodes deitada: representa o intervalo interquartis, ou seja, os 50% centrais da distribuição, que fica assim dividida

em três partes: a branco, o primeiro quartil; a cinzento o segundo e terceiro; a preto o quarto... servindo de legenda ao mapa. As médias podem não equivaler às calculadas com os dados base, pois mesmo para variáveis habitacionais foi utilizado o ponderador população. Uma interpretação legítima do gráfico é, tomando para exemplo o primeiro gráfico: "Um quarto da população vive em concelhos com uma idade média dos edifícios inferior a 31 anos e meio".

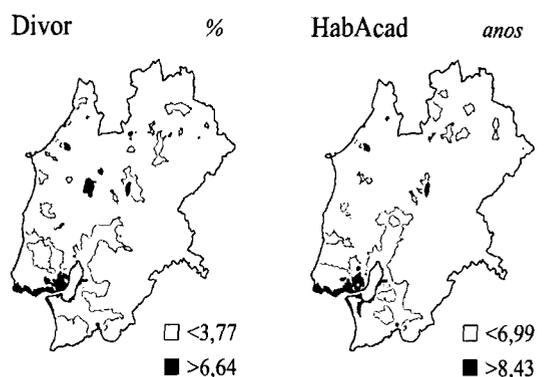
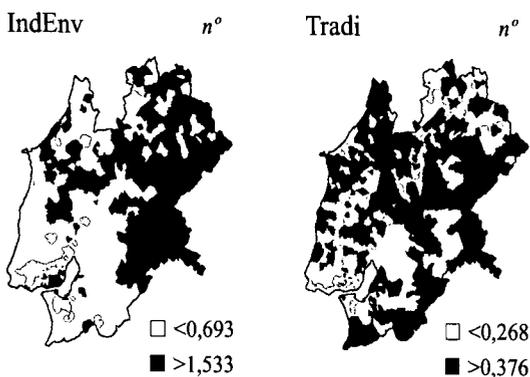
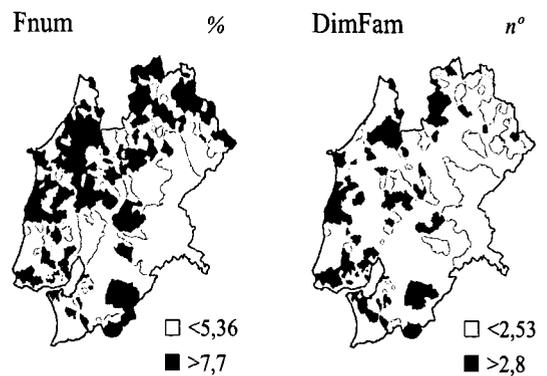
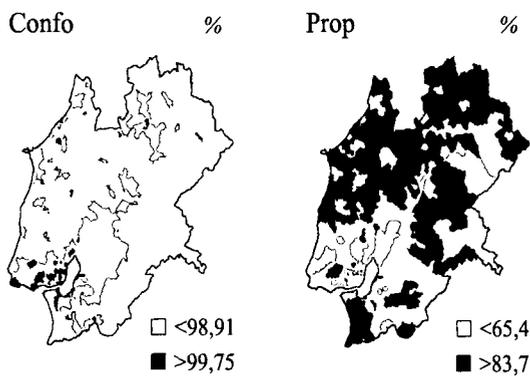
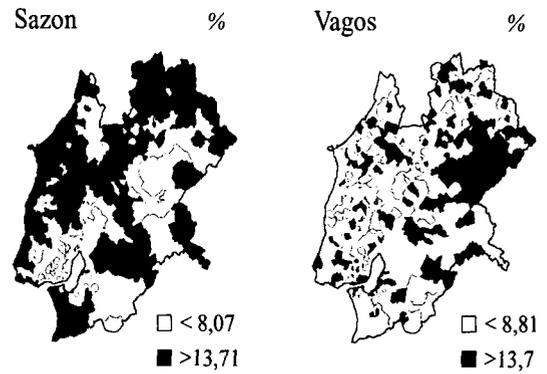
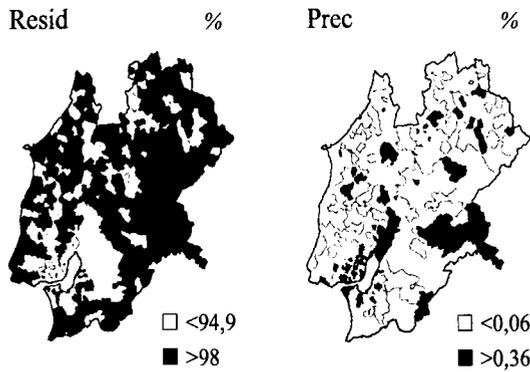
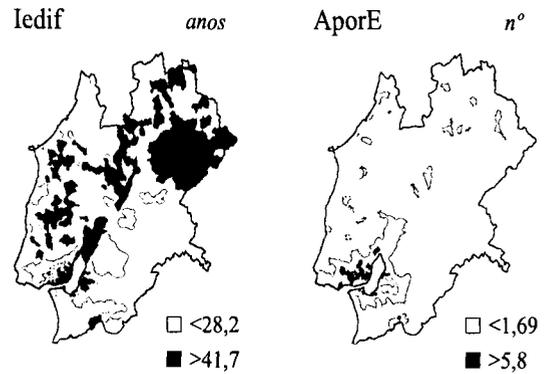
56





Anexo B - Análise univariada regional por freguesia

Passando do nível nacional para o nível regional, optou-se por apresentar apenas um cartograma; se ao nível nacional se utilizou o concelho, ao nível regional utiliza-se a freguesia, dispensando o gráfico. A ideia é fornecer uma imagem das grandes manchas relativamente a cada variável, tendo-se seguido a mesma lógica relativamente aos escalões escolhidos: a cinzento a caixa de bigodes, os 50% centrais de distribuição; a branco e a preto os quartis extremos, respectivamente o primeiro e o último.



O Novo Paradigma das Relações Urbano-Rural: o Urbano Agrícola e o Rural Não Agrícola

Resumo

A oposição urbano-rural/cidade-campo tem a sua origem na antiguidade clássica. Cidade e campo, urbano e rural têm exercido funções distintas que ao longo da história resultaram em modos de vida também distintos.

No início do séc. XXI as cidades perdem o exclusivo do modo de vida urbano que se implementa definitivamente em alguns meios rurais como resultado da oferta de padrões económicos e culturais anteriormente só alcançados pelos cidadãos.

A actual inexistência de uma referência espacial precisa para o mundo urbano é identificada com alterações económicas viradas para o mercado que se tem vindo a traduzir na melhoria substancial dos padrões de vida que o mundo rural tem para oferecer. Como consequência, muitos espaços rurais conseguiram fazer parar o seu processo de despovoamento e, nalguns casos, invertê-lo pelo crescimento populacional.

Com base nos dados do último Recenseamento Geral Agrícola e na Tipologia de Áreas Urbanas procura-se retractor o posicionamento dos espaços urbanos, rurais e agrícolas na Região de Lisboa e Vale do Tejo. Pela evolução da sua população residente nos últimos dez anos procuram-se sinais destas recentes transformações do espaço rural da RLVT.

Francisco Vala
Direcção Regional de
Lisboa e Vale do Tejo/INE

José Monteiro
Direcção Regional de
Lisboa e Vale do Tejo/INE

“A vila é uma rua. Vem do alto dos eucaliptos pedindo licença à planície para lhe interromper o sono(...)”
(Fernando Namora)

1. Reposicionamento do rural

1.1. Uma nova urbanidade

A leitura dos estudos mais recentes sobre urbanismo, desenvolvimento rural, funcionalidades das áreas rurais, ordenamento do território, desenvolvimento sustentável e temas afins, leva-nos a concluir que existe uma unanimidade de ideias sobre as profundas alterações nas relações urbano-rural. A perspectiva destes autores pode ser sintetizada em dois pontos:

■ a divisão urbano-rural tende a esbater-se;

■ o que caracteriza os espaços rurais já não é a agricultura enquanto actividade económica principal. A função de produtor de alimentos, sendo ainda característica destes, já não é a sua função exclusiva.

A oposição urbano-rural / cidade-campo tem a sua origem na antiguidade clássica. Desta perspectiva de encarar as relações entre os diversos modos de ocupação do espaço ficaram até aos nossos dias termos como urbanidade (*urbis*) e polidez (*polis*). A Idade Média retoma e reforça esta oposição (Le Goff 1999) com o seu olhar de desprezo sobre os camponeses e o campo, lugar de *barbarie*. Não significa isto que a cidade não abarcasse nos seus limites espaços especialmente dedicados à actividade agrícola, fenómeno que, de acordo com J. Le Goff, se pode encontrar em muitas cidades e que perdurou até prati-

camente ao início do século XIX. Com o século XIX foi a revolução industrial a marcar a paisagem dos arrabaldes das grandes cidades, mas cujas marcas, na maior parte dos casos, já desapareceram ou estão em processo de extinção. Ao longo deste processo de desruralização e, posteriormente, desindustrialização, a cidade permaneceu com as suas funções essenciais: a troca, o acesso à informação, a vida cultural, o poder, em suma, um estilo de vida urbano. No início do século XXI estas funções já não são exclusivas das cidades, ou já não o são com um carácter exclusivista.

Pode assim falar-se de um fenómeno de urbanidade em meio rural. Urbanidade que tem características económicas visíveis: a perda de peso da agricultura relativamente a outros sectores de actividade, mas que pode também ser identificada por alterações sociológicas e culturais. Hoje a população de muitas zonas rurais assimilou as aspirações e o modo de vida urbano. Os processos de urbanização perdem a sua referência espacial precisa: as cidades (Reis, 1999). A urbanidade é garantida já não em função do local em que se reside, mas pelas possibilidades de acesso ao consumo e aos meios de comunicação e pela partilha das mesmas referências simbólicas e culturais que não se circunscrevem já aos limites da cidade. A cidade antiga era um

espaço de criação intelectual, debate e de criação de novas ideias e mentalidades. Fora das cidades estavam os “rústicos”. Os espaços rurais do nosso tempo já não são espaços fechados à criatividade e à inovação, antes tendem a partilhar um mesmo quadro de referências sociais e estilos de vida. A oposição de mentalidades cidade-campo diluiu-se e a mentalidade urbana alastrou para fora das cidades. “*A modernidade deixa de constituir um exclusivo das áreas urbanas*” (Ferrão, 1999, p.3).

A industrialização massiva da produção agrícola iniciada no período pós guerra, a Política Agrícola Comum (PAC) e a crescente globalização das nossas sociedades alteraram o cariz da oposição urbano-rural. Desenvolvimento e nível de vida, atraso económico, ausência de oportunidades e isolamento, deixam de coincidir com a oposição urbano-rural. Estamos agora face a uma oposição entre um mundo moderno (urbano e rural) e um mundo arcaico ou predominantemente rural (Ferrão, 1999).

1.2. As novas relações cidade/campo: o mundo rural não agrícola

A crescente industrialização da agricultura europeia iniciada nos anos 50 marcou o início de uma clivagem no mundo rural. A industrialização da agricultura aumentou a capacidade produtiva da agricultura e separou o mundo rural em dois campos: um baseado economicamente numa agricultura de baixo rendimento e outro dotado de tecnologia e altamente produtivo e concorrencial.

Desde a assinatura do Tratado de Roma, em 1957, até à década de 80 as medidas da PAC aumenta-

ram a produtividade da agricultura europeia, elevaram o nível de vida dos agricultores e inundaram os mercados de produtos agrícolas a preços razoáveis para os consumidores. Posteriormente, a denominada reforma da PAC, em 1992, constatando dificuldades provocadas por este modelo de desenvolvimento baseado na intensificação da produção agrícola, procura incentivar a diversificação das funcionalidades dos espaços rurais. Independentemente da discussão sobre o real alcance destas medidas, a sua simples enunciação contribuiu para a valorização dos espaços rurais e para a substituição do paradigma do mundo rural identificado exclusivamente com a actividade agrícola.

Nas duas últimas décadas, o aumento da mobilidade e a intensificação dos fluxos de informação a par de alterações profundas no processo de produção, bem como a crescente globalização dos mercados, contribuíram, também, para alterar as relação cidade/campo.

A nossa sociedade globalizada tem vindo a alterar profundamente as relações entre países, regiões, mercados e pessoas. Não existem hoje espaços fechados, pelo que todas as relações, económicas, sociais e políticas têm lugar em espaços abertos: espaços de mercado, de informação, de normas e referências ou de quadros jurídicos. A consequência desta globalização ultrapassa o âmbito económico para atingir as relações sociais dos indivíduos e as relações políticas entre os Estados e, no seio destes, o equilíbrio inter-regiões. É a própria geografia e as identidades individuais e colectivas, resultado de práticas sociais, que são postas em questão e alteradas. O sentimento de iden-

tidade já não é o resultado predominante das relações no espaço do território enquanto unidade fechada. Na sociedade globalizada o homem rural sabe que é um cidadão do mundo

Actualmente todas as regiões enfrentam o desafio de se integrarem num novo equilíbrio de interesses, resultado de novas formas de concorrência que há pouco tempo seriam impensáveis. A globalização introduz, por conseguinte, uma mudança profunda nos mecanismos de funcionamento da oferta e da procura. Esta mudança abre novos mercados; conduz à necessidade de prestação de novos serviços para novos tipos de circuitos comerciais e novos produtos, o que pode constituir uma oportunidade para os espaços rurais. Em resumo: a globalização tem proporcionado aos espaços rurais a assunção de novas funções que anteriormente apenas o espaço urbano tinha condições de exercer.

As alterações na relação urbano-rural e o facto de os espaços rurais, devido à mundialização dos mercados, se verem dotados de novas vantagens competitivas (turismo verde, actividades de lazer, residências secundárias, etc...) não significa que, primeiro, estas mudanças atinjam todas as regiões rurais e que, em segundo lugar, estejamos perante um processo em que as antigas relações urbano-rural, caracterizadas por uma forte assimetria estejam uniformemente a ser substituídas por novas relações de complementaridade ou de integração dos espaços rurais em áreas urbanas centrais. As relações urbano-rural evoluem, pois, no sentido da sua complexificação. A permanência do antigo modelo de relação urbano-rural, caracterizado pela oposição económica, social e cultural, não nos deve impedir de

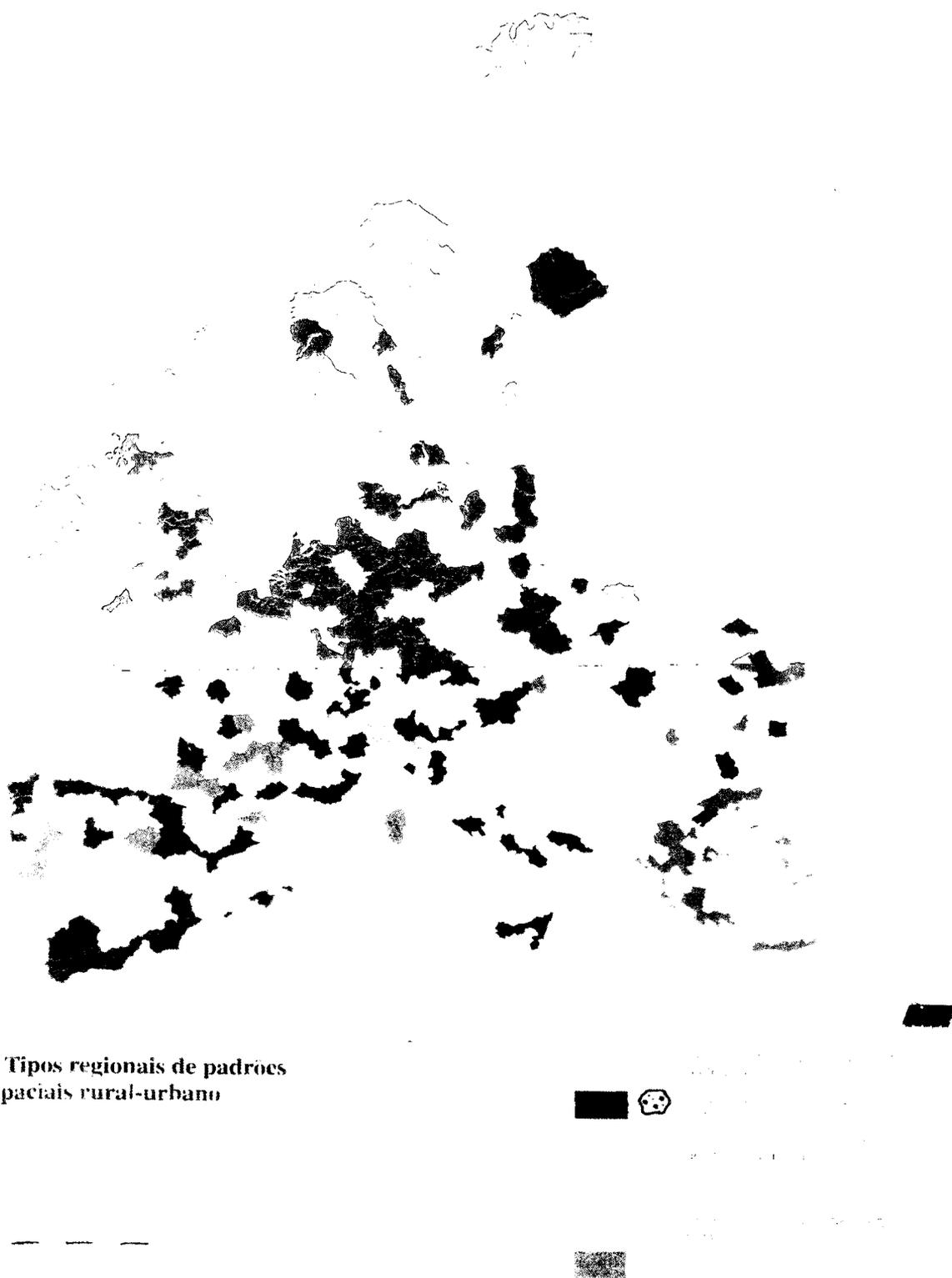
identificar a emergência de um novo modelo que dissolve fronteiras e substitui os termos da anterior oposição.

O segundo relatório da Comissão Europeia sobre a coesão económica e social reconhece que o espaço europeu é um território centralizado e que a actividade económica e o *stock* de capitais e de recursos humanos qualificados continua, com poucas excepções, a concentrar-se nas áreas centrais da União. Esta concentração económica leva a recear pela perda de competitividade das regiões mais fracas. As acessibilidades de que cada região é dotada jogam, evidentemente, um papel decisivo nas possibilidades das regiões menos desenvolvidas encetarem um processo de aproximação às regiões mais ricas. O processo de desenvolvimento tem dinâmicas centrípetas, pois tende a centralizar actividades, pessoas e recursos.

O já referido relatório identifica no espaço europeu seis tipos de regiões:

- regiões dominadas por grandes metrópoles;
- regiões policêntricas com elevada densidade urbana e rural;
- regiões policêntricas com elevada densidade urbana;
- áreas rurais sob influência metropolitana;
- áreas rurais com cidades pequenas e médias;
- áreas rurais remotas.

Figura 1 – Tipologia de padrões regionais rural-urbano para a União Europeia



6 Tipos regionais de padrões espaciais rural-urbano

Fonte: Comissão Europeia 2001

Desta tipologia¹ decorre que: em primeiro lugar, a grande fronteira é entre espaços que se organizam na influência de uma grande cidade ou área metropolitana e aqueles que permanecem periféricos. Em segundo lugar, é clara a associação das diferentes classes rurais a um aglomerado urbano. Esta associação constitui um argumento a favor da tese de que as regiões normalmente designadas de áreas urbanas são constituídas por espaços urbanos, suburbanos, rurais agrícolas e rurais não agrícolas (Ferrão, 1999). Os espaços rurais parecem assim jogar a sua sobrevivência no facto de conseguirem ou não ser cooptados por um centro urbano que funcione como ponto de apoio e dinamização do seu desenvolvimento. No entanto, as recentes perspectivas de abordagem de desenvolvimento regional realçam que a relação rural-urbano tende a ser, cada vez mais, uma dependência bilateral, enquadrada num conceito de parceria, que pressupõe um papel de peso dos espaços rurais enquanto pólos de sustentabilidade dos espaços urbanos (ESDP, 1999).

2. A dualidade rural agrícola na Região de Lisboa e Vale do Tejo

Para a análise das relações dos espaços agrícolas e rurais tornou-se necessário escolher uma unidade de análise e adoptar um critério que permita classificar essas unidades num e noutro campo.

2.1. Os espaços rurais

No que se refere ao rural utilizamos a Tipologia das Áreas Urbanas (TAU) publicada pelo Instituto Nacional de Estatística em 1998. Esta tipologia é composta por três níveis:

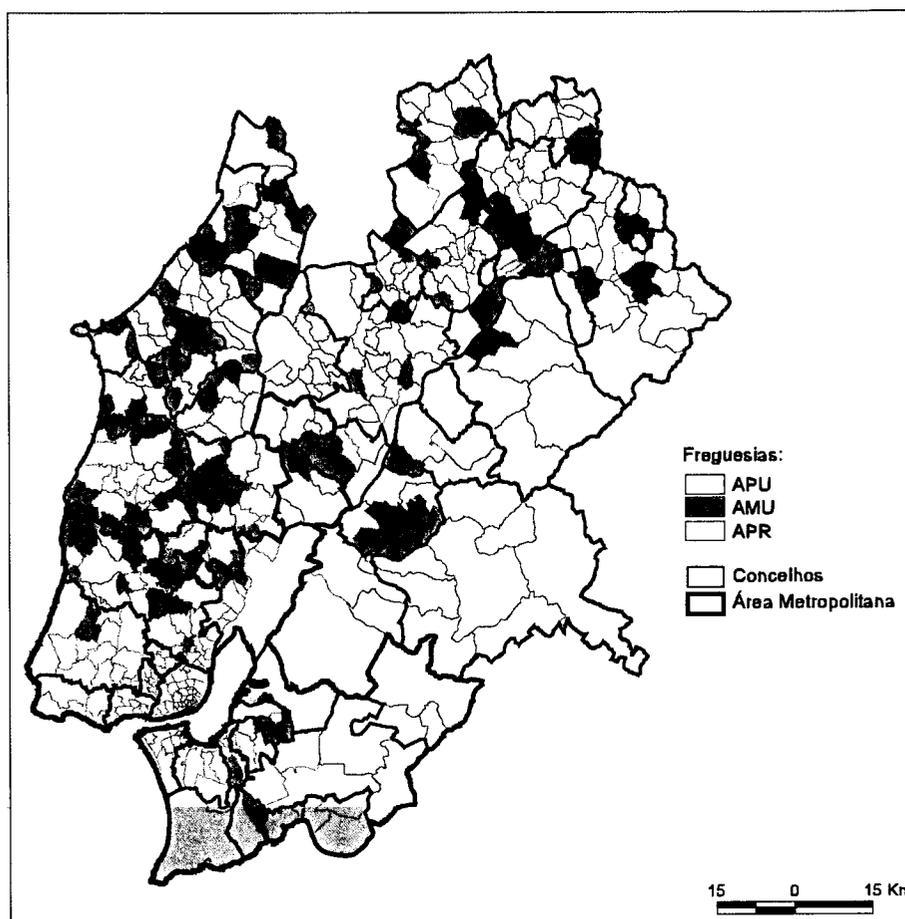
- Áreas Predominantemente Urbanas (APU);
- Áreas Medianamente Urbanas (AMU);
- Áreas Predominantemente Rurais (APR).

Os princípios base para a construção desta tipologia são os seguintes:

- A freguesia é a unidade geográfica de análise;
- As áreas urbanas são definidas a nível de concelho¹ ;
- As freguesias que integram uma área urbana têm de apresentar contiguidade espacial;
- A classificação estatística atribuída pelo INE em Julho de 1996 (freguesias urbanas, semi-urbanas e rurais) é o suporte da actual estrutura de definição das áreas urbanas, sendo complementada e ajustada espacial e funcionalmente em função dos seguintes critérios de planeamento: taxa de variação da população residente e número de alojamentos, 1981-91; categoria administrativa das freguesias; propostas dos PDM ratificados e dos PROT aprovados; ocupação sazonal dos alojamentos;
- As freguesias pertencentes a sedes de concelho, embora com comportamentos demográficos muito diferenciados, não são integradas em Áreas Predominantemente Rurais. Da aplicação desta tipologia à Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) obtém-se a distribuição por tipos de área ilustrada pela figura 2.

¹ Sendo que um concelho pode ter mais que uma área urbana, mas esta não pode ultrapassar os limites do concelho.

Figura 2 – Tipologia das Áreas Urbanas na RLVT



A área definida como rural representava, em 1991, cerca de 50% da área total da RLVT, mas apenas 7% da população residente (quadro 1).

A actualização deste quadro com base nos dados dos Censos de 2001², e considerada a divisão administrativa em vigor nesta data, mostramos que se verificou um aumento do número de freguesias classificadas como APU, assim como

o crescimento da população a viver em áreas urbanas³. No que se refere às APR, a taxa crescimento anual médio⁴ da população para o conjunto de freguesias rurais foi de -0,39%, o que equivale à perda de 8 216 residentes entre 1991 e 2001 o que se traduz num ligeiro decréscimo do peso da população residente em áreas rurais face a 1991⁵.

² Dados provisórios

³ Para este apuramento foi necessário classificar as freguesias criadas posteriormente à data de vigor da tipologia de áreas urbanas o que foi feito pelos autores recorrendo à análise da classificação das freguesias de origem das novas freguesias

⁴ $\text{Log} (P_n/P_0) = n \log (1+a)$, com: P_n = População no momento n ; P_0 = População no momento 0; n = n° de anos; a = TCAM.

⁵ Neste cálculo não foi considerado o concelho do Gavião, que deixou de fazer parte da RLVT.

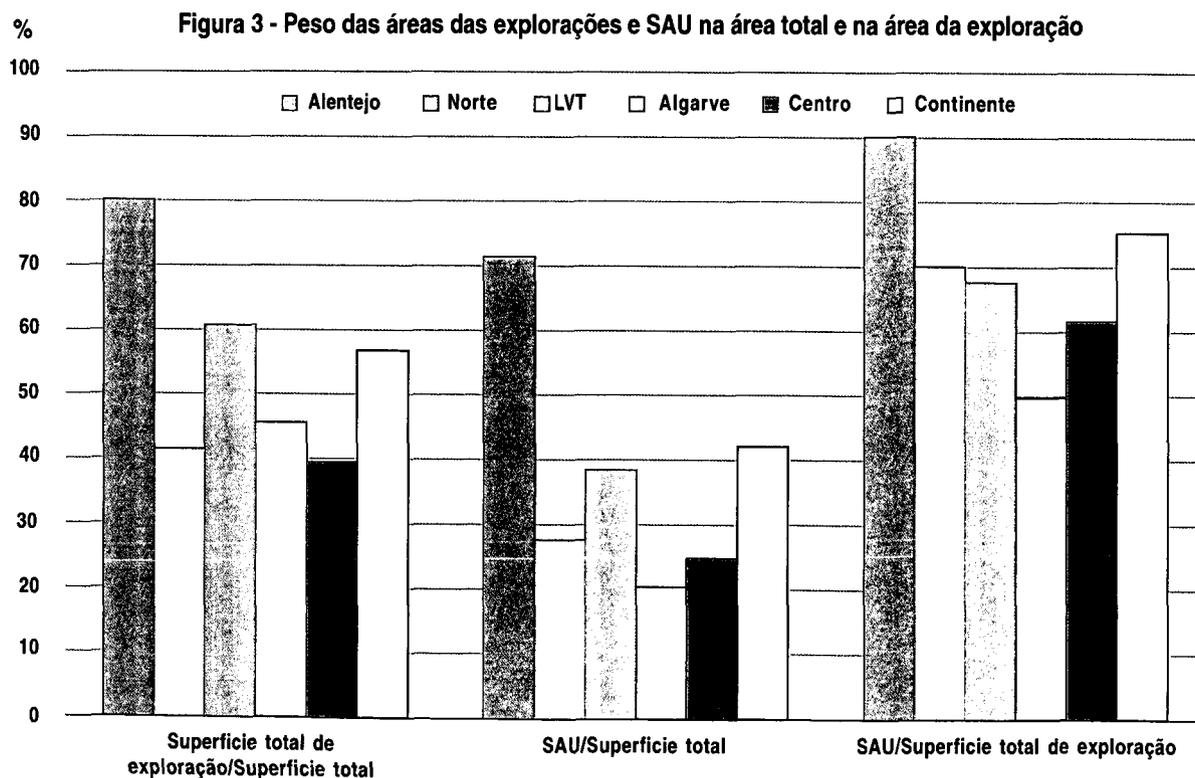
Quadro 1 - Caracterização das APU, AMU e APR da LVT segundo a população residente, número de freguesias, área e densidade populacional em 1991 e 2001

	Tipologia	Freguesias (nº)	%	População Residente	%	Área (Km ²)	%	Densidade Populacional
1991	APU	228	45	2 831 326	86	4 219,64	35	671,0
	AMU	117	23	237 523	7	1 859,71	16	127,7
	APR	167	33	227 866	7	5 851,76	49	38,9
	Total	512	100	3 296 720	100	11 931,11	100	276,3
2001	APU	242	46	3 006 478	87	4 247,72	36	707,8
	AMU	116	22	246 655	7	1 801,86	16	136,9
	APR	163	31	215 736	6	5 616,06	48	38,4
	Total	521	100	3 468 869	100	11 665,64	100	276,3

2.2. Os espaços agrícolas

No que se refere aos espaços agrícolas a unidade de análise adoptada foi também a freguesia. Para a sua classificação como agrícola ou não agrícola utilizou-se a área das explorações e a superfície agrícola utilizada (SAU), sobre as quais se faz, seguidamente, uma breve análise de enquadramento.

De acordo com os dados do último Recenseamento Geral Agrícola (RGA de 1999) cerca de 60% da área total da RLVT é ocupada por explorações agrícolas. Esta percentagem, superior à verificada ao nível nacional, apenas é ultrapassada pela Região do Alentejo (cerca de 80%).



Superfície Agrícola Utilizada (SAU) – superfície da exploração que inclui terras aráveis (limpa e sobcoberto de matas e florestas), culturas permanentes, prados e pastagens permanentes.

Superfície Total da Exploração – soma da superfície agrícola utilizada, matas e florestas sem cultura sobcoberto, superfície agrícola não utilizada e outras superfícies da exploração.

Se for considerada a superfície agrícola utilizada verifica-se que perto de 40% do total da área da LVT é utilizada para práticas agrícolas. Novamente, este valor apenas é superado pela Região do Alentejo (cerca de 70% destinado para a prática efectiva de actividades agrícolas), embora seja ligeiramente inferior à média do Continente.

O indicador SAU/Área da Exploração deve ser interpretado como uma referência, ainda que grosseira, da intensidade⁶, em termos de área, da actividade agrícola efectiva. Assim, este mostra-nos que o maior grau de utilização das explorações agrícolas se encontra no Alentejo. A Região Norte e a LVT apresentam, respectivamente, o segundo e o terceiro valor.

Com base nestes indicadores o retrato da LVT é o de uma região agrícola com uma percentagem

de área afecta a explorações agrícolas superior à média nacional e um grau de utilização do solo agrícola superior à Região do Centro e Algarve e praticamente idêntico ao da Região Norte. Com base nesta análise optou-se pela classificação das freguesias como agrícolas com base nos seguintes parâmetros:

 50% ou mais de área da freguesia ocupada por explorações agrícolas

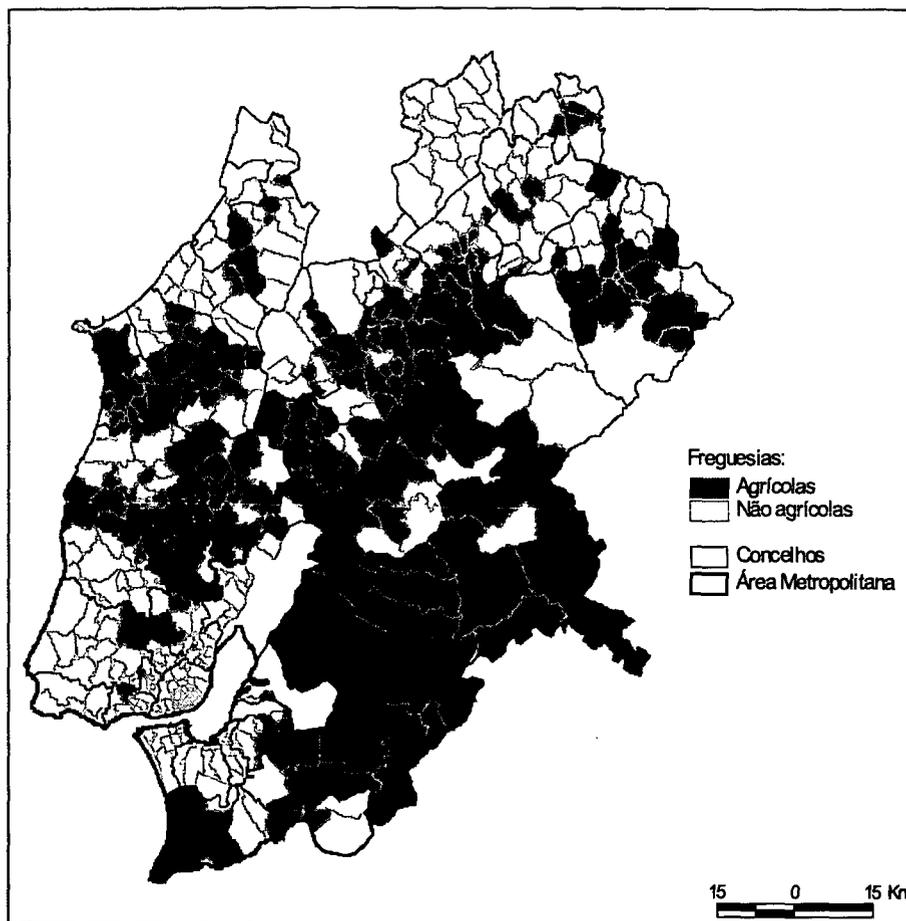
ou

 40% ou mais de área da freguesia ocupada por SAU.

Assim, o grupo de freguesias agrícolas da RLVT é constituído por 193 freguesias, representadas na figura 4.

⁶ Este indicador de intensidade nada tem que ver com a intensidade das actividades produtivas, referindo-se somente ao grau de utilização do espaço destinado a práticas agrícolas.

Figura 4 – Freguesias da RLVT classificadas como agrícolas



3. A relação rural/agrícola (dualidade ou complementaridade)

Na posse de um critério que delimite os espaços rurais e agrícolas, a comparação que imediatamente ocorre fazer é a de saber qual o grau de adequação dos espaços agrícolas às áreas rurais, ou seja, se esta adequação constitui um indicador do paradigma que emparelha rural e agrícola ou se indicia que a igualdade rural/agrícola já não se verifica.

Das freguesias que denominámos de agrícolas 66 são classificadas como áreas medianamente urbanas (AMU), 53 áreas predominantemente ur-

banas (APU) e 74 áreas predominantemente rurais (APR). Ou seja, um número significativo de freguesias agrícolas (27,5%) correspondem a freguesias urbanas e apenas 38,1% a freguesias rurais.

Para facilitar a interpretação vamos prosseguir a análise considerando apenas a dualidade freguesias urbanas/rurais face às áreas agrícolas. Deste modo as freguesias classificadas na TAU como AMU passam a ser consideradas como freguesias rurais⁷.

A análise conjugada da distribuição das freguesias agrícolas pela TAU e da figura 4 parece ir de encontro à tese de que a ruralidade já não é ex-

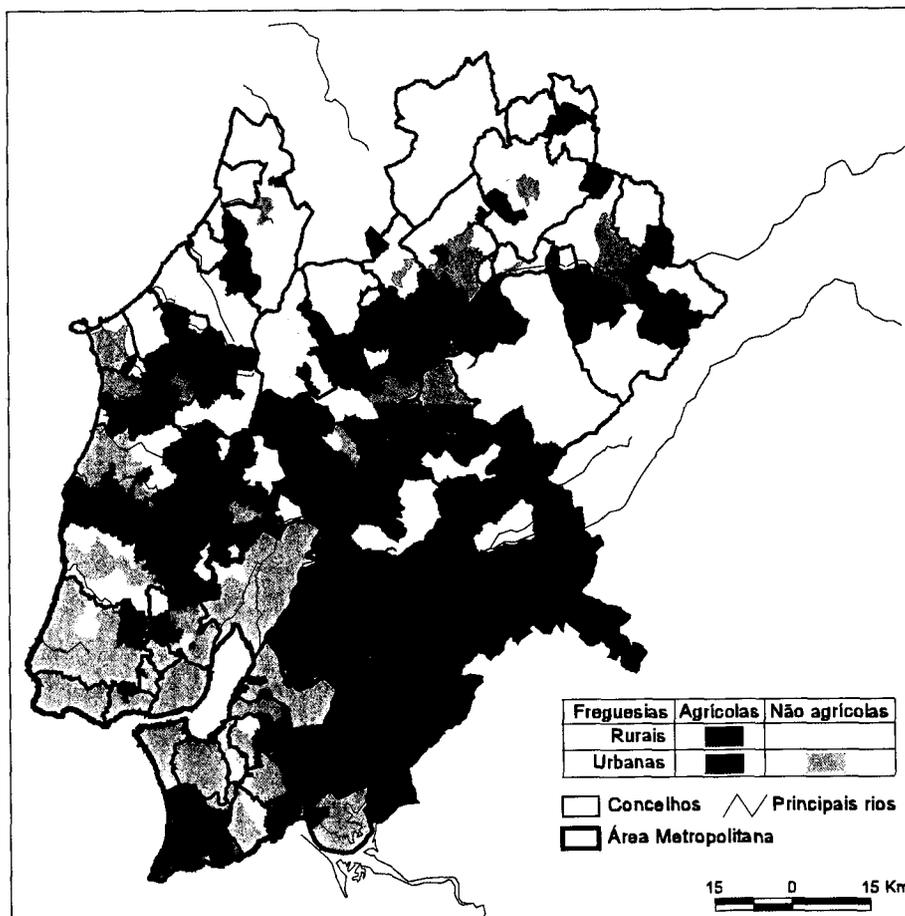
⁷ A opção de considerar um único conjunto de freguesias APU e AMU decorre também de trabalhos anteriores que mostram que as freguesias AMU apresentam características próximas das rurais (Monteiro, 2000).

clusivamente caracterizada pela agricultura, que existem espaços que sendo agrícolas não são rurais e espaços rurais que perderam a sua função agrícola.

Pela Figura 5 é possível verificar que as áreas agrícolas tendem a localizar-se na Região do Oeste (concelhos do Cadaval, Lourinhã,

Bombarral, Peniche, Óbidos e Caldas da Rainha), ao longo do Vale do Tejo e do Vale do Sorraia. A fronteira norte e sul da AML constituem também espaços de concentração de áreas agrícolas. No que se refere às freguesias rurais não agrícolas verifica-se que estas se encontram em torno da região agrícola do Oeste e nas áreas limítrofes do nordeste da Região.

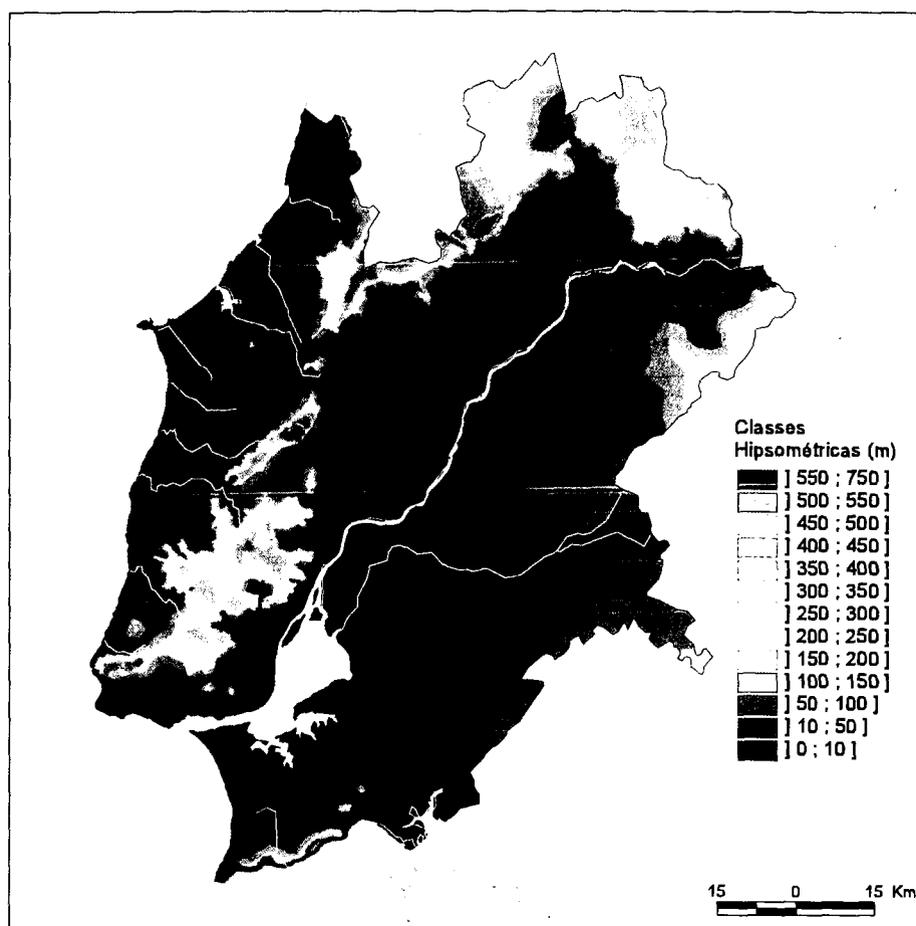
Figura 5 – Áreas agrícolas rurais, urbanas e rurais não agrícolas



A orografia torna-se por vezes determinante para as práticas agrícolas. Pela análise da Figura 5 verificamos que algumas das áreas rurais não agrícolas correspondem a áreas de média altitude, onde as condições do relevo tornam as práticas agrícolas menos viáveis. Vejam-se, por exemplo, algumas das freguesias de Torres Vedras e

Cadaval, localizadas em Montejunto; as freguesias limítrofes de Rio Maior, Santarém e Alcanena, sobre influência do Maciço Calcário Estremenho (Serra D'Aires e Candeeiros); e a generalidade das freguesias do extremo nordeste da região, já sob influência do Maciço Central (Serra da Lousã, Serra Vermelha e Serra de Alveios).

Figura 5 – Esboço hipsométrico da Região de Lisboa e Vale do Tejo



70

As alterações demográficas de uma região podem constituir um bom indicador da vitalidade e potencialidades de desenvolvimento dessa região. A dinâmica demográfica tem causas biológicas e sociais cujo efeito não é possível identificar separadamente. Factores naturais e sociais são interdependentes e é o resultado final desta interacção que influencia a dinâmica demográfica. Assim, os indicadores demográficos constituem um elemento fundamental para análise das estruturas sociais e económicas de uma região.

A figura 6 representa o número de freguesias (em percentagem) que ganharam e perderam população nos últimos dez anos de acordo com a sua

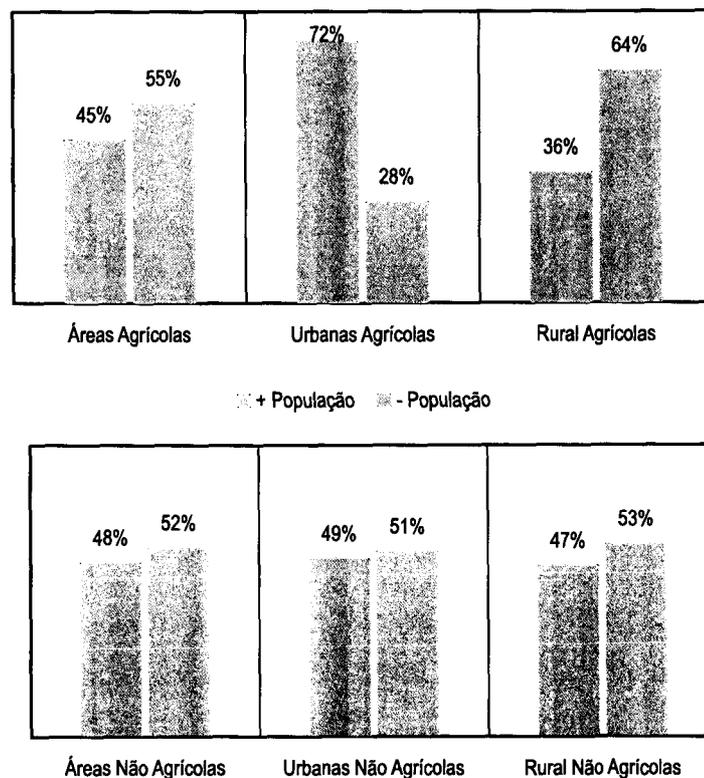
classificação em agrícola ou não agrícola e dentro desta em urbano-rural. Aparentemente existe um equilíbrio entre o número de freguesias em áreas agrícolas e de freguesias em áreas não agrícolas face a ganhos e perdas do efectivo populacional no período intercensitário (1991-2001). Este equilíbrio verifica-se também no que se refere à totalidade das freguesias não agrícolas, quer estas se localizem em áreas urbanas ou rurais.

Já no que se refere às áreas agrícolas urbanas e agrícolas rurais este equilíbrio não existe: 72% das freguesias situadas em áreas agrícolas urbanas aumentam a sua população e 28% vêm a

sua população reduzir-se, enquanto nas áreas agrícolas rurais 64% das freguesias perdem população e apenas 36% destas conseguem ganhos populacionais. As áreas agrícolas urbanas são as únicas em que o número de freguesias que conseguem aumentar os seus efectivos populacionais ultrapassa o número de freguesias que perdem população. Este facto parece sugerir a existência de áreas agrícolas com dinamismo económico e social, com capacidade para se afirmarem como pólos de atracção para novos residentes. A complexidade dos fenómenos de ocupação e desenvolvimento do território não permite que as realidades em ob-

servação sejam inequivocamente captadas pela análise da evolução da população, como a que se apresenta, o que nos impede de ser mais categóricos na confirmação da hipótese em questão – a existência de espaços agrícolas com dinamismo próprio. Neste caso, a dificuldade reside em conseguir distinguir o fenómeno do dinamismo endógeno das áreas agrícolas urbanas da existência de um movimento centrífugo de ocupação do território a partir dos grandes centros urbanos (suburbanização) que começa a abranger áreas agrícolas, ambos dando origem a acréscimos populacionais, mas com interpretações opostas acerca do papel da agricultura no desenvolvimento dos territórios.

Figura 6 – Freguesias a ganhar e perder população nas áreas agrícolas e não agrícolas (total, urbano e rural)

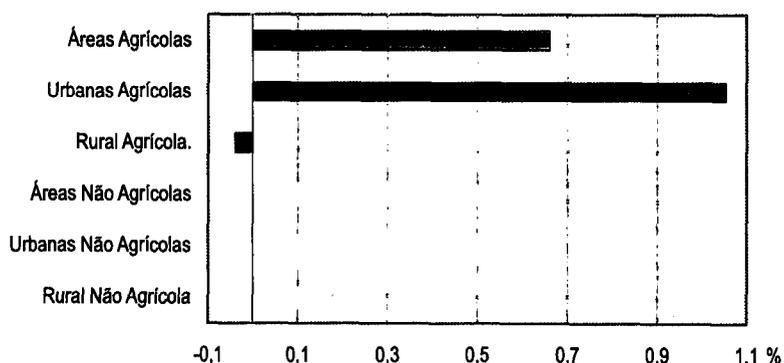


Não deixa, também de ser significativo o equilíbrio entre o número de freguesias que ganha e perde população nas áreas rurais não agrícolas, o que pode confirmar a hipótese da existência de uma ruralidade não agrícola, afastada das grandes áreas urbanas e na periferia das áreas agrícolas (urbanas e rurais), mas que se apresenta como uma alternativa de residência atractiva.

Se colocarmos em análise os saldos populacionais das áreas agrícolas e não agrícolas e a sua subdivisão em urbanas e rurais nos últimos dez anos verifica-se que o que aparecia

como equilíbrio pode, afinal, revelar dinâmicas em favor das hipóteses avançadas. O gráfico 7 representa as taxas de crescimento médio anual da população no período inter-censitário 91/01 no conjunto das áreas referidas. Em primeiro lugar, o crescimento médio do conjunto das áreas agrícolas é superior ao das áreas não agrícolas, em segundo, as áreas agrícolas urbanas são as que detêm a taxa de crescimento médio mais elevado, em terceiro, nas áreas rurais não agrícolas verifica-se um crescimento médio positivo e, por último, o conjunto das freguesias agrícolas e rurais são as únicas em que a taxa de crescimento médio é negativa.

Figura 7 – Taxa de crescimento demográfico anual médio



Esta análise parece vir em favor da existência de uma agricultura localizada em áreas urbanas e de uma ruralidade não agrícola com possibilidade de inverter o que muitas vezes parece ser a tendência inevitável das áreas agrícolas e rurais: o seu despovoamento com a conseqüente redução dos seus recursos humanos. Não parece, pois, ser à agricultura que se deve atribuir o declínio económico e populacional. O tipo de agricultura em áreas urbanas onde, o custo de oportunidade de utilização do solo é mais elevado, terá que ser necessariamente mais intensivo, com maior produtividade, ou seja, proporcionando maiores rendimentos.

Paralelamente, as áreas rurais em que a agricultura desempenha ainda o seu papel tradicional (e em moldes não competitivos e não virados para o mercado) não evidenciam sinais de que possam inverter esta tendência. O facto de se verificar um crescimento médio positivo nas áreas rurais não agrícolas e serem as áreas rurais agrícolas as únicas com um crescimento negativo (perda de população) pode querer indicar que a vitalidade das áreas rurais passará pela diversificação das suas fontes de rendimento, diminuindo a sua dependência económica face à agricultura.

4. Considerações Finais

*E perguntavas sobre os últimos eventos
agrícolas. Que aldeias tão lavadas.
Bons ares! Boa luz! Bons alimentos!
Olha: os saloios vivos, corpulentos
Como nos fazem grandes barretadas!*

(Cesário Verde)

As alterações do mundo rural tendem, do ponto de vista económico, a associar-se, em primeiro lugar, ao facto de a agricultura, agora uma agricultura produtiva, de capitais intensivos e virada para o mercado, empregar muito menos trabalhadores. Em segundo lugar, o emprego no sector transformador e na actividade de serviços já não está tão dependente da agricultura, isto é, recorre a matérias primas não agrícolas para produzir bens e serviços destinados predominantemente a consumidores não agrícolas (Fielding, 1994). As áreas rurais ganham deste modo uma população que vivendo num meio rural, tem profissões e estilos de vida urbanos.

A estas alterações económicas que se traduzem na melhoria substancial dos padrões de vida dos países da Europa Ocidental, assiste-se, também, ao fenómeno que alguns estudos realizados na década de 70 e 80 denominaram como contra-urbanização. Este movimento de contra-urbanização apresenta o seu corolário na redução do despovoamento rural e nalguns casos na sua substituição pelo crescimento populacional: “*A contra urbanização descreve um padrão de redistribuição populacional em que as populações dos grandes aglomerados entram em declínio (ou estagnam) devido às perdas líquidas resultantes*

da migração ao passo que os aglomerados mais pequenos – caso das vilas e pequenas ou médias cidades – vêem as suas populações aumentar graças aos ganhos líquidos resultantes dessas mesmas migrações” (Fielding, 1994, p. 297).

A questão que se coloca é a de saber se é adequado falar de um movimento de contra-urbanização tardio ou de sinais de um renascimento rural na RLVT. Um indicador possível deste processo consiste em calcular o coeficiente de correlação entre as densidades populacionais e as taxas de crescimento da população. Correlações negativas indicam que as regiões com as menores densidades populacionais são aquelas com maior crescimento populacional; correlações positivas, por seu lado, indicam que são as regiões mais densamente povoadas as que mais aumentam a sua população.

O cálculo deste indicador para a tipologia em análise na RLVT não confirma suficientemente a teoria. O valor da correlação para todas as freguesias da LVT é de $-0,38$ ($p=0,01$). Valor demasiado baixo para que se possa falar de um movimento claro de contra-urbanização. Todavia o cálculo do mesmo indicador para a tipologia apresentada no quadro 5 mostra-nos correlações negativas para o conjunto de freguesias urbanas não

agrícolas ($r=-0,5$; $p=0,05$) e urbanas agrícolas ($r=-0,32$; $p=0,01$), o que indica que ainda são as áreas urbanas com menor densidade populacional que mais população atraem. A fraca correlação negativa para as áreas urbanas agrícolas pode querer mostrar a existência de uma urbanidade assente na actividade agrícola, cuja evolução será interessante seguir.

Esta tímida tendência para o crescimento da população em regiões de baixa densidade se limitar às áreas agrícolas urbanas e o efeito dos programas comunitários de apoio à agricultura, que se traduz, para as áreas agrícolas mais atrasadas, em subsídios à não produção, constituem razões para nos questionarmos sobre qual a base económica em que poderá assentar o desenvolvimento das áreas rurais.

Deixando de ter como função principal a produção de alimentos e a agricultura como actividade principal a nova visão do mundo rural tem vindo a estruturar-se em torno da ideia de património, onde as funções sociais e ambientais se devem sobrepor a juízos de valor económico. Instala-se, assim, a ideia de que os espaços rurais constituem uma reserva ambiental que urge preservar. Esta visão bem intencionada, e muitas vezes voluntarista, não conseguiu ainda explicar qual a base económica susceptível de proporcionar a estas regiões níveis de desenvolvimento económico a que as suas populações legitimamente aspiram. A natureza por si só não cria emprego, nem base económica para oferecer às populações o progresso económico e a consequente melhoria dos seus níveis de vida.

Ao paradigma dos espaços rurais enquanto reserva ambiental encontra-se associada a ideia de que o turismo pode e deve constituir a base eco-

nómica por excelência das regiões rurais. Um novo tipo de turismo (turismo verde, eco-turismo, etc...) seria o meio por excelência de gerar emprego nas zonas rurais. Esta visão foi incentivada na década de 90, quando a reforma da PAC pretendeu definir medidas com o objectivo de valorizar os espaços rurais numa perspectiva ambiental e paisagística.

Quando alguns estudos sobre desenvolvimento rural começam a questionar o verdadeiro alcance do turismo enquanto meio privilegiado de desenvolvimento para as áreas rurais, fica mais claro que estas são de facto objecto de diversos usos, com legitimidades e aspirações por vezes opostas. Preservar o ambiente ou desenvolver economicamente as áreas rurais (com os riscos daí inerentes) são opções cuja conciliação não se afigura fácil. A ascensão dos espaços rurais a níveis superiores de desenvolvimento económico-social pode trazer consigo o confronto entre a visão da ruralidade enquanto "espaço verde" e as dinâmicas de desenvolvimento próprias do meio rural.

A percepção do ambiente rural como objecto estético é um produto de uma visão urbana do mundo rural e de qual deve ser a sua função. O homem rural continua a olhar o ambiente numa perspectiva utilitarista (Figueiredo, 1999), ou seja, a de saber se este pode de facto ter uma utilidade concreta susceptível de lhe proporcionar a prazo padrões de vida idênticos aos das áreas urbanas. O ambiente enquanto potencial criador de riqueza é, para já, apenas um desejo urbano. As populações rurais continuam a querer empregos, estradas e desenvolvimento económico. Resta saber se manter o ambiente em áreas rurais para usufruto de lazer das populações urbanas é suficiente para o proporcionar.

Referências Bibliográficas

- CHAPMAN, J. McGrew, jr, Charles B. Monroe, *An Introduction to Statistical Problem Solving in Geography*, Wm. C. Brown Publisher, 1993
- COMISSÃO EUROPEIA (2001); Unidade da Europa Solidariedade dos Povos, Diversidade dos Territórios – Segundo relatório sobre a coesão económica e social.
- COMMITTEE ON SPATIAL DEVELOPMENT, *European spatial development perspective: towards balanced and sustainable development of the territory of the EU*, Postdam, 1999.
- FERRÃO, João (1999), *Relações Entre Mundo Rural e Mundo Urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro*.
- FIELDING, A. J. *Contra-Urbanização: ameaça ou benção, in Europa Ocidental- Desafios e Mudança*, Celta, Lisboa, 1994, pp. 295-315.
- FIGUEIREDO, Elisabete (1999); *Ambiente Rural – a utopia dos urbanos*; Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia; Lisboa; Centro de estudos Geográficos pp.263-279.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2001), *Recenseamento Geral Agrícola – Principais Resultados*, 1999.
- LE GOFF, Jacques, *Por Amor das Cidades*, Teorema, Lisboa, 1999.
- MONTEIRO, José Luís, *Caracterização dos Espaços Urbanos: o contributo da análise discriminante*, in Revista de Estudos Regionais, Nº 1, 2º semestre de 2000, Instituto Nacional de Estatística, 2000.
- PINDER, David, *Europa Ocidental – Desafios e Mudanças*, Celta, Lisboa, 1994.
- REIS, José (1999); *O Rural e o Urbano: as novas soluções institucionais e o problema da densidade dos meios*; in Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia; Lisboa; Centro de estudos Geográficos pp.33-53.

Conceitos e Metodologias

Conceitos de Emprego na Contabilidade Nacional

O conceito de Emprego tem uma importância particular nas contas nacionais na medida em que, para além da sua análise directa, está na base dos cálculos de produtividade das economias e dos seus diversos ramos de actividade. Uma correcta e homogénea definição de Emprego permite comparações intersectoriais e internacionais complementando os estudos de medição do crescimento económico.

O Emprego, tal como é definido no Sistema Europeu de Contas (SEC), "compreende todas as pessoas (tanto trabalhadores por conta de outrem como trabalhadores por conta própria) que exercem uma actividade produtiva abrangida pela definição de produção dada pelo sistema" (SEC95, §11.11). Neste sentido, o emprego total identifica-se com o número de indivíduos (residentes e não residentes) que exerce uma actividade principal, quer a tempo completo, quer a tempo parcial, em unidades de produção residentes.

No entanto, o número de pessoas não retrata as formas complexas e fragmentadas que assume o mercado de trabalho e que se traduzem na existência de empregos irregulares, empregos a tempo parcial e actividades secundárias. Neste contexto, surge a necessidade de quantificar as diversas actividades ou posições profissionais exercidas por um mesmo indivíduo, a título principal ou secundário, a tempo completo ou parcial. Esta medição dá origem ao conceito de posto de trabalho. O número total de postos de

trabalho excede o valor estimado para o emprego total (número de indivíduos) na medida do número médio de posições profissionais exercidas a título de segunda, terceira, etc. actividades.

Apesar de ter um âmbito mais alargado, o conceito de número de postos de trabalho não permite conhecer a exacta medida da contribuição da mão-de-obra para a produção. Neste sentido, o SEC considera que o total de horas trabalhadas é a medida apropriada para o cálculo da produtividade. De facto, consideram-se neste contexto o número de horas efectivamente trabalhadas por um indivíduo¹, durante um determinado período de tempo, quando a sua produção é abrangida pela definição do sistema. O número de horas trabalhadas dá origem ao conceito de volume de emprego², medido em unidades de trabalho. As unidades de trabalho são estimadas para cada ramo de actividade através de um factor de conversão que permite reduzir à mesma unidade as diferentes posições profissionais a tempo completo ou parcial (principal ou secundário). Este factor de conversão corresponde, no período de referência, à relação (quociente) entre o número de horas efectivamente trabalhadas (nos postos a tempo completo ou parcial da actividade principal e na actividade secundária) e o número de horas habitualmente trabalhadas pelos indivíduos na actividade principal a tempo completo, no ramo de actividade em questão. Assim, o vector de volume de emprego corresponde ao somatório das unidades de tra-

¹Excluem-se as situações de pessoas que, apesar de se considerarem empregadas, estão temporariamente sem trabalho, mantendo um vínculo formal.

² Ou "Equivalência a Tempo Completo" tal como é denominado no SEC95 (§11.32. a §11.34.).

balho apuradas resultantes do trabalho a tempo parcial e a título de actividade secundária, com as unidades de trabalho resultantes do trabalho a tempo completo na actividade principal.

Nas Contas Nacionais, o confronto entre as fontes de informação do lado da procura de trabalho (organismos empregadores) e a informação obtida junto das famílias (através do Inquérito ao Emprego) é feita pelo número de postos. De facto, assume-se que o número de empregados obtido no conjunto de todos os inquéritos às empresas e organismos públicos indica a quantidade de posições profissionais.

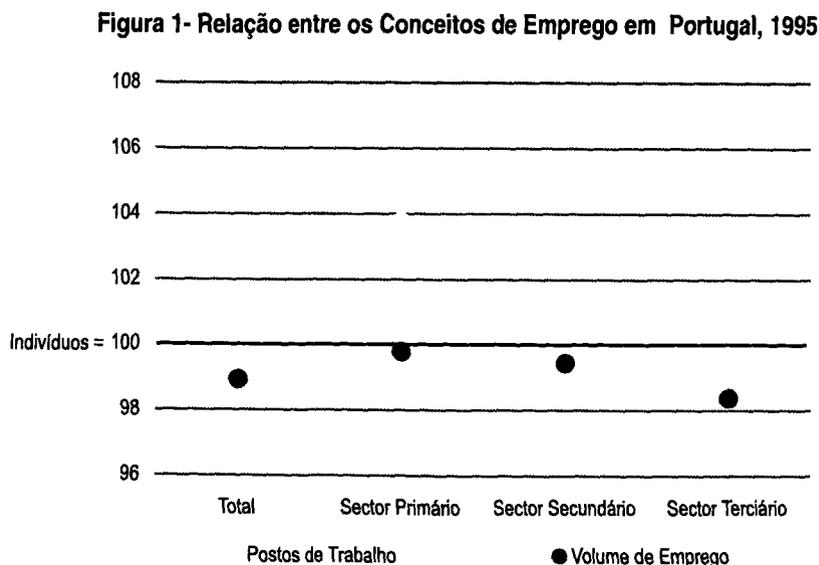
O Inquérito ao Emprego é a única fonte de informação que permite obter uma relação entre os três conceitos de emprego apresentados: Indivíduos, Postos de Trabalho e Volume de Emprego. De forma resumida, esta informação obtém-se através dos algoritmos que se apresentam em seguida.

Indivíduos = número de empregados com actividade principal (tempo completo + tempo parcial)

Postos de Trabalho = número de Indivíduos + número de empregados com actividade secundária

Volume de Emprego = número de empregados com actividade principal a tempo completo + [(número de horas efectivamente trabalhadas na actividade principal, a tempo parcial + número de horas efectivamente trabalhadas na actividade secundária) / número de horas habitualmente trabalhadas na actividade principal, a tempo completo].

Da análise dos resultados das Contas Nacionais para o ano de 1995 (Figura 1) verifica-se que, para o total da economia, por cada 100 indivíduos empregados existem cerca de 105 postos de trabalho. Esta relação indicia a existência de actividades secundárias na economia, sendo o sector secundário a apresentar um maior número de posições profissionais por indivíduo. A informação relativa ao volume de emprego permite constatar que a média de horas trabalhadas por todos os indivíduos em todos os postos de trabalho é inferior à média das horas habitualmente trabalhadas na actividade principal pelos indivíduos a tempo completo. Neste caso, é o sector dos serviços que apresenta uma relação mais baixa indicando menores durações do trabalho nas actividades parciais e secundárias relativamente à duração habitual neste sector de actividade, ou seja, uma maior incidência do trabalho a tempo parcial e actividades secundárias.

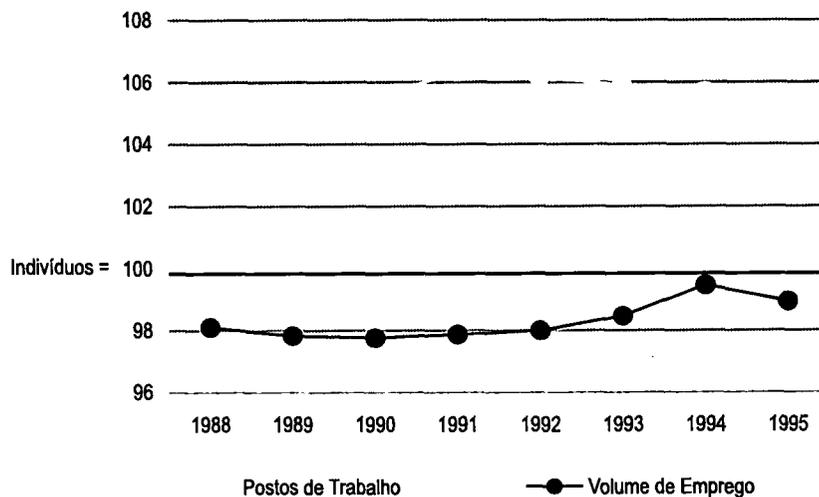


Fonte: INE, Contas Nacionais, SEC79

Na Figura 2 pode observar-se o comportamento da população activa face às situações de emprego, no período de 1988 a 1995. Assim, verifica-se que, entre 1990 e 1992 há uma maior procura de actividades secundárias, sem que o volume de emprego se altere de forma significativa, para o total da economia. Já nos anos de 1993 e 1995 começa a notar-se uma tendência de aproxima-

ção entre o número de postos de trabalho e volume de emprego, relativamente ao número de indivíduos empregados. Esta situação é mais visível ao nível do volume de emprego, já que o número médio de horas trabalhadas nas actividades potencialmente mais irregulares se aproxima da média horária das actividades principais no total da economia.

Figura 2 - Relação entre os Conceitos de Emprego em Portugal - Total da Economia 1988 - 1995



Fonte: INE, Contas Nacionais, SEC79

A interpretação dos conceitos de emprego apresentados pelas contas nacionais é útil para o entendimento, por um lado, do comportamento do mercado de trabalho em situações de maior crescimento ou depressão económica (por exemplo, pela procura de maior ou menor número de actividades secundárias) e, por outro lado, através da comparação com os níveis de produção (ou VAB) das economias, para a análise dos níveis e variações de produtividade dos sectores da economia.

Referências Bibliográficas

- □ COMUNIDADES EUROPEIAS – COMISSÃO (1990); *Sistema Europeu de Contas Económicas Integradas SEC*, 2ª edição; Luxemburgo: Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- □ INE (1993); *Sistema de Contas Nacionais, Inventário de Fontes e Métodos, Portugal*; Lisboa: INE.
- □ SANTOS, Sónia (1994); *A Utilização do Inquérito ao Emprego no Reforço da Exaustividade dos Agregados da Contabilidade Nacional*, Seminário sobre Contas Nacionais, Bissau, 28-30 Setembro, 1994.
- □ INE (1998); *Sistema de Contas Nacionais: 1993*; Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- □ EUROSTAT (1996); *Sistema Europeu de Contas 1995* ; Luxemburgo: Serviço de Publicações das Comunidades Europeias.

ERRATA (página 57)

